

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SONALY PEREIRA DE SOUZA MACHADO

HISTÓRIA DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA:
Uma Instituição de Educação Rural Superior (1892-1912)

UBERLÂNDIA-MG
2009

SONALY PEREIRA DE SOUZA MACHADO

**HISTÓRIA DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA:
Uma Instituição de Educação Rural Superior (1892-1912)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU; como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação.

Orientadora Prof^ª. Dr^a. Vera Lúcia Abrão Borges.

UBERLÂNDIA - MG
2009

M149h

Machado, Sonaly Pereira de Souza, 1960-

História do Instituto Zootécnico de Uberaba : uma
instituição de educação rural superior (1892-1912) / Sonaly
Pereira de Souza Machado. - 2008.

232 f. : il.

Orientador: Vera Lúcia Abrão Borges.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Instituto Zootécnico de Uberaba - História - Teses. 2.
Ensino agrícola - Uberaba - Teses I. Borges, Vera Lúcia Abrão.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 378.6(81)

SONALY PEREIRA DE SOUZA MACHADO

**HISTÓRIA DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA:
Uma Instituição de Educação Rural Superior (1892-1912)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós Graduação em Educação da
Universidade Federal de Uberlândia – UFU;
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Educação.

Uberlândia, 27 de março de 2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Abrão Borges – Orientadora - UFU

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Cristina Fagundes de Lima – UFU

Prof^ª. PhD. Maria Helena Câmara Bastos – PUC/RS

Dedico este trabalho às pessoas que mais amo: José Humberto, Isabel, Lídia, Yvone e José de Souza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que, cada um a seu tempo, trouxeram sua colaboração e apoio para a concretização desta pesquisa. Com vocês, meu caminho se fez completo.

A **Deus**, por estar presente todos os dias em minha vida.

Ao meu amado esposo, **José Humberto**, que foi meu apoio e grande companheiro durante todo o curso, compreendendo os tantos momentos em que tive de me ausentar da sua presença, para os estudos.

Às minhas filhas, **Isabel e Lídia**, que são a razão da minha alegria e da minha vida.

Aos meus pais, **José e Yvonne**, por ter-me dado a vida e por serem os grandes incentivadores em minha vida pessoal e profissional.

À professora **Vera Lúcia Abrão Borges**, minha orientadora, que me acolheu em seu coração.

A **Maria Goreti Vieira**, amiga sempre presente em todos os momentos.

Aos professores **Carlos Henrique de Carvalho, Décio Gatti, Geraldo Inácio Filho, Sandra Cristina Fagundes de Lima e Jefferson Idelffonso da Silva**, que souberam compartilhar conosco tanto do seu saber.

Aos colegas de sala: **Washington, Sandra, Geenes, Beatriz, Márcia, Cristiane, Nicola e Tatiane**. Juntos, trilhamos nossa caminhada pelo conhecimento.

A **Silvana Elias Silva Pereira**, pela sensibilidade, incentivando-me a estudar.

A **Marília de Dirceu Cachapuz Daher**, amada amiga que me tomou pelas mãos e ensinou-me os primeiros passos para caminhar pelo curso.

A **Plauto Riccioppo**, que de maneira tão amiga compartilhou comigo o seu saber sobre a educação profissional em Uberaba, cedendo-me material do seu arquivo particular.

Aos **funcionários** dos Arquivos Públicos de Uberaba, Mineiro – em Belo Horizonte, Museu Histórico, Artístico e Folclórico Ruy Menezes – Barretos-SP, da Biblioteca da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Museu de Arte Moderna – MADA e Museu do Zebu.

A Verdade

Carlos Drummond de Andrade

A porta da verdade estava aberta,
Mas só deixava passar
Meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a verdade,
Porque a meia pessoa que entrava
Só trazia o perfil de meia verdade,
E a sua segunda metade
Voltava igualmente com meios perfis
E os meios perfis não coincidiam verdade...
Arrebentaram a porta.
Derrubaram a porta,
Chegaram ao lugar luminoso
Onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
Diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual
a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela
E carecia optar.
Cada um optou conforme
Seu capricho,
sua ilusão,
sua miopia.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o atual estado do Projeto de Pesquisa em desenvolvimento, intitulado *História do Instituto Zootécnico de Uberaba: Uma Instituição de Educação Rural Superior (1892-1912)*, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Abrão Borges. Trata-se de uma pesquisa que está inserida na temática de História das Instituições Escolares. A problemática deste projeto centra-se na educação superior voltada para a área rural, num período em que o Brasil passava por duas grandes transformações: social, devido à abolição da escravidão, e política, com o advento da proclamação da República. A importância de pesquisar o Instituto Zootécnico de Uberaba consiste em entender as causas de instalação da educação superior no interior do Brasil Central, em especial da educação profissionalizante voltada para a área rural. O Instituto Zootécnico de Uberaba foi inaugurado em agosto de 1895 e teve, inicialmente, uma turma composta por dezenove alunos, com a finalidade de formar profissionais cientificamente preparados para orientar a produção pecuária. Uma única turma conseguiu se formar e apenas oito obtiveram o diploma de engenheiro agrônomo, em 1898. Objetiva-se interpretar a história do Instituto Zootécnico de Uberaba, abrangendo o período de sua origem (criação e instalação), funcionamento, suspensão das atividades e extinção definitiva, qual seja de 1892 a 1912. A pesquisa tem por base o levantamento, a coleta, a organização e a análise das fontes encontradas em diferentes locais, como Arquivo Público de Uberaba, Arquivo Público Mineiro, Museu Histórico Artístico e Folclórico Ruy Menezes – Barretos-SP, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Museu de Arte Moderna (MADA) e Hemeroteca Mineira, bem como fontes que integram arquivos pessoais. Os passos metodológicos propostos são coleta, estudo, análise e interpretação das fontes primárias e secundárias encontradas sobre o objeto desta pesquisa. O referencial teórico fez-se no estudo de obras, teses e monografias de vários autores, referentes à abordagem teórica e metodológica, aos contextos brasileiro e mineiro do período em estudo e, também, à temática enfocada. Com relação aos resultados, ressalta-se a importância da criação do Instituto Zootécnico de Uberaba, no sentido de ter contribuído para a modernização do trabalho rural no município – cuja economia predominante é a agropastoril – situada na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, Brasil.

Palavras chave: Ensino Superior Agrícola, Educação Rural Superior, História das Instituições Escolares.

ABSTRACT

This paper aims to present the current state of the research project in development, entitled History of the Office of Zootechnic Uberaba: An Institution of Rural Higher Education (1892-1912), under the guidance of Prof. Abraham of Dr. Vera Lucia Borges. This is a search inserted into the theme of History of schools. The focus of this project focuses on higher education geared to the rural area, a period in which Brazil passed by two major changes: social, due to the abolition of slavery, and politics, with the advent of the proclamation of the Republic. The importance of searching the Office of Uberaba Zootechnic is to understand the causes of the installation of higher education within the Central Brazil, especially vocational education geared to the rural area. The Office of Uberaba Zootechnic was inaugurated in August 1895 and was initially in a class composed it are nineteen students, with the aim of educating professionals scientifically prepared to guide the livestock production. A single group able to form and only eight received the diploma of agriculturist, in 1898. Aimed to interpret the history of the Institute Zootechnic of Uberaba, covering the period of their origin (creation and installation), operation, suspension of activities and final extinction, which is 1892 to 1912. The research is based on the survey, the collection, organization and analysis of the sources found in different places, such as Public Archive of Uberaba, Mineiro Public Archive, Museum and Art Folk Dance Ruy Menezes - Barretos, São Paulo, the Academy of Arts Triangle Mineiro, Museum of Mining Newspaper library and MADA, as well as sources that integrate personal files. The steps proposed are methodological collection, study, analysis and interpretation of primary and secondary sources found on the object of this research. The theoretical reference was made in the study of books, theses and author of several monographs, referring to the theoretical and methodological contexts and the Brazilian miner and the period under study and also focused on the theme. With regard to results, we can not say much, because the project has not yet been completed. Without compromising too, emphasizes the importance of the creation of the Office of Uberaba Zootechnic to have contributed to the modernization of the rural work in the city of Uberaba, one city predominantly agro-pastoral economy, located in the Mining Triangle, Estate of Minas Gerais.

Words key: Higher education agricultural, Education Rural Superior, History from the Institutions Scholastic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da localização geográfica de Uberaba.....	55
Figura 2- Mapa do trajeto aproximado da Estrada do Anhanguera, em um mapa atual....	56
Figura 3- Fábrica de Tecidos do Cassu, 1886.....	58
Figura 4- Vista parcial de Uberaba, 1894.....	61
Figura 5- Vista parcial de Uberaba, 1894.....	63
Figura 6- Vista parcial de Uberaba, 1895.....	64
Figura 7- Professor Alexandre de Souza Barbosa, 1865 a 1940.....	66
Figura 8- Telegrama do Secretário de Agricultura de Minas Gerais.....	72
Figura 9- Prédio do Instituto Zootécnico de Uberaba.....	85
Figura 10- Modelo do diploma, 1898.....	95
Figura 11- Ofício 368.....	96
Figura 12- Mapa do trajeto aproximado feito pelos alunos.....	101
Figura 13- Ofício 240.....	108
Figura 14- Caderno de notas dos alunos.....	115
Figura 15- Plano de aula de Patologia – 1898 – Professor Amedeé Cellier.....	116
Figura 16- Plano da aula de Laticínios – 1898 – Prof. Ricardo Ernesto de Carvalho.....	117
Figura 17- Livro de Receitas do Instituto Zootécnico.....	122
Figura 18- Silviano Brandão.....	132
Figura 19- Professor Frederico Mauricio Dreanert.....	151
Figura 20- Delcídes de Carvalho.....	154
Figura 21- Fidélis Reis.....	156
Figura 22- Hildebrando Pontes.....	157
Figura 23- José Maria dos Reis.....	159
Figura 24- Fazenda MADA.....	160
Figura 25- Capa da revista A Rural, 1933 e 1934.....	160
Figura 26- Militino Pinto de Carvalho.....	161
Figura 27- Expedição de Teófilo de Godói à Índia.....	165
Figura 28- Inauguração da luz elétrica em Uberaba.....	167
Figura 29- Lago da Matriz, 1908.....	170
Figura 30- Grupo Escolar de Uberaba, 1909.....	171
Figura 31- Vista parcial de Uberaba, 1910.....	174
Figura 32- Capa do álbum da 1ª Exposição oficial de gado, 1911.....	175
Figura 33- Realização da 1ª Exposição de gado, 1911.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- N° de imigrantes que se estabeleceram em Uberaba.....	60
Quadro 2- Alunos que compuseram a 1ª turma do Instituto Zootécnico.....	92
Quadro 3- Cargos e vencimentos do Instituto Zootécnico, 1896.....	102
Quadro 4- Funcionários do Instituto Zootécnico.....	110
Quadro 5- Grade curricular do Instituto Zootécnico de Uberaba, 1896.....	111
Quadro 6- Profissões praticadas em Uberaba, 1895 a 1897.....	130
Quadro 7- Relação das escolas de Uberaba, 1909.....	169
Quadro 8- Nacionalidades dos habitantes de Uberaba, 1909.....	171

LISTA DE FONTES

1-JORNAIS

JORNAL GAZETA DE UBERABA, Uberaba, MG, Edições de 1884 a 1900

JORNAL DE UBERABA, Uberaba, MG, Edição de 25/07/1897.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, Edição de 13/07/1889.

LAVOURA E COMÉRCIO, Uberaba, MG, Edições de 1902 a 1938.

MINAS GERAES, Ouro Preto, MG, Edições de 19/05/1892 a 16/10/1898.

SÃO PAULO E MINAS, Ribeirão Preto, SP, Edições de 1895 a 1896.

TRIÂNGULO MINEIRO, Uberaba, MG, Edições de 23/04/1897 a 14/01/1899.

TRIBUNA DO POVO, Uberaba, MG, Edições de 05/02/1894 a 07/11/1894.

2-REVISTAS:

ALMANACH UBERABENSE. Rio de Janeiro: Alexandre Ribeiro & C., 1903.

ALMANACH UBERABENSE. Uberaba, MG: Livraria Século XX, 1904.

ALMANACH UBERABENSE. Uberaba, MG: Livraria Século XX, 1906.

ALMANACH UBERABENSE. Uberaba, MG: Livraria Século XX, 1907.

ALMANACH UBERABENSE. Uberaba, MG: Livraria Século XX, 1908.

ALMANACH UBERABENSE. Uberaba, MG: Livraria Século XX, 1909.

ALMANACH UBERABENSE. Rio de Janeiro: Alexandre Ribeiro & C., 1895.

3- LEIS E DECRETOS

MINAS GERAIS. Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892. Coleção das leis e decretos do estado de Minas Geraes em 1892, Ouro Preto, 1893.

MINAS GERAIS. Decreto n. 760, de 11 de agosto de 1894. Coleção das leis e decretos do estado de Minas Geraes, Ouro Preto, p. 303, 1895.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1.191, de 4 de outubro de 1898. Coleção das leis e decretos de 1896, Ouro Preto, p. 211, 1898.

LEI Nº 164 de 16 de dezembro de 1903 - Livro 920 – Uberaba/MG

LEI Nº 175 de 13 de janeiro 1905 - livro 920 – Uberaba/MG

LEI Nº 203 de 15 de abril de 1907- Livro 920 - Uberaba/MG

LEI Nº 214 de 5 de novembro de 1907 - Livro 920 - Uberaba/MG

LEI Nº 246 de 28 de julho de 1910 - Livro 921 - Uberaba/MG

LEI Nº 273 de 20 de julho de 1912 - Livro 921 - Uberaba/MG

LEI - Cria a pensão de 1:200\$000 annuaes para a manuntenção de um alumno pobre deste municipio do instituto zootechnico de uberaba - Livro Nº 919-17 de março de 1898.

LEI - Autoriza o agente executivo municipal a construir um predio destinado ao grupo escola e oferecer ao governo do estado proprio onde funcionou o instituto zootechnico para uma escola modelo - Livro 920 -15 de abril de 1907.

DECRETO 760, de 11 de agosto 1894.

DECRETO 975, de 27 de outubro de 1896.

DECRETO N. 1.191 – 04 de outubro 1898.

EMENDA nº. 217, de 9 de outubro de 1891.

4- DOCUMENTOS

Telegrama do Secretário de Agricultura de Minas Gerais – 22 de outubro de 1894.

Modelo do diploma, 1892.

Ofício 368 de 18 de junho 1898.

Ofício 240 de 05 de junho 1897.

Caderno de notas dos alunos

Plano de aula de Patologia – 1898 – Professor Amedeé Cellier.

Plano da aula de Laticínios – 1898 – Prof. Ricardo Ernesto de Carvalho.

Livro de Receitas do Instituto Zootécnico – novembro de 1897.

Termo de Contratação dos serviços do Sr. Manoel Marinho – 1897.

Livro de registro de faltas do Instituto Zootécnico – 1895.

Ofício nº 114, de 27/03/1897.

SUMÁRIO

RESUMO	13
ABSTRACT	15
LISTA DE FIGURAS	17
LISTA DE QUADROS	19
LISTA DE FONTES	21
 INTRODUÇÃO	 25
 CAPÍTULO I	
CONDIÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS RESPONSÁVEIS PELA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA, 1892 A 1895	45
1.1 Minas Gerais – um Estado a ser povoado	50
1.2 Triângulo Mineiro – uma região em expansão	54
1.3 Contexto educacional de Uberaba (1892 – 1895)	69
 CAPÍTULO II	
BREVE VIGÊNCIA DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA, 1895 A 1898	77
2.1 Prédio: adequações físicas, aquisição dos equipamentos/mobiliário e organização do espaço	77
2.2 Clientela escolar: critérios de seleção e graduação dos alunos	87
2.2.1 Os alunos do Instituto Zootécnico de Uberaba.....	90
2.3 Distribuição do tempo escolar: calendário e horário das aulas	97
2.4 Professores e funcionários: recrutamento e formação	102
2.5 Saber escolar: conteúdo escolar, forma de avaliação e plano de aula	111
 CAPÍTULO III	
PROCESSO DE EXTINÇÃO DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA	125
3.1 Contexto histórico de extinção do Instituto Zootécnico, 1898-1912.....	126
3.2 Fechamento do Instituto Zootécnico de Uberaba	136
3.3 O sentido social da escola.....	146
3.3.1 Trajetória dos professores.....	150
3.3.2 Trajetória dos alunos	153
3.4 Tentativas de reativação do espaço da extinta escola e a destinação final do prédio do Instituto Zootécnico, 1903 a 1912	163
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 179
 REFERÊNCIAS	 183
 ANEXOS	 193
ANEXO 1 – Emenda 217, 1892.....	195
ANEXO 2 - Lei n. 41 – De 3 de Agosto de 1892	196
ANEXO 3- Decreto n. 760 – De 11 de Agosto de 1894.....	198
ANEXO 4- Contrato do Sr. Manoel Marinho, 1894.....	199
ANEXO 5 - Livro de registro de faltas do Instituto Zootécnico, 1895.....	202
ANEXO 6-Decreto nº 975 - De 27 de Outubro de 1896.....	205
ANEXO 7- Reclamação do aluno Militino Pinto de Carvalho.....	232

INTRODUÇÃO

“É o espetáculo das atividades humanas que forma o objeto particular da história. Só há uma ciência dos homens no tempo, que, sem cessar, precisa de unir o estudo dos mortos ao dos vivos” (BOURDÉ & MARTIN, s.d.).

Pesquisar o Instituto Zootécnico de Uberaba/MG tem proporcionado à pesquisadora momentos e sentimentos inicialmente inquietantes e instigantes e, posteriormente, gratificantes devido a várias razões, conforme exposto a seguir.

Educadora, formada em letras e pedagogia, a autora desta pesquisa, em toda sua vida, sempre atuou na educação profissional. Iniciou suas atividades no SESC/Uberaba, onde trabalhou, por onze anos, na promoção de atividades de capacitação profissional para os comerciários e seus familiares, pois esse era, também, um dos objetivos do SESC. Ao longo desses anos a pesquisadora teve a oportunidade de propor e organizar cursos em diversas áreas e campos do conhecimento. Logo após sua saída do SESC, em 1991, ingressou, por concurso público, na Prefeitura Municipal de Uberaba, numa proposta inovadora de atuar diretamente com a comunidade, principalmente na qualificação profissional, promovendo cursos para as pessoas carentes da cidade, a fim de que elas pudessem obter uma melhor qualificação profissional, geração de renda e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida. Assim, permaneceu nesta atividade por mais de doze anos. Paralelamente ao trabalho na Prefeitura, lecionou em duas escolas técnicas profissionalizantes, por quatro anos.

Desta forma, o contato direto com a educação profissionalizante, durante toda a carreira da autora, fez surgirem várias indagações, sendo que uma delas era entender a gênese dessa educação na cidade de Uberaba. Procurou respostas para as perguntas sobre quem iniciou a educação profissional em Uberaba? Em que época? Para quem? Como era a cidade quando tudo começou? E vários outros questionamentos.

Como pedagoga e estudiosa do processo da educação, a autora começou a pesquisar sobre o assunto. Deparou-se com várias instituições criadas no município, algumas no período imperial, e uma delas, o Instituto Zootécnico, criado durante a Primeira República, despertou-lhe especial interesse. Primeiro por ser uma instituição de ensino superior e, segundo, porque a pesquisadora queria entender o que foi essa instituição, o motivo de sua criação e instalação em Uberaba e por que teve uma vida tão efêmera, sendo fechada em 1898, três anos após ser

implementada. Em 1895, ano da sua concepção, a cidade era apenas uma simples urbe, localizada no Brasil Central, muito distante do centro cultural político e econômico brasileiro, que se constituía, à época, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Portanto, a busca por respostas para tantas perguntas tornou-se, ao longo da pesquisa, um desafio, impulsionando a autora e motivando-a a buscar o conhecimento e o crescimento profissional. Finalmente, outro importante desafio foi adquirir os instrumentos de trabalho do historiador, o que não tem sido fácil, pois a pesquisadora não tem formação acadêmica em história.

Do objeto e sua relevância

O estudo sobre o Instituto Zootécnico de Uberaba, que funcionou apenas no período de 1895 a 1898, torna-se importante para se entender as causas de instalação da educação superior no interior do Brasil Central, em especial da educação profissionalizante voltada para a área rural.

A relevância desta pesquisa encontra-se apoiada nos seguintes aspectos: 1º) porque não há nenhuma pesquisa acadêmica específica sobre a vida dessa Instituição; 2º) por possibilitar uma compreensão sobre a formação social, econômica, política e educacional de Uberaba, no período em estudo; 3º) por atender aos desafios de encontrar as fontes primárias em quantidades suficientes e pertinentes à pesquisa, uma vez que todos os alunos do Instituto já faleceram e seus familiares tinham pouco ou quase nada de material sobre a instituição em estudo. Reunir todas as fontes utilizadas na pesquisa se constituiu, para a pesquisadora, inicialmente, na busca incansável por documentos, muitos deles esquecidos numa caixa, em algum arquivo de família.

De acordo com Le Goff (1996, p.542), “a revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua”. Assim, reunir documentos que proporcionassem a leitura e a interpretação dos fatos ocorridos tornou-se imprescindível para a compreensão da história da existência do Instituto Zootécnico de Uberaba.

Em toda literatura publicada por memorialistas e historiadores uberabenses, há poucas informações sobre o Instituto. Em muitos casos há apenas indícios, o que levou a pesquisadora a constituir uma rede de informações, como que ajuntando fragmentos, para compor um todo.

Outro ponto relevante desta pesquisa se dá também na compreensão da relação política, econômica, social e cultural como fatores desencadeantes do processo de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, da cidade de Uberaba e do Instituto Zootécnico, como instituição de ensino superior voltada para os interesses rurais.

Assim, entende-se que pesquisar o Instituto Zootécnico em todo seu processo de instalação, funcionamento, fechamento e extinção (1892 a 1912) será de total relevância para a compreensão da gênese da educação rural superior em Uberaba. Esta é, ainda, uma forma de compreender o início da projeção do município no cenário nacional e internacional e a tradição que Uberaba possui de ter desenvolvido sua vocação produtiva eminentemente agropecuária.

Objetivo

Interpretar a história do Instituto Zootécnico de Uberaba, abrangendo o período de sua origem (criação e instalação), funcionamento, suspensão das atividades e extinção definitiva, qual seja de 1892 a 1912.

Recorte espacial e temporal:

Considera-se importante que o historiador apresente um recorte espacial e temporal muito preciso. Isso delimita a pesquisa e o seu enfoque. De acordo com Barros (2005):

Uma delimitação adequada do período histórico que será examinado é, naturalmente, questão de primeira ordem para qualquer historiador. A escolha de um recorte qualquer de tempo historiográfico não deve, por outro lado, ser gratuita. [...] a escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositadamente redondo (dez, cem ou mil), mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada. É o problema que define o recorte (BARROS, 2005, p.41-42).

A partir desse pressuposto, a proposta desta pesquisa é abordar o cenário mineiro e uberabense no período de 1892 a 1912, uma vez que nele é que se deu o fomento político de criação, instalação, funcionamento, fechamento, suspensão e extinção da instituição em estudo. Em 1892, iniciou-se o processo de discussão na Câmara Legislativa de Minas Gerais acerca da reformulação do ensino público, e também na Câmara Municipal de Uberaba este assunto foi debatido pelos legisladores, que incentivaram a instalação do Instituto Zootécnico

naquela cidade. Analisando as fontes, verificou-se que no ano de 1912 foram elaborados os últimos decretos que indicaram o destino final do prédio que estava guardado sob os cuidados do município.

Problematização:

A pesquisa sobre o Instituto Zootécnico de Uberaba pretende que sejam respondidos os problemas abaixo:

1-) Assistiu-se, no final dos oitocentos, no Brasil, a um fortalecimento do movimento de modernização da sociedade, decorrente das inúmeras mudanças que foram sendo implantadas – libertação dos escravos (1888), proclamação da República (1889) e a intensificação da vida urbana, dentre outros fatores. Modernizar a sociedade e eliminar as “chagas” que pudessem se intensificar com a “tradição” – apresentada como rural, arcaica e atrasada – tornou-se o ponto central debatido pela elite brasileira. E a educação foi tida como a saída para se acabar com os ranços tradicionais e se incutir os novos ideais do capitalismo. Assim, que sentido teve a criação de um instituto superior de educação voltado para a área rural? Que forças foram responsáveis pela sua criação e instalação?

2-) Como se deu o funcionamento e a organização dessa escola? Quem foram os professores e os alunos? Como era o currículo? Qual era a forma de avaliação? Que regras e normas eram pregadas?

3-) Por que o Instituto foi extinto em 1898, justamente três anos após o início de suas aulas? E mais, o que aconteceu com o Instituto após o encerramento das atividades acadêmicas?

4-) O que os alunos fizeram após a aquisição do diploma de Engenheiro Agrônomo? Até que ponto a formação recebida no Instituto Zootécnico interferiu na vida profissional desses alunos?

Hipótese:

Até o momento, levantaram-se as hipóteses a seguir. Primeiramente, presume-se que a criação do Instituto Zootécnico de Uberaba atendeu aos interesses da classe dominante da cidade, pois Uberaba se caracterizou por ser uma sociedade de profundas marcas agropastoris que, por outro lado, necessitava incutir a modernização nesta realidade rural. Depois, que a educação superior profissional de formação rural, implantada em Uberaba no alvorecer da

Primeira República, constituiu-se fator determinante para a caracterização, consolidação e fortalecimento da identidade vocacional produtiva agrícola do município. O Instituto Zootécnico foi uma escola voltada para atender especificamente aos filhos de fazendeiros, pecuaristas – possivelmente criadores de gado zebu – e até mesmo aos descendentes de comerciantes, fato que já caracterizava o poder econômico das famílias e, conseqüentemente, dos alunos. Enfim, foi uma instituição de ensino criada pela elite política governante da época para atender a poucos.

E, finalmente, que o Instituto Zootécnico teve seu fechamento determinado por uma série de fatores, mas provavelmente o mais importante tenha a ver com questões políticas e econômicas, envolvendo o município e o Estado.

Metodologia de investigação

Para a realização deste trabalho, a pesquisadora utilizou-se da coleta, estudo, análise e interpretação das fontes primárias e secundárias encontradas sobre o objeto/tema em pauta. A aquisição das fontes primárias foi possível por meio de visitas ao Arquivo Público de Uberaba, Arquivo Público Mineiro, Museu Histórico, Artístico e Folclórico Ruy Menezes – Barretos-SP, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Museu de Arte Moderna (MADA) e Hemeroteca Mineira. Contou-se, ainda, com a gentileza de famílias de Uberaba que possuíam alguns documentos em suas residências, como jornais, no todo ou em partes, fotos, dentre outros.

No tratamento das fontes, alguns conceitos devem ser destacados. O termo “fontes” está associado à origem, à procedência, à fonte de consulta que fornece informações. Na filologia, área do conhecimento que privilegia o estudo de documentos escritos antigos, fonte é termo identificado como texto ou documento original.

Para Le Goff (1996):

O historiador pode utilizar-se dos seguintes materiais em uma pesquisa: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador, e a história resulta de um diálogo constante do presente com o passado e esse diálogo se faz por meio do estudo das fontes (LE GOFF, 1996, p.535).

O estudo das fontes, no caso da pesquisa do Instituto Zootécnico de Uberaba, constituiu-se instrumento de fundamental importância para que fosse possível fazer uma provável reconstituição do ocorrido durante o tempo de vigência da referida instituição. A

Primeira República, por tratar-se de um período em que foram encontrados vários documentos, principalmente no Arquivo Público Mineiro, possibilitou um levantamento consistente de informações acerca da instituição em estudo. De fato, conforme o autor, o historiador, utilizando-se dos documentos como fonte de pesquisa, pode estabelecer um diálogo entre o presente e o passado, e percebe-se que esse diálogo foi possível e iluminador no sentido de entender os indícios que proporcionaram a reconstrução da história da instituição em estudo.

Desta forma, para fundamentar a proposta desta pesquisa, as fontes documentais, como ofícios, telegramas, regulamento interno e até mesmo jornais e iconografia constituíram a fundamentação para o estudo da referida instituição. Os jornais se constituíram importante fonte para esta pesquisa, pois noticiaram vários acontecimentos sobre a instituição em estudo. Destaca-se que o jornal é importante fonte de pesquisa, pois retrata as idéias, a sociedade, a educação, a instrução de uma forma específica (FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 1998).

Para Burke (1998, p.145), jornais, revistas, romances, teatro etc. têm uma cota no processo educacional e muito a dizer sobre como as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. Por ser um periódico semanal, o Jornal Gazeta de Uberaba trouxe muitas informações sobre o cotidiano da instituição em estudo. Segundo Capelato (1994), pela utilização de um jornal como fonte de pesquisa pode-se perceber quem fala, para quem fala, com quais objetivos e os recursos usados.

Ainda para a autora:

Um... jornal... não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso, é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestadas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele. A imprensa, ao invés de espelho da realidade, passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1994, p.24-25).

Deve-se ter, contudo, o cuidado de não tomar o jornal como documento que possua a única verdade, considerando-se que ele sofre interferências de seus redatores.

Tratando-se, pois, o Instituto Zootécnico de uma instituição extinta há mais de cem anos, os documentos escritos é que permitiram a leitura, compreensão e reconstrução da

história desta instituição. Estes documentos foram conservados em arquivos públicos ou fazendo parte de algum arquivo particular, conforme já citado anteriormente.

Segundo Le Goff (1996):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhes o seu significado aparente (LE GOFF, 1996, p.547).

Concordando com o pensamento do autor, entende-se que o documento carrega em si mesmo muito da essência da história, pois é uma montagem dessa história. Portanto, deve-se desmistificar o significado aparente que os documentos indicam. Por meio da interpretação das informações nele contidas, tornando-a fragmentos, é possível ao historiador a reconstrução da história. História essa que foi produzida em documentos, em alguma época do passado, e que por meio dele é possível reconstituir esses acontecimentos, muitos deles esquecidos. Com os documentos encontrados acerca do Instituto, foi possível realizar o levantamento de alguns dados que serão analisados ao longo de todo este trabalho.

Para Samaran (1961, p.23), “não há história sem documentos”. E continua: “Há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”. Le Febvre (1971, p.17) afirma: “Não há notícia histórica sem documentos”; e ainda considera o mesmo autor: “Pois se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se”. Consideram-se como esses autores, que os documentos são importantes para a reconstrução histórica das instituições escolares.

Segundo Bourdê (1983, p.117), “o historiador não pode, com efeito, compreender o passado sem uma certa simpatia, sem esquecer os seus próprios sentimentos, as suas próprias idéias para se apropriar por um instante dos homens de outrora, sem se pôr no seu lugar, sem julgar os fatos no meio onde se produziram”. De fato, mergulhar dentro do Instituto Zootécnico proporcionou à pesquisadora momentos de muita reflexão, na tentativa compreender uma escola que, apesar de ter possuído uma vida tão efêmera, foi ao mesmo tempo extremamente importante para a cidade de Uberaba e, ainda mais, para a região do Triângulo Mineiro. Realmente, é de suma importância que o pesquisador tenha uma identificação com o objeto em estudo, mas com o cuidado de não se deixar influenciar pelos

fatos encontrados como sendo a única verdade, mas de ser capaz de vê-los como uma parte da verdade que ficou escrita nos documentos.

Cabe ressaltar, ainda, que a pesquisa em História não é algo que se torna imparcial, pois está sujeita ao olhar do pesquisador, que a cada momento em que se depara com as fontes pode imprimir-lhe sua análise e até mesmo sua subjetividade. A partir do momento em que a produção científica, em especial a História, é produzida por homens, pode-se afirmar que ela fica sujeita às interferências pessoais que o pesquisador fornece aos documentos, dando-lhe um caráter de parcialidade. Como diz Burke (1992, p.14), “não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular”.

Le Goff (1991) afirma que:

Julgamos que o historiador tem o dever de colocar questões como eixo do seu trabalho. Em seguida, ele vê como respondê-las, apoiando-se naquilo que, é claro, continua sendo o seu material específico, que são os documentos. Logo, o próprio fato de partir de uma questão problemática já introduz alguma racionalidade. Depois, se o historiador pretende realizar uma obra científica, ainda que a história seja uma ciência muito peculiar - acredito que seja uma ciência -, também deve levar em conta o movimento da história, sua diversidade, sua irracionalidade, sua flexibilidade. Pessoalmente, tenho grande interesse na história do imaginário, e no imaginário há muita irracionalidade. Portanto, introduzir a racionalidade na história não significa excluir o irracional, ou impreciso, o flutuante, muito pelo contrário. Significa que a gente tenta explicar as mudanças históricas a partir da resposta a uma questão, que por sua vez é racional (LE GOFF, 1991, p.262).

Considerando a racionalidade que suporta uma pesquisa, o historiador ainda deve refletir sobre o movimento da história em torno dos fatos e acontecimentos, ou seja, os fatos e acontecimentos registrados em um documento não são estáticos. O historiador inicia seu trabalho em um questionamento e apoiando-se nos documentos ele tenta responder às suas indagações. Todavia, os documentos, por si só, podem não responder a todas as dúvidas do historiador. Assim, o historiador/pesquisador pode imprimir leituras que vão além do texto impresso, possibilitando, nas entrelinhas, a presença de falas não escritas, no silêncio dos mesmos, pois a ausência da palavra escrita no documento muitas vezes se torna tão presente como se ela estivesse lá.

Levando-se em conta o que foi visto até agora, alguns pressupostos puderam ser retirados. Enquanto pesquisadora da História pode-se imprimir uma influência parcial na leitura do documento, dependendo do tom de voz que se dá ao texto. Desta forma, a apresentação desta pesquisa será expositiva e argumentativa, pois se pretende, por meio das

fontes coletadas, apresentar os fatos ocorridos e interpretá-los. Entende-se que o historiador, de certa forma, identifica-se com o objeto a ser estudado, imprimindo-lhe até mesmo seus próprios sentimentos.

Os documentos, desta forma, tornam-se verdadeiros monumentos, que se ligam ao passado, e por meio do estudo deles é possível promover a reconstrução da História e a compreensão de fatos acontecidos em tempos longínquos, como é caso do objeto deste estudo.

Assim, pretende-se ultrapassar um texto meramente expositivo, pois serão feitas argumentações às fontes coletadas, não só realizando uma exposição dos fatos levantados, mas interpretando-os de forma a reconstruir a história do Instituto Zootécnico. Já se disse que esta pesquisa é histórica e que parte dos documentos constituiu-se base para a análise, a qual também está se utilizando de fontes secundárias.

Estes documentos foram os jornais: Lavoura e Comércio, Gazeta de Uberaba, Minas Geraes, São Paulo e Minas dentre outros, bem como fotos, livros de notas, planos de aula, livro de registros de venda de produtos.

No entanto, outro estudo ainda se impôs. Como esta investigação de História da Educação se insere nos paradigmas da História das Instituições, considerou-se necessário abordar os conceitos e as categorias analíticas que a suportam.

A História da Educação no Brasil tem sido tema de grandes pesquisadores da educação nas últimas décadas do século XX. Para Gatti Jr. (2004):

Sem dúvida, na última década, a pesquisa da Educação no Brasil alcançou grande desenvolvimento, assertiva que pode ser corroborada pelo crescimento dos grupos de pesquisa, eventos e periódicos científicos dedicados especificamente à temática. Dentre as diversas temáticas pesquisadas nesse período, destaca-se a História das Instituições Escolares, o que se deve, hipoteticamente, à carência que existia de pesquisas sobre os processos mais específicos de escolarização ocorridos nas mais diversas regiões e cidades do país: ao impacto da virada historiográfica das três últimas décadas que influenciou os historiadores da educação a conferirem maior importância nas investigações em torno de temas particulares, como condição necessária para a formulação de teorias mais gerais; ao retorno de pesquisas habilitadas em nível de doutorado nos programas de pós-graduação em Educação mais consolidados da região centro-sul para as regiões e cidades de origem, onde, especialmente, em universidades federais e em algumas universidades estaduais, confessionais e da sociedade civil, houve interesse em temáticas de pesquisas locais e regionais (GATTI JR., 2004, p.39).

De fato, o campo de pesquisa da história das instituições ainda está se fortalecendo no Brasil e em todas as pesquisas já realizadas pode-se perceber uma riqueza de informações para o conhecimento científico. Estudar a história de uma instituição possibilita ao pesquisador extrapolar simplesmente o levantamento de alguns dados, tendo em vista a construção da história daquela sociedade em que a instituição estudada está inserida. Estudar a história do Instituto Zootécnico, por exemplo, tem possibilitado não somente a reconstrução da vida da instituição, mas também o conhecimento do modo de vida da sociedade à época, seus costumes, a economia, as relações sociais e vários outros aspectos.

Segundo Saviani (2005), a palavra “instituição”:

Guarda a idéia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. Além de ser criada pelo homem, a instituição se apresenta como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente (SAVIANI, 2005, p.27).

Assim, a instituição tem em si o fim e o propósito de atender a essa necessidade do homem e, ainda, uma instituição de educação profissional, como o caso do Instituto Zootécnico de Uberaba, guarda, portanto, a preocupação com uma instrução que possibilite ao cidadão o exercício de uma profissão. As instituições escolares são criadas, portanto, para atender, desde sua concepção, aos fins sociais, uma vez que são determinadas pelas necessidades oriundas das relações entre os homens. Ainda de acordo com o autor, as instituições escolares são criadas para atender a uma necessidade específica do homem, manifestada por meio do contexto social em que está inserido. No caso do Instituto Zootécnico, sua criação atendeu aos ideais de modernização instalados pela Primeira República. Ele visava, portanto, elevar o nível de conhecimento científico e usá-lo para impulsionar a produtividade do homem do campo.

Na obra de Nosella (2005), pode-se também compreender melhor o conceito de instituição escolar. Para ele: “[...] formar alguém se torna um ato de cumplicidade entre o formador e o formando, no qual o primeiro apresenta formas e experiências conhecidas e o segundo exercita a liberdade e cria o futuro [...] O ato de formar é essencialmente um ato ético, de liberdade” (NOSELLA, 2005, p.26). Pode-se perceber por esta fala que a instituição escolar realmente é criada para atender a uma função social, ou seja, a escola possui esse caráter da construção de conhecimentos que são estabelecidos na relação entre o professor e o

educando. Desta forma, a criação de uma instituição escolar, bem como sua instalação e funcionamento, devem atender à necessidade da sociedade, para que alcance o seu objetivo.

Para Magalhães (1998):

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representação diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros socioculturais (MAGALHÃES, 1998, p.61-62).

A instituição escolar é, portanto, dinâmica, viva nas relações que são permanentemente estabelecidas entre as pessoas que convivem no mesmo espaço escolar. Essas relações possibilitam a interação entre os sujeitos atores do processo, que assumem papéis diferentes durante a construção interna dessas relações. E complementa seu pensamento, afirmando que:

Por educação/instituição não pode deixar de traduzir-se essencialmente o que há de permanente, focalizando na longa duração. Contudo, a relação educativa é uma dialética entre o dado e o ato, é a atualização; é uma relação instituinte entre a realidade envolvente, as estruturas, as tradições, as expectativas socioculturais (o instituído), por meio da dialética contratual (instituição), por ação dos sujeitos individuais e grupais (instituinte) (MAGALHÃES, 2004, p.60).

Segundo o autor, uma instituição surge para responder a uma necessidade social, e essa instituição não deve ser pontual ou imediatista, mas sim atender a essa necessidade num tempo que tenha uma duração prolongada. A criação do Instituto Zootécnico surgiu para atender a uma necessidade emergente no país, de qualificar cientificamente os profissionais da área rural, para que, por meio deles, o conhecimento chegasse ao homem simples do campo, mas proporcionando-lhe uma prática mais racional na sua forma de produção.

Entende-se que uma instituição escolar não está pronta, acabada, pois no âmbito das relações diárias são construídos e estabelecidos os códigos da vivência e da convivência. Tais códigos são instituídos socialmente e o educando os carrega consigo para dentro da escola, que por sua vez também possui seus próprios códigos. Na relação dialética, da práxis, esses códigos podem receber “re-significados”, estabelecendo a dinamicidade das relações.

E ainda considera que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p.2).

Portanto, a História das Instituições implica, em primeiro lugar, em inserir a escola no sistema educativo e, ao mesmo tempo, enquadrá-la na comunidade, na região e no país. É um esforço complexo do historiador, tendo em vista captar os aspectos multidimensionais que caracterizam a escola. No caso do Instituto Zootécnico significa, pois, por um lado, mergulhar na instituição para conhecer os aspectos que regeram e influenciaram seu funcionamento e, por outro, conhecer o contexto histórico em que a sociedade uberabense estava inserida no período em estudo.

É importante, neste sentido, entender o espaço social em que a escola está inserida. A historiografia trabalha essencialmente o Homem. O objeto de pesquisa é social. Construídas, desde os primórdios, para atender aos setores mais privilegiados da sociedade, as escolas vinham carregadas de todo aparato, principalmente em suas instalações e com professores mais capacitados para o ensino, tendo como uma das funções formarem líderes políticos, que seriam os futuros governantes do país.

Embora a escola pública tenha sido criada, hipoteticamente, para atender à classe menos favorecida, percebe-se que ao longo da história da educação brasileira esse quadro se inverte, principalmente, ao se tratar do ensino superior, em que a maior parte dos alunos vem da classe dominante e, conseqüentemente, estão em melhores condições de disputar uma vaga na universidade. Essa era também a realidade dos alunos do Instituto, em que se percebe que todos eles vieram, provavelmente, de famílias abastadas, pois, à época, somente essas famílias podiam custear os estudos de seus filhos até o acesso ao ensino superior e também garantir que os mesmos pudessem dedicar-se aos estudos superiores, sem trabalhar.

Sendo o Instituto Zootécnico de Uberaba uma instituição pública, com aulas no período matutino e vespertino, ou seja, período integral percebe-se que esta escola atendeu à classe dominante, pois os alunos que a frequentaram não poderiam trabalhar devido ao horário das aulas. Daí, ainda nos tempos atuais, a escola ser um dos marcos definidores e demarcadores do *status* das classes sociais.

Para o suporte teórico da pesquisa fez-se necessário, ainda, o levantamento das obras que abordassem diferentes eixos de estudo: 1º) leitura de referências e perspectivas teóricas,

abordando o assunto deste trabalho, possibilitando o entendimento dos conceitos de “elites”¹, hegemonia, instituição escolar e construção histórica, dentre outros. 2º) leitura de obras que possibilitassem construir a história da profissionalização no Brasil, como esse processo aconteceu em todos os seus aspectos e o conceito de profissionalização; 3º) leitura de obras sobre o contexto histórico-cultural em que estava inserida a escola, contexto do Brasil, do Estado de Minas Gerais e da cidade de Uberaba, no final dos oitocentos. Para a compreensão dos aspectos políticos de Minas Gerais e de Uberaba foram necessários vários estudos sobre a formação da “elite” da época, a qual teve papel fundamental, expressivo e decisivo durante a existência do Instituto Zootécnico, conforme será analisado nos capítulos I e II.

Categorias de análise

As categorias de análise constituem um dos fatores fundamentais para que se possa compreender a história de uma instituição escolar. Na História das Instituições as categorias da análise mais utilizadas, conforme Magalhães (1996, p.21), são: espaço (local/lugar, edifício, topografia); tempo (calendário, horário, agenda antropológica); currículo (conjunto das matérias lecionadas, método, tempos); modelo pedagógico; professores (recrutamento, profissionalização, formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações); manuais escolares; públicos (cultura, forma de estimulação e resistências); dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização).

Nosella e Buffa (1996, 1998, 2000) estabelecem como categorias para a pesquisa das Instituições Educacionais os seguintes aspectos:

- Origem (criação, construção e instalação);
- Prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço);
- Mestres e funcionários (perfil);
- Clientela (alunos, ex-alunos);
- Saber (conteúdos escolares);
- Evolução e vida (cultura escolar).

¹ Cabe, aqui, ressaltar que a denominação de “elites” corresponde, essencialmente, às diferentes forças sociais de luta ideológica pela hegemonia. Tal luta pelo poder ou pela conservação do poder verifica-se por meio da força e da hegemonia, em que uma determinada classe e/ou grupo social procura justificar e manter a dominação, bem como conseguir o consenso ativo de todos os outros grupos e classes sociais. Nesse sentido a elite detentora do poder político representa os interesses de uma classe, cuja análise só adquire sentido quando relacionado às condições econômicas, políticas e ideológicas. (VISCARDI, 1995, p.39-56).

Segundo esses autores, por meio do estudo das categorias acima é possível compreender o funcionamento da instituição escolar e, ainda, reconstruir a história da instituição. No caso do objeto de estudo desta pesquisa, a análise das categorias encontradas possibilitou a compreensão e a reconstrução histórica da entidade.

Assim, na presente pesquisa as categorias que estão norteando a análise são:

- Origem (criação e instalação);
- Tempo/espaço (contexto histórico-cultural) em que se inseria a escola selecionada para análise;
- Prédio (adequações físicas, organização do espaço, mobiliário);
- Clientela (alunos);
- Distribuição do tempo escolar (calendário e horário das aulas);
- Professores e funcionários (perfil quanto ao recrutamento, formação, história de vida, itinerários);
- Saber (conteúdos escolares, forma de avaliação, plano de aula).

Ou seja, a seleção das categorias foi feita com base em dois critérios: primeiro foram priorizadas as que fossem contempladas com fontes suficientes para a análise; segundo, destacaram-se as que possibilitassem construir a realidade em que se inseria o Instituto Zootécnico (local, regional, nacional) e as que contribuíssem para a construção das práticas internas desenvolvidas no referido instituto, sua organização e seu funcionamento.

A análise das fontes primárias apontou para uma grande riqueza de informações sobre todas as categorias supracitadas. Pretende-se, a partir da análise de todos esses dados, ser possível um mergulho não só na exterioridade da instituição, mas também na sua interioridade, possibilitando reconstruir sua história.

Dessa forma, esta pesquisa pode contribuir para a compreensão do papel que essa instituição teve na sociedade em que esteve inserida. Pode, ainda, contribuir para se compreender várias de suas práticas, como: planejamento, construção da escola, arquitetura, seleção dos mestres, diálogo do edifício com a cidade e da escola com a sociedade. Todos esses elementos são importantes para a compreensão da existência da instituição escolar (BUFFA, 2002, p.32).

Balanço Historiográfico:

Para o levantamento de informações e dados historiográficos pertencentes a este objeto de pesquisa foram tomadas como referência obras, teses e monografias de vários autores que contextualizaram o cenário brasileiro e mineiro no período em estudo e, também, a temática enfocada, além de alguns memorialistas e historiadores uberabenses, que proporcionaram melhor compreensão da história de Uberaba, no final dos oitocentos.

Desta forma, dentre as obras estudadas foram identificados três grupos e assim classificados:

1º) obras históricas e memorialísticas, das quais se levantou o panorama geral do Brasil, de Minas Gerais e de Uberaba, no início da República Velha, ou Primeira República;

2º) obras que permitiram uma melhor compreensão do subtema levantado em estudo: a educação profissional e a instrução pública em Minas Gerais, no período desta pesquisa;

3º) obras que possibilitaram levantar os conceitos teóricos que respaldaram a análise, inclusive os referentes à observação das instituições escolares.

Com relação aos memorialistas, diz Le Goff (1991, p.245) que: “Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história.”

Tomou-se por opção utilizar os memorialistas neste trabalho devido ao fato de que, como o Instituto Zootécnico é uma instituição já extinta, os documentos e fontes iconográficas encontrados permitiram, por um lado, a reconstrução da história do referido Instituto. Um desses memorialistas, Hildebrando Pontes, foi aluno da instituição pesquisada e que traz em suas obras muitas informações acerca de fatos e personagens significantes na história do Instituto Zootécnico de Uberaba.

Quanto às obras históricas, dois autores devem ser ressaltados, pois tratam diretamente do tema proposto – Paulo Kruger Corrêa Mourão e John Wirth. Mourão (1962), em seu livro *“O ensino em Minas Gerais no tempo da República”*, apresenta um panorama geral do ensino mineiro, na Primeira República (1889-1930). O autor fez um estudo dos decretos, leis e relatórios oficiais expedidos pelo governo do Estado, abordando o método de ensino. Sua obra abrange, na primeira parte, o estudo do ensino primário e normal; na segunda, o ensino médio; e, na terceira, a abordagem do ensino superior e técnico, sendo este o tema mais ligado à pesquisa aqui apresentada. Seu estudo acerca do regimento interno das

instituições escolares da época proporcionou uma leitura dos parâmetros que regiam o ensino, em especial o ensino superior no Brasil, na Primeira República. O autor apresenta as escolas de ensino superior criadas no Estado de Minas Gerais, no período de 1839 a 1920.

Ao referir-se ao ensino superior, Mourão (1962, p.517) diz que: “Após a Independência do Brasil, os primeiros entusiasmos dos legisladores do Império nascente foram dirigidos no sentido de dotar o país de academias e escolas superiores para elevação da cultura geral da nação e aproveitamento eficiente de suas riquezas naturais.” Esse foi o pensamento norteador da elite mineira, expresso nas leis e regimentos que criaram as instituições de ensino superior no final dos oitocentos.

John Wirth (1982), na obra “*O fiel da balança – Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*” apresenta um estudo minucioso acerca dos aspectos políticos e econômicos de Minas Gerais, no final do Império (1822 a 1889) e no início da Primeira República. Em suas abordagens, fica clara a influência das questões política, econômica e social sobre a educação. Denomina “mosaico mineiro”², ressaltando a força que a política e a economia exerceram para a determinação do ensino em Minas.

No capítulo 5, o autor apresenta, com detalhes, a elite mineira e suas ações, enquanto tomada de decisões políticas e econômicas e sua força sobre a educação em Minas Gerais. Evidencia a participação de governantes mineiros, como Silviano Brandão, que teve influência direta no destino do Instituto Zootécnico de Uberaba. Em seu livro, o autor sempre se refere a Uberaba como uma cidade com características muito ligadas ao Estado de São Paulo.

Destaca-se a tese da Professora Dra. Vera Lúcia Abrão Borges (1998), que em seu estudo sobre “*A instrução pública primária na fala da elite mineira: 1892-1898*” trouxe grande compreensão sobre o papel dos legisladores mineiros e sua influência política e cultural na educação pública e primária mineira no período em estudo. A autora aborda os debates feitos pela elite mineira e as várias realizações de reformas e leis dentro dos contextos históricos, internacional, nacional e mineiro, demonstrando o envolvimento do legislativo mineiro, que estava comprometido com os ideais de modernidade e de progresso instalado em todo o país, principalmente no que se refere à adequação do ensino público primário, pois por meio da instrução é que se poderia promover a civilidade para os brasileiros.

² Esta expressão foi usada por Wirth (1982) para ilustrar certa particularidade do Estado de Minas Gerais. Em função de seu processo de ocupação e de suas condições naturais, Minas se dividiu em regiões internas, que se diferenciavam sobremaneira sob aspectos não só geográficos, como políticos, econômicos e culturais. Esta característica favoreceu a formação de uma elite plural e menos compactada, onde a diversidade de interesses implicou o estabelecimento de conflitos intra-oligárquicos diversificados.

Dados relevantes em sua pesquisa são os quadros apresentados nos anexos, os quais permitem uma visão ampla da elite mineira do início da Primeira República – cargos e funções ocupados, período de atuação, principais temas por eles discutidos e medidas que tomaram, nas legislaturas de 1892 a 1898, o que permitiu à pesquisadora perceber que a região do Triângulo Mineiro teve grande força política junto aos governantes do Estado, enquanto acumulação de fortunas, mas com uma representação pouco expressiva na legislatura.

Destacam-se também duas dissertações de mestrado: a de Luís Augusto Bustamante Lourenço e de Plauto Riccioppo Filho. Lourenço (2002), em sua dissertação “*A oeste de Minas – escravos, índios e homens livres numa terra oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 - 1861)*”, apresenta um panorama geral acerca da colonização do Triângulo Mineiro, no período de 1750 a 1861. Aborda as questões geográficas da região, a forma social de vida de seus habitantes (suas casas, os campos de criação, as culturas, os currais, as boiadas) e avança em direção aos primeiros modos do viver urbano: a economia e a escravidão. Sua contribuição para a presente pesquisa deu-se no sentido de localizar o desenvolvimento de Uberaba, desde sua colonização, situando-a dentro do Estado de Minas Gerais.

Riccioppo (2007), em sua dissertação de mestrado intitulada “*Ensino superior e formação de professores em Uberaba/MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos*”, centrou-se na formação de professores das principais instituições de ensino existentes no município bem como sua importância para a efetivação da classe de intelectuais que se formaram nessas escolas e o papel de destaque que os alunos assumiram na sociedade uberabense nas mais diversas áreas: economia, política e/ou educação.

Os memorialistas e historiadores estudados foram: Mendonça (1974), Pontes (1978), Rezende (1991), Bilharinho (2007).

O memorialista José Mendonça (1974), em sua obra “*História de Uberaba*”, apresenta a vida da sociedade uberabense naquele período, dedicando um capítulo para os tipos populares e os intelectuais da cidade. Desses intelectuais, os mais ligados diretamente à pesquisa proposta foram: Professor Alexandre Barbosa, Militino Pinto de Carvalho, Delcídes de Carvalho, João Pandiá Calógeras, Frederico Maurício Draenert, Hildebrando de Araújo Pontes, dentre outros. Esses personagens tiveram relevante importância na existência do Instituto Zootécnico, como se verá nos capítulos I e II desta pesquisa.

A obra de Hildebrando de Araújo Pontes (1978) “*História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*” apresenta a cidade de Uberaba em seus aspectos econômicos e sociais, mas detalha bastante as questões políticas da época. Alguns fatos relatados pelo

memorialista, como, por exemplo, a criação do *Jornal Lavoura e Comércio* e do Partido Republicano Mineiro, são importantes para esta pesquisa, pois estão ligados diretamente à história do Instituto Zootécnico.

A historiadora Eliane Mendonça Marquez de Rezende (1991), em sua obra *“Uberaba, uma trajetória socioeconômica (1811-1910)”*, aborda a cidade com foco na economia, colocando Uberaba como centro regional econômico da época, por estar na rota da exploração de ouro, entre os estados de São Paulo e Goiás. Por meio do estudo dessa obra, foi possível compreender a importância econômica, social, política e cultural que Uberaba teve no final dos oitocentos, a tal ponto de possuir uma escola de nível superior tão distante do grande centro cultural da época, o Rio de Janeiro.

Guido Bilharinho (2007), em *“Uberaba, 200 anos de história”*, mostra a cronologia dos fatos acontecidos no período em estudo e traz muitas informações acerca da economia, política e sociedade, acrescentando um aspecto diferente dos dois primeiros memorialistas, a questão educacional no município.

Estruturação do trabalho:

Para melhor compreensão dos fatos históricos ocorridos e que foram determinantes para a existência do Instituto Zootécnico, estruturou-se este trabalho em três capítulos.

O Capítulo I – *Condições histórico-culturais responsáveis pela implantação do Instituto Zootécnico de Uberaba, 1892 a 1895* – enfoca a presença e a participação do Estado em todas as ações e acontecimentos socioeconômicos da época, com ênfase especial para a categoria “elite política ou elite dirigente, o papel do Estado e sua hegemonia”, abordando a perspectiva teórica de Gramsci. Também analisa a formação histórica de Uberaba, com destaque a sua crescente influência socioeconômica na região do Triângulo Mineiro e em Minas Gerais.

No Capítulo II será reconstruída a *Breve vigência do Instituto Zootécnico de Uberaba, 1895 a 1898*. Atenta-se, aqui, principalmente, para a reconstrução dos fatos educacionais que contribuíram para a abertura do Instituto Zootécnico, de que foi exemplo a reforma do ensino instituída pela Lei nº. 41 – de 3 de agosto de 1892, que “*deu nova organização à instrução publica do Estado de Minas*” e foi regulamentada pelo Decreto nº. 975 – de 27 de outubro de 1896, que criou o Instituto Zootécnico. Abordam-se, ainda, alguns aspectos referentes a sua estrutura e organização, tais como: regimento interno, contratação de professores, currículo, carga horária, aulas práticas, notas dos alunos e plano de aula.

No Capítulo III, intitulado Processo de fechamento (1898 a 1899), extinção (1899 a 1912) e egressos do Instituto Zootécnico de Uberaba, abordam-se especificamente as prováveis causas da suspensão das atividades acadêmicas da instituição e a destinação do imóvel e dos equipamentos.

Assim, a presente pesquisa sobre o Instituto Zootécnico de Uberaba, desde a origem até sua extinção, não esgotará a riqueza de informações acerca desta instituição, de forma a atingir todos os aspectos de sua existência, mas contribuirá para futuros estudos e pesquisas em torno das iniciativas de educação rural superior, no Brasil Central, desencadeando reflexões quanto à importância da história das instituições escolares na Primeira República.

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS RESPONSÁVEIS PELA IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA, 1892 A 1895

Ao longo deste capítulo, pretende-se compreender as forças externas que interferiram na criação do Instituto Zootécnico de Uberaba, ou seja, os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais a que esta instituição se vinculava. O período em que se implantou o Instituto Zootécnico de Uberaba corresponde aos anos iniciais da Primeira República – 1892 a 1915.

O Brasil, de 1822 até 1889, viveu um regime político monárquico³, imperialista, em que todas as decisões estavam ligadas ao Imperador e às pessoas por ele nomeadas para exercerem os altos cargos públicos e políticos. No final dos oitocentos, dois grandes acontecimentos marcaram, fortemente, a história do Brasil: a falta de mão-de-obra devido à abolição da escravidão, em 1888, e uma nova forma de governo em decorrência do advento da República, em 1889.

Pressionado por todos os movimentos abolicionistas que já estavam ocorrendo, o país não teve como sustentar o regime escravocrata que durou cerca de quatrocentos anos. A abolição da escravidão era incontestável e promoveu, desta forma, uma (re)significação na forma de trabalho existente até então. O Brasil viu-se, portanto, diante de duas situações que demandavam ações urgentes. A primeira, não perder sua capacidade produtora, agroexportadora, uma vez que tinha de cumprir compromissos com seus compradores, principalmente os Estados Unidos e a Europa; e a segunda, preencher o vazio deixado pela mão-de-obra escrava. Produziu-se, assim, um impacto na sociedade brasileira: grande quantidade de negros libertos, que lutavam por seus espaços numa sociedade sob a hegemonia do branco. A abolição no Brasil foi um processo que abandonou os negros a sua própria sorte. Não obstante a toda essa mudança social, um novo regime de governo – a República – foi implantado no país, em 1889.

³ Não se pretende tecer um estudo específico sobre a monarquia e o império. Para isso sugere-se a leitura de Emília Viotti da Costa – Da monarquia à República: momentos decisivos. UNESP. 2007.

Com a Proclamação da República, em 1889, apenas um ano após a abolição da escravidão, a necessidade primordial que se instalou em todo o país foi suprir a falta de mão-de-obra para o trabalho. Assim, iniciou-se um novo movimento na sociedade brasileira. A facilidade de imigração da Europa, devido à pobreza, às dificuldades de sobrevivência e à superpopulação em alguns países, somou-se à necessidade de serem ocupados os grandes espaços com população inexistente (ou quase) no Brasil, devido à sua vasta extensão territorial (PETRONE, 1985, p.92).

Com a porteira aberta para a imigração, o Brasil recebeu de 1889 a 1929, 3.523.591 imigrantes, sendo que grande parte deles aqui chegou para trabalhar nas lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo, motivada pela possibilidade de se instalar com toda a família em pequenas propriedades policultoras e posteriormente conseguir a posse da terra.

Até antes da instauração da República, o governo federal era responsável pelos custos com a imigração. Com a Constituição de 1891 e a instalação dos estados federativos, a responsabilidade pelos custos com a imigração passou a ser atribuída diretamente aos estados, dentre os quais muitos criaram suas próprias inspetorias promotoras da imigração.

O afastamento do governo federal do processo de incentivo à imigração, aliado à redução de recursos, fez com que os estados também entrassem numa contenção de gastos com a mesma. Ora, o governo subsidiava todas as despesas para o imigrante e isto, de certa forma, onerou os cofres públicos. O Estado que manteve sua própria inspetoria foi São Paulo, que chegou a receber de uma só vez mais de 120.000 imigrantes, em sua maioria italiana, destinada ao trabalho nas fazendas cafeeiras (PETRONE, 1985, p.97).

O imigrante europeu que aqui chegou significou não apenas uma mão-de-obra para o trabalho, mas também uma classe de pessoas mais esclarecidas culturalmente, o que ocasionou um choque para um país que tinha em sua população 80% de analfabetos. Com o processo da imigração, o que se desejou no país foi promover o “branqueamento” da sociedade, sendo que se dava preferência à imigração de europeus, “escolhidos a dedo para branquear o país”, ou seja, substituir a grande população de escravos que aqui estava pelo “sangue bom”.

Erradicar o analfabetismo passou a ser, também, palavra de ordem para os governantes e isso somente seria possível promovendo o ensino primário às camadas mais pobres da população. Portanto, a salvação para o povo brasileiro estava na educação e no ensino. A alfabetização surgiu como uma “questão nacional por excelência” (NAGLE, 2003, p.227).

A forte pressão exercida pelos novos governantes brasileiros para que o mesmo se tornasse uma nação industrial foi outro fato marcante do início da República. Imbuídos desse pensamento, os republicanos defenderam o desejo pelo progresso expondo, em sua fala, que “o abandono das nossas indústrias impediu o nosso desenvolvimento e nos deixou viver no regime da rotina e do atraso” (NAGLE, 2003, p.212). Para Carvalho (2003, p.224), “a República instaurou o signo do progresso. A ideologia pelo desenvolvimento e pelo progresso passou a ser alvo de todos os debates políticos do país”. Por um lado, viu-se que a abolição da escravidão promoveu como consequência, a busca pela mão-de-obra de trabalho do homem branco, incentivado pela imigração a instalar-se no Brasil. Por outro lado, o pensamento republicano de incutir no país o desejo de desenvolvimento e progresso teve também os seus reveses.

A grande quantidade de imigrantes que adentrou o país pelo porto de Santos, sem nenhuma fiscalização sanitária, instalou-se, inicialmente, nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, provocando uma desordem social. Como tais cidades não tinham estrutura física para comportar todo esse contingente de novos moradores, surgiram os cortiços e o aumento da promiscuidade, o que, juntamente com a falta de infraestrutura e de saneamento básico, provocou e espalhou rapidamente as grandes epidemias de febre amarela, cólera e peste.

O Rio de Janeiro, por exemplo, na virada do século, estava acrescido de muitos escravos libertos vindos de vários pontos do país, migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros, funcionários públicos, empregados no comércio e no setor de serviços, todos eles pressionados por desemprego, inflação e baixos salários. A vida na cidade resultou no chamado “caos urbano” e, ainda mais, a crise habitacional “persistiu e se agravou depois da Proclamação da República”, “as epidemias reinavam com intensidade jamais vista” e problemas de saúde pública desafiavam as autoridades (VEIGA, 2003).

Portanto, era urgente a necessidade de reorganizar e (re)disciplinar a cidade. Surge então o movimento higienista, cujo objetivo, por um lado, era higienizar o espaço quanto à saúde; por outro lado, era importante limpar também as mentes, pois esse pensamento fazia parte da modernidade.

Tal idéia esteve presente também na Europa e nos Estados Unidos, em quem o Brasil espelhou-se para implantar o mesmo movimento, imbuído de que também na educação era necessário promover o movimento de higienização. Tornava-se mister pensar na higienização das cidades e seus espaços, mas era igualmente importante a higienização física e mental, por meio da prática de atividades corretas e adequadas ao desenvolvimento do corpo, bem como o

incentivo a leituras que promovessem pessoas de moralidade elevada e sanidade mental. A escola deveria ser também higienizada, pois, segundo Gondra (2003, p.533), “na dilatação do raio de ação da higiene e na especialização desse serviço estariam a chave mestra para fazer com que a escola cumprisse o duplo *desideratum* de instruir e moralizar”.

Ainda segundo o mesmo autor, de acordo com os estudos científicos realizados na medicina, era também importante pensar na construção de escolas com arquitetura adequada e que favorecessem a aprendizagem no que diz respeito ao espaço escolar, com salas amplas, iluminadas, bem ventiladas, enfim, pensar num espaço especialmente construído para a necessidade do aluno, e não mais atuar em espaços improvisados (GONDRA, 2003).

No Brasil, a campanha higienista esteve, sobretudo, a serviço de dois projetos da classe dominante: superar a humilhação frente ao "atraso" do país em relação aos "países civilizados", pela realização do sonho provinciano de assemelhar-se à Europa, e salvar a nacionalidade pela regeneração do povo. O discurso da elite no final dos oitocentos, ou seja, no início da República, era de embelezar as cidades, fazê-las elegantes, artísticas e modernas⁴.

O Rio de Janeiro, capital do país, foi a primeira cidade a instalar o processo de modernização, com a construção de novas casas, bairros, edifícios. Também, de lá surgiu todo o suporte científico para o movimento de higienização do país, comandado por Osvaldo Cruz.

Tal movimento não se restringiu apenas às grandes cidades, mas chegou também ao interior do Brasil. Esta ação higienista, chamada de “urbanista civilizatório”, passou a ser a ordem do dia (MENDONÇA, 1988, p.2). O objetivo desse movimento foi, também, incutir nas cidades o estilo de vida europeizada, moderna e progressista. A reorganização das cidades influenciou diretamente o modo de pensar da sociedade.

A economia sofreu forte impacto e:

Com a expansão da lavoura cafeeira, a remodelação material do país (redes telegráficas, ferrovias, instalações portuárias, melhoramentos urbanos etc.), um inicial surto de crescimento industrial e, principalmente, uma urbanização significativa acoplada ao fim do regime de escravidão e à adoção do trabalho assalariado completaram um conjunto de processos e situações que colocavam o país no rumo da modernização (GHIRALDELLI, 1994 p.15).

4 O historiador Needell (1993) ressalta a diferença de propósitos das reformas urbanas da Paris da segunda metade do século passado e do Rio da segunda década republicana: o barão de Haussmann queria uma cidade bela, eficiente e saudável, mas também executar um plano urbanístico de natureza contra-revolucionária, atacando “os bastiões da revolta da classe trabalhadora”; o engenheiro e prefeito carioca Pereira Passos tinha um plano de urbanização de caráter antitradicionalista, fincado em padrões de eficiência, saúde e beleza à européia, mas queria também executar um ataque “aos bastiões de um meio essencialmente brasileiro e sua cultura afro-brasileira, incompatível com a transformação do Rio em vitrine da Civilização” (NEEDEL, 1993, p. 65-73).

Esse processo de desenvolvimento ocorreu em vários estados brasileiros e trouxe reflexos a muitas cidades. Todo esse movimento social, com a urbanização do país e mudança política advinda da implantação da República, provocou a reorganização do Estado, sendo que a necessidade de escolarização apareceu como meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais caminhos promissores para seus filhos. A instrução daria ao povo condições de trilhar um caminho e não se desviar dele (FARIA FILHO, 2003, p.137). Desta forma, somente por meio da educação, da erradicação do alto nível de analfabetismo é que o Brasil poderia se colocar frente aos países ditos civilizados – esta foi a crença presente no período, sendo que o movimento imbuído da mesma foi denominado por Nagle “Entusiasmo pela Educação”. De acordo com Nagle (1964):

Considerar a escolarização como o problema vital, pois da solução dele dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas da nacionalidade. A escolarização é o instrumento do progresso histórico, eis a afirmação tornada princípio inquestionável. Isso não significa que não fossem percebidas muitas outras questões: era impossível deixar de perceber os problemas de natureza política, econômica e social; no entanto, pediam primazia para os problemas educacionais, desde que na solução destes se encontrasse a chave para resolver aqueles (NAGLE, 1964, p.109).

Os entusiastas da educação – presentes nas organizações partidárias, grupos intelectuais, esferas do governo, sem falar nos colégios – acreditavam que a escolarização era o "problema vital" do país. Solucionado o problema da educação, estariam resolvidos os problemas políticos, econômicos e sociais. O brasileiro alfabetizado poderia votar e, segundo a expectativa de várias organizações políticas, faria com que o país deixasse de ser governado por oligarquias. O brasileiro educado poderia contribuir, como trabalhador qualificado, para a modernização industrial. Por fim, os contrastes sociais desapareceriam, porque a escolarização acabaria com a "ignorância popular", considerada responsável pela pobreza de grande parte da sociedade. Os ideais republicanos e democráticos poderiam ser cumpridos; todos os homens, por terem passado pela escola, viveriam como iguais (NAGLE, 1964).

O pensamento republicano foi permeado pela idéia de que escolarizar as pessoas era fundamental para tirar o país do atraso cultural e industrial em que se encontrava. Apesar de haver vários outros problemas instalados na sociedade como, por exemplo, a pobreza, a urgente necessidade de controle sobre a migração e a imigração, o movimento higienista, as graves crises de saúde devido às várias epidemias, a elite intelectual da Primeira República

colocou na pauta dos governantes a questão da escolarização como o item de prioridade nacional.

Com base no que foi instituído pela Constituição Republicana, aliado ao pensamento positivista, o país iniciou uma nova caminhada rumo à tentativa de tirar a nação da ignorância, pela falta de conhecimento científico, e do atraso cultural.

A Constituição da República de 1891 diz, no Art. 5º: “Incumbe a cada Estado prover, às expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar”. Assim, a partir desta Constituição, o Estado passou a ter autonomia para criar e promulgar suas leis, inclusive no que se refere à criação de escolas, o que, no período imperial, era reservado aos governos central e das províncias.

Os estados passaram a ter, portanto, quase total liberdade para gerir suas necessidades, inclusive as educacionais, desde que não ferissem a Constituição Republicana. Ao atribuir aos estados a responsabilidade pela organização e implementação da instrução, o governo central isentou-se de qualquer proposta de formação de um sistema político unificado de ensino que pudesse contribuir para o desenvolvimento mais homogêneo da educação nacional.

1.1 Minas Gerais – um Estado a ser povoado

Minas Gerais, no início da República, passou pelos mesmos acontecimentos resultantes da abolição da escravidão e da imigração, muito importantes para povoar a vasta extensão geográfica do Estado. Apesar de ter uma atividade econômica amplamente agrícola, voltada especialmente para a pecuária e as grandes fazendas produtoras de café, o que lhe dava uma super dependência dessa monocultura, e mesmo sendo o café produzido em larga escala nos latifúndios escravistas, ainda era menor que a produção paulista. Minas Gerais também se influenciou pela ideologia da modernidade.

Mesmo tendo sua economia centrada na produção do café, na pecuária e em algumas mineradoras instaladas na região de Ouro Preto, Minas Gerais não proporcionou uma hegemonia de produção para o Estado, pois fornecia seus produtos a baixo custo para Rio de Janeiro e São Paulo e comprava de volta os alimentos processados e bens industriais por alto

valor. Minas era tão dependente do Estado de São Paulo que os paulistas diziam: “Onde o mineiro vai, o progresso pára” (WIRTH, 1982, p.77).

Outro fator importante e determinante na economia mineira foi a falta de estradas que contribuíssem para o escoamento da produção. “Carecemos de estradas de ferro para transportar o progresso e a prosperidade ao Centro (de Minas)”, escreveu Afonso Pena⁵, governador do Estado de Minas, e em cuja gestão o Instituto Zootécnico foi criado, em Uberaba.

Devido à sua vasta extensão territorial, Minas Gerais foi dividida em sete regiões bem delimitadas por sua economia e política: Triângulo Mineiro, Sul, Zona da Mata, Norte, Centro, Oeste e Leste. O Triângulo Mineiro e grande parte do Sul de Minas pareciam pertencer naturalmente ao mercado paulista, ao qual estavam ligados através de boa estrada e via férrea. Os guias comerciais de São Paulo incluíam os municípios do Triângulo, no final, com letra miúda. A Zona da Mata integrava-se comercialmente ao Distrito Federal (então, Rio de Janeiro). O Norte, uma zona atrasada de pecuária, parcialmente integrada à capital, Rio de Janeiro, tornou-se pólo de crescimento somente nos anos de 1920.

Segundo Iglesias (1990):

Apesar de Minas ser nesta época o Estado mais populoso do país, sua demografia era pouco expressiva, sendo que em 1889 sua população se distribuía em 113 municípios e era, em sua maioria, analfabeta, talvez 85%, com traços vivos de falta de sentido de cidadania, homens presos a proprietários em cujas terras viviam ou das quais dependiam, onde imperava um extremo autoritarismo (IGLESIAS, 1990, p.165).

Esse foi o contexto encontrado na nova sociedade que se formava no país, e em especial em Minas Gerais. Percebe-se claramente o reflexo da abolição da escravidão influenciando diretamente na sociedade. Por um lado, a liberdade, tão almejada, centro de grandes movimentos pela libertação dos escravos, era agora concreta e real, mas por outro lado, não se sabia o que fazer com essa população excluída de todos os bens sociais e culturais.

⁵Afonso Pena foi governador de Minas Gerais entre 1892 e 1894, sendo o primeiro chefe de Estado mineiro a ser eleito pelo voto direto. Foi durante seu governo que se decidiu pela mudança da capital do Estado, de Ouro Preto para a Freguesia do Curral d'El Rei, hoje Belo Horizonte. Foi presidente do Banco do Brasil, de 1895 a 1898, e depois senador por Minas Gerais. Tornou-se vice-presidente quando da eleição de Rodrigues Alves, em 1902 (substituindo Francisco Silviano de Almeida Brandão, morto antes da posse); e na eleição seguinte foi elevado à presidência (posse em 15 de novembro de 1906).

O alto índice de analfabetismo refletia-se diretamente na estrutura socioeconômica do Estado, demarcando os limites sociais de homens ricos e detentores dos meios de produção e bens culturais em um extremo e, no outro, trabalhadores livres, que viviam em condições miseráveis, de extensa pobreza e até de fome. A elite econômica em todo o Estado temia fazer investimentos na agricultura e na indústria, com receio dos riscos que corriam, e isso contribuiu para que os investimentos fossem feitos em bancos do Estado de São Paulo. Em 1889, o Estado possuía poucos recursos e estrutura física, principalmente no que se refere às estradas (IGLESIAS, 1990, p.170). Essa falta de estrutura para acompanhar o desenvolvimento do país deu a supremacia econômica às zonas cafeeiras paulistas. Embora sendo o Brasil um país voltado amplamente para a exportação e Minas o Estado mais populoso, com cerca de três milhões e cem mil habitantes, a questão geográfica era um fator que muito prejudicava o seu crescimento econômico.

No século XIX, Minas era uma região que vivia em decadência; terminado o brilho da mineração, insistia ainda na busca da antiga riqueza, já sem perspectiva. A agricultura se sobressaiu como atividade produtiva, com destaque especial para a pecuária. A criação e a lavoura de café depois conquistaram novas áreas, principalmente as que ficam entre o centro mineiro, São Paulo e Rio de Janeiro (IGLESIAS, 1985, p.364). O Estado de São Paulo despontava-se devido à prosperidade da produção cafeeira, enquanto o Rio de Janeiro enfrentava uma decadência política e econômica.

Para acompanhar o crescimento, Minas Gerais precisou povoar suas terras, e o fator imigratório no Estado deu-se muito mais para o incentivo de ocupação das grandes extensões de terras das vilas e cidades do que pela formação de mão-de-obra para o trabalho rural ou escravo, pois nessa época Minas possuía o maior índice de escravos do país (230.000 dos 800.000, ou seja, de 30%). De acordo com esses números, percebe-se o quanto a produção mineira foi dependente da atividade realizada pelos escravos.

Segundo Borges (1998):

Enquanto um complexo de capital monopolista, a expansão cafeeira a Oeste de São Paulo e da Zona da Mata Mineira acarretaram várias transformações nos meios de transportes, construindo-se ferrovias, nas cidades, que passaram a atuar como centro mercantil e de prestação (cidade como mercado de bens e de produção), a produção rural para a exportação, que passou a ser medida pelo capital externo, sendo sua produção dependente de empréstimos estrangeiros. Também houve melhoramento dos materiais urbanos, como o saneamento básico, o serviço de água e o fomento ao comércio. O corpo social das cidades se diversificou e dinamizou, com a mercantilização da força de trabalho organicamente hierarquizada, de onde emergem novos setores médios evoluídos no trabalho não-manual, livre e assalariado (crescendo o trabalhador

intelectual assalariado), paralelamente ao trabalho escravo (BORGES, 1998, p.109).

Via-se, dessa forma, o nascimento de uma nova classe social, formada por uma mão-de-obra não mais somente de escravos libertos, mas também contando com a contribuição, inclusive intelectual dos imigrantes estrangeiros. O oeste de São Paulo e a Zona da Mata mineira, por uma proximidade geográfica, ganharam novos contornos com o progresso. As cidades começaram a modernizar-se, acompanhando o ideal republicano, tornado-se mais dinâmicas e atuando como centros mercantis, implantando melhoramentos em serviços como saneamento, fornecimento de água e o comércio (VEIGA, 2003).

Apesar da sua crise econômica, Minas Gerais pelo menos possuía hegemonia política em grande parte do Estado e essa hegemonia foi extremamente determinante nas ações do Estado. Ouro Preto, até então capital do Estado, já estava com a exploração do ouro esgotada e, também devido à sua localização geográfica, impossibilitada de expandir-se para acompanhar todo o processo de desenvolvimento instalado no país.

Assim, Minas, para se destacar no novo cenário republicano e mostrar-se unida politicamente, propõe o deslocamento da capital mineira, que até então era sediada em Ouro Preto, para a área central do Estado. A criação de uma nova capital, no centro geográfico de Minas, facilitaria o equilíbrio de diversas facções políticas que disputavam o poder e de certa forma promoveria Minas como um Estado moderno e industrializado. O planejamento e a criação dessa nova capital não poderiam se esquecer das condições de higiene e mobilidade da população, pensamentos coerentes com a modernidade.

No sentido de acompanhar o ideal do progresso instalado em todo o país, Minas Gerais fundou uma nova capital, Belo Horizonte. Localizada no centro do Estado, foi projetada pelo engenheiro Aarão Reis, entre 1894 e 1897. Belo Horizonte foi a primeira cidade brasileira moderna planejada, concebida nos moldes europeus vigentes à época, com ruas e avenidas amplas, edifícios bem construídos. A educação em Belo Horizonte se organizou em torno dos grupos escolares pomposos, ostentando todo o poder da classe dominante e no sentido de cidade moderna, conforme pode ser observado no trecho do relatório escrito por Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto nº. 817, de 15 de abril de 1895.

Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120m x 120m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carros e trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35m., suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população (...) (DECRETO nº 817, de 15/04/1895).

Percebe-se, pelo relato desse engenheiro, toda a preocupação de que a nova capital correspondesse ao perfil de cidade moderna, bela e aprazível para viver. Era necessário construir uma cidade que atendesse à mobilidade e às perspectivas da vida moderna ao mesmo tempo em que fosse um lugar em que o homem convivesse com o tráfego dos carros, oferecesse condições de canalizações subterrâneas. Enfim, uma cidade que tivesse beleza, conforto e funcionalidade para os moradores. A construção de Belo Horizonte e o empréstimo feito em bancos europeus, principalmente para pagar as várias obras no Estado e principalmente a contratação da Companhia Ferroviária Inglesa, para que, pelos trilhos, o progresso fosse levado aos sertões mineiros, foram condicionantes para que o Estado tivesse um grande endividamento nos cofres públicos, entre 1895 a 1900 (WHIRTH, 1982).

1.2 Triângulo Mineiro – uma região em expansão

Com relação ao Triângulo Mineiro, área rica em terras férteis, e especialmente Uberaba, faz-se necessária uma abordagem sobre sua colonização, para que esse conhecimento colabore com a construção do entendimento sobre a criação do Instituto Zootécnico, justamente no período em que o Estado estava entrando numa decadência financeira.

A região do Triângulo Mineiro era, então, habitada pelos índios Tremembé, expulsos posteriormente pelos Caiapós, os quais ocuparam a região que, segundo Teixeira (2001), ia de Itu/SP a Cachoeira de Urubupungá, passando pelo Triângulo Mineiro até Vila Boa de Goiás, rumo aos rios Araguaia e Tocantins. No século XIX, essa região pertencia à província de São Paulo e a sua ocupação estava inserida no seu processo de interiorização da exploração econômica da colônia, que num primeiro momento tinha em suas expedições, oficiais ou não, o objetivo de capturar os índios para o trabalho escravo.

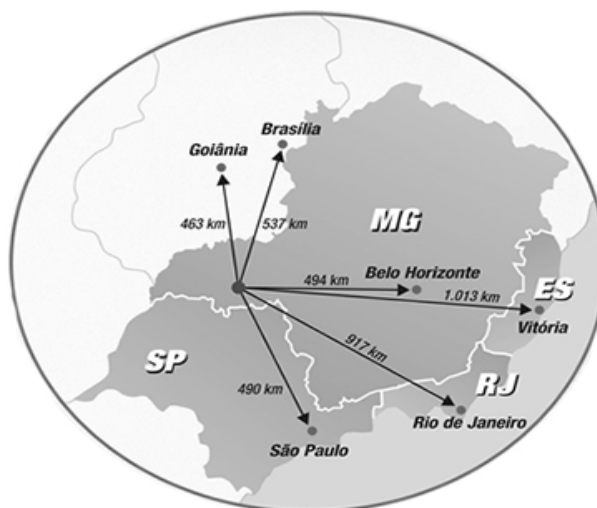


Figura: 1 - Mapa da localização geográfica de Uberaba/MG

Fonte: www.uberaba.mg.gov.br.

Uberaba, cuja denominação indígena significa “águas claras”, está localizada nessa região do Estado de Minas Gerais, cerca de 500 quilômetros distante de grandes centros como São Paulo (SP), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG) e Brasília (DF).

Era um lugar habitado por índios Caiapós, subjugados pelos sertanistas devido ao desbravamento de terras em direção ao Estado de Goiás. Nos vinte primeiros anos do século XIX ocorreu uma transferência da condição de principal núcleo do Sertão da Farinha Podre do Desemboque para Uberaba (IGLESIAS, 2002, p.87).

O povoamento do município iniciou-se em 1812. Com a expansão das fronteiras de exploração, a oeste do Desemboque, em 1812, o sertanista José de Azevedo instalou um pequeno núcleo colonial, fora da reserva indígena, nas cabeceiras do Ribeirão do Lageado. Este núcleo era formado por algumas dezenas de cabanas habitadas por colonizadores emigrados do Julgado de Nossa Senhora do Desemboque. Os índios aldeanos, por sua vez, viviam às margens do Lages, na aldeia conhecida como Uberaba Falso.

Major Eustáquio, colonizador de Uberaba, recebeu o título de curador, devido a influências políticas de seu irmão, e assim, juntamente com outras famílias, mudou-se para a região onde se formou a cidade de Uberaba. O Major construiu, então, sua residência a três quilômetros do Rio das Lages, à qual deu o nome de *Paragem de Santo Antônio*. Ali foi o marco para o nascimento da cidade de Uberaba. A fazenda de Major Eustáquio, denominada *Chácara da Boa Vista*, que em 1895 pertencia ao Coronel José Bruno de Oliveira, foi desapropriada para a instalação do Instituto Zootécnico.

Uberaba, durante muitas décadas, esteve na condição de arraial, sendo elevada a cidade em 1836, por meio da Lei Municipal nº 125, de março de 1839.

Os primeiros habitantes de Uberaba vieram do mais importante núcleo populacional da região, o antigo Arraial do Desemboque, cujas minas, em fase de esgotamento, compeliram parte de seus habitantes a emigrar rumo ao oeste, com o objetivo de penetrar e explorar a extensa faixa de terra compreendida entre os rios Paranaíba e Grande, para obter melhores condições de vida. Essa ocupação foi incentivada pela forma de ocupação e povoamento, pelo regime de sesmarias, adotado pelo governo de Goiás. As sesmarias referiam-se à adoção de terras com demarcações oscilantes e quando os aventureiros aqui chegaram se depararam com terras férteis e clima salubre, muito favorável à criação de gado e à agricultura (SAINT HILAIRE, 1819; PONTES, 1978; REZENDE, 1983).

O trajeto trilhado pelos bandeirantes, que vinham de São Paulo e passavam pela cidade em busca das jazidas de ouro encontradas no Estado de Goiás, também foi um dos fatores que contribuíram para o crescimento da população e o fortalecimento do povoamento.



Figura 2- Mapa do trajeto aproximado da Estrada do Anhanguera em um mapa atual.

Fonte: Riccioppo (2007).

No período de povoamento, Uberaba possuía fazendas com grande extensão de terra, quase sempre doadas pelas sesmarias, que, quando vendidas, tinham preço irrisório, pois os colonos não se aventurariam a enfrentar um sertão desconhecido para a exploração de pequenas propriedades. Como a terra não era onerada com impostos e o poder do Estado era quase nulo, o gado tinha mais valor do que a terra. Destaca-se também que não havia formas de escoamento da produção agrícola, sendo, portanto, a maior parte consumida nos limites das próprias fazendas ou dentro das fronteiras da região, fator que desestimulava o cultivo do solo.

Uberaba sempre teve uma economia marcada pela exploração agrícola, o que favoreceu o manejo de culturas variadas bem como a criação de gado Zebu, introduzido na

região por João Pandiá Calógeras⁶, que teve importante participação na instalação do Instituto Zootécnico de Uberaba. Além da produção agrícola, o comércio era também monopolizado pelos grandes fazendeiros. Desta forma, era possível a concentração do capital nas mãos de poucos, ou seja, de uma minoria. Sendo os proprietários das grandes fazendas também os proprietários do comércio, dificultava o aparecimento de pequenas propriedades e de pequenas casas de comércio.

Um crescimento pode ser observado em 1874, quando Uberaba já tinha em seu comércio diversos pontos que comercializavam os mais diferentes produtos, possuindo muitos armazéns de sal e molhados, dez casas de varejo e doze de atacado e varejo (PONTES, 1978, p.93).

Segundo Rezende (1983, p.74), somente a partir de 1880 o comércio passou a ser o grande promotor das mudanças socioeconômicas, sendo que na cidade já se comercializava grande quantidade de sal, um produto de muito valor à época, bastante procurado, pois era fundamental para a pecuária, que crescia e ganhava novo desenho de produção, com a criação do Zebu.

Paralelamente à criação da pecuária, a cidade passou a ter um importante comércio e um *status* socioeconômico no Estado, que a projetou como importante pólo da região e das cidades vizinhas.

Devido ao incentivo do governo mineiro para a imigração, em 1880 foram abertas três importantes fábricas: a de Tecidos do Cassu; uma de chapéus; e um engenho central. A instalação destas fábricas demonstrou que a cidade estava iniciando uma nova fase em sua história comercial.

⁶ João Pandiá Calógeras nasceu no Rio de Janeiro, em 19/06/1870, em uma família de origem greco-francesa. Em 1890, formou-se engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto e, em 1891, foi nomeado engenheiro do Estado de Minas Gerais. Em 1894, assumiu o cargo de consultor técnico do secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais, Francisco Sá, sendo deslocado para a 4ª Circunscrição Literária, sediada em Uberaba. Residiu na cidade por algum tempo, tendo sido, inclusive, lançado candidato a deputado federal por este município, no pleito de 1895. No período de 1897 a 1914 foi eleito cinco vezes deputado federal por Minas Gerais, alcançando grande reputação como político. Foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no governo de Wenceslau Brás; na mesma gestão foi também ministro da Fazenda. Na administração de Epitácio Pessoa foi ministro da Guerra, tendo promovido uma grande modernização no exército brasileiro. Em 1922, afastou-se da política e, entre 1923 e 1929, presidiu a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre. Em 1928 foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia. Desenvolveu, por toda a vida, grande atividade intelectual como jornalista, conferencista e escritor. Em 1903, publicou seu primeiro livro, *As minas do Brasil e sua legislação*; posteriormente, escreveu várias outras obras, dentre as quais, *A política monetária do Brasil* (1910); *Os jesuítas e o ensino* (1911); *Novos rumos econômicos* (1912); *Rio Branco e a política exterior* (1916); *A política exterior do Império* (1927); *Formação histórica do Brasil* (1930); e *Conceito cristão do trabalho* (1933). Em 1933, com o objetivo de participar da Assembléia Nacional Constituinte, reelegeu-se deputado federal (o mais votado de Minas Gerais), mas acabou falecendo em 1934, na vigência de seu mandato (PECHMAN, 2005).

Apesar de distante dos grandes centros políticos e culturais da época, Uberaba já era uma cidade respeitada e conhecida, num país tão carente de centros urbanos dotados de alguma infraestrutura. Moraes (1899), em uma carta, descreve a cidade, em 1881:

Uberaba é uma cidade comercial; levantada no centro da indústria pastoril e da agricultura, ela constituiu-se a mola real de todo o movimento mercantil daqueles sertões, e ao mesmo tempo o promotor principal de seus melhoramentos morais, agitando-os à luz da imprensa, pela discussão das teses sociais que se prendem ao progresso humanitário. [...] A cidade é extensa, suas casas sofríveis, suas ruas mal alinhadas e algumas mal calçadas, e se bem que seja a mais importante do sertão e esteja destinada a constituir-se capital de uma província, não corresponde, todavia, à brilhante nomeada que tanto a recomenda ao viajante como uma corte em miniatura (MORAES, 1899, p. 66).

Percebe-se, pela descrição do autor da carta, que Uberaba já possuía uma importância na indústria pastoril e agrícola da época, consolidando-se como parte importante para impulsionar o progresso na região do sertão do Brasil Central.

A cidade, apesar de sua importância, ainda possuía pouco avanço, pois não tinha um desenvolvimento coerente com sua condição de, à época, ser comparada a uma corte em miniatura, uma vez que suas ruas eram mal alinhadas, casas sofríveis, ou seja, de arquitetura pobre.

A figura 3 mostra a Fábrica de Tecidos do Cassu.

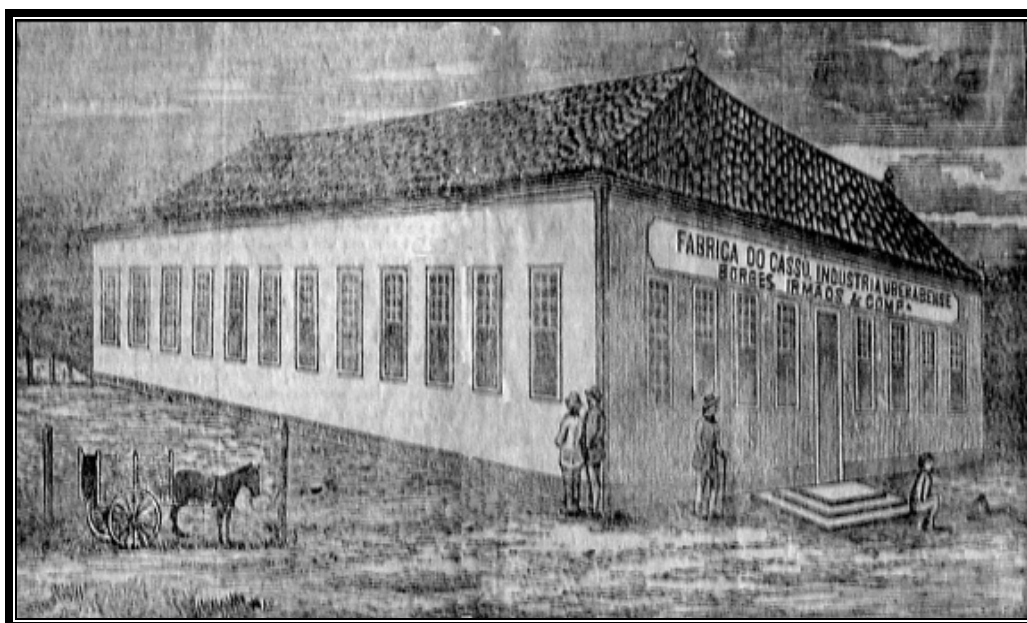


Figura 3 – Fábrica de Tecidos do Cassu, 1886.
Fonte: Jornal Gazeta de Uberaba (11/07/1886).

Contando com um considerável número de trabalhadores assalariados, em grande parte imigrante italianos, a instalação da Fábrica do Cassu foi também um marco na mudança das relações de trabalho vigentes em Uberaba. Foi a partir do funcionamento dessa tecelagem – e das várias pequenas indústrias familiares montadas por imigrantes europeus – que o moderno modo de produção capitalista começou a articular-se na cidade, fazendo nascer o operariado uberabense e, provavelmente, com ele as lutas de classes que já se instalavam em todo o país (RICCIOPPO, 2007).

A imprensa de Uberaba⁷ noticiou, em 1888, a imigração italiana:

De há muito se tem originado uma pequena corrente de imigração italiana para esta cidade. Existem actualmente immigrados d'aquella nacionalidade cerca de 100. Embora seja esse numero reduzido, comparado com o algarismo da população desta cidade, comtudo muito tem contribuído para o seu estado actual de prosperidade. Cabe-lhes a gloria da prioridade de iniciativa de muitas das industrias que se acham estabelecidas entre nós e contribuem para o nosso movimento commercial. Cidadãos laboriosos, os membros da nossa colônia italiana têm fundado nesta cidade duas fabricas de cerveja que hoje possuímos officinas de alfaiate, caldeireiro, ferreiro, armeiro e outras, e inquestionavelmente esta cidade lhes deve uma parte do seu actual movimento. Se desta primeira experiência podemos, sem receio de errar, guiarmos em nossos cálculos, certamente a vinda de immigrants italianos para esta cidade ser-lhe-ha de incontestavel vantagem (GAZETA DE UBERABA, 05/05/1888, p.1)

Observa-se que a imigração italiana trouxe avanços significativos para a sociedade uberabense, instalando indústrias das mais diversas atuações comerciais, como alfaiate, caldeireiro, ferreiro, fábrica de cerveja, dentre outras, assim como o foi também em outras regiões do país. A política mineira na última década dos oitocentos foi extremamente determinante para o avanço do Estado⁸. O incentivo imigratório proporcionado pelo governo de Minas trouxe a Uberaba muitas famílias de nacionalidades diferentes.

⁷ A partir desta página, todas as reportagens encontradas nos jornais pesquisados foram transcritas conservando-se a redação original, ou seja, a língua portuguesa vigente no período desta pesquisa.

⁸ O Estado é entendido, aqui, como o organismo propiciador da máxima expressão de um grupo ou classe social. É a reunião da sociedade civil e da sociedade política. A sociedade política é o núcleo governativo propriamente dito, o aparato de poder pelo qual as classes dominantes exercem o domínio legal através de mecanismos de coerção sobre toda a sociedade. A sociedade civil é o local dos aparelhos privados de hegemonia (WIRTH, 1985).

IMIGRANTES	Nº
Portugueses	612
Italianos	391
Espanhóis	161
Sírios e turcos	90
Japoneses	89
Alemães	54
Franceses	34
Inglêses	10
Russos	08
Dinamarqueses	06

Quadro 1- Nº de imigrantes que se estabeleceram em Uberaba

Fonte: Pontes, 1974, p.93-97.

Conforme indicado no Quadro 1, as colônias portuguesas e italianas eram as maiores. Para Mendonça (1974, p.97), a colônia italiana foi uma das que mais colaboraram para o progresso e o desenvolvimento de Uberaba, pois estava muito integrada ao comércio, indústria, agricultura e às artes e ofícios.

Ainda segundo Pontes (1978, p. 94), que foi um dos alunos do Instituto e em 1895 estava com 15 anos, “a imigração tornou-se notabilíssima; abriram-se diversas casas de negócios, algumas das quais com renda superior anual a 1.700 contos de réis. Para o mesmo autor o trânsito de carros de boi era intenso, que chegou a denominá-lo de “colossal”.

A pecuária exerceu papel fundamental na economia local, como pode ser percebido na publicação de jornal, abaixo transcrita, onde se destaca a indústria pastoril preocupada com o cruzamento de raças de gado, além de chamar a atenção para a “aptidão dos nossos campos para a criação do gado”.

A principal indústria desta região, a pastoril, tem prosperado sensivelmente pelo cruzamento das raças existentes entre si e com indivíduos de outras raças importadas por criadores inteligentes. Embora os preços a que tem atingido o gado não hajam sido tanto quanto seria desejável, compensadores dos esforços dos criadores (isto devido às despesas que fazem com o transporte delle para os pontos de venda), contudo essa indústria prospera e se aperfeiçoará cada vez mais pela aptidão dos nossos campos para criação do gado (GAZETA DE UBERABA, 31/12/1888, p.1).

Outro fator importante assumido pela elite de Uberaba foi a abertura de novo porto na barra do Ribeirão da Ponte Alta, no Rio Grande, entre a freguesia de Uberaba e a Vila de

Franca, que encurtou o caminho em 15 léguas e impulsionou o comércio de Uberaba. Até então, tudo o que se transportava via portuária era feito pelo porto de Santos.

Passados cerca de quatro anos após o relato da carta de Moraes (1881), o que se pode perceber é que o desenvolvimento da cidade acontecia a passos lentos, pois pouca mudança se nota, conforme o que se observa na figura 4 as ruas estreitas, sem calçamento e isentas de passeio, com pouco movimento de transeuntes.

As casas possuíam muitas portas e janelas, característica da arquitetura marcante das cidades do interior, no final dos oitocentos, pois não havia planejamento no seu crescimento geográfico e populacional.

Percebe-se que nessa época, apesar de todo o crescimento relatado nas cartas pelos visitantes que passaram por Uberaba, este ainda era um lugar que carregava as características de uma cidade interiorana. Nota-se, ainda, que as casas eram construídas todas muito juntas, o que demonstra que seus proprietários não eram detentores de vultosas fortunas, pois os terrenos não eram de grande extensão.

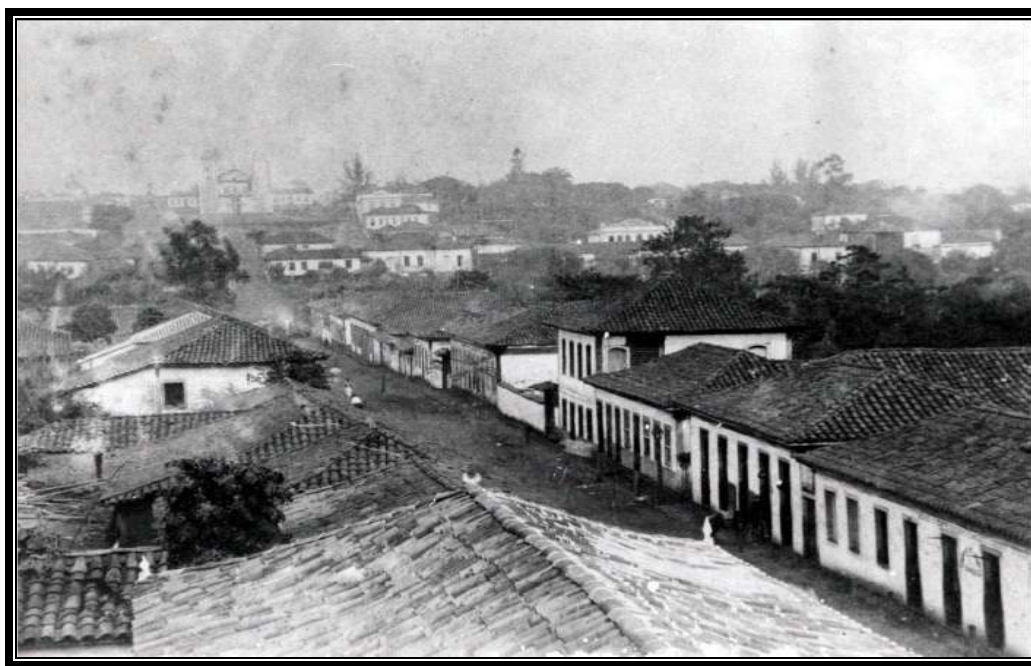


Figura 4– Vista parcial de Uberaba, 1884.

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba/MG.

Apesar de toda simplicidade, a cidade estava num momento de expansão e crescimento da população. Para Pontes (1974, p.93) nessa época, o tráfego das mercadorias em pelas estradas do município elevou-se consideravelmente, provocando o desenvolvimento da cidade. Em 1886 havia na cidade 986 prédios urbanos e quatro anos depois (1890), mais de 1.500.

Uberaba, não muito diferente das demais regiões mineiras, inaugurou sua linha de ferro em 23 de abril de 1889 (GAZETA DE UBERABA, 24/04/1889). Rezende, (1983, p.82) afirma que desde essa data, o gado e todas as outras riquezas produzidas em Uberaba, como café, milho, feijão, arroz e açúcar, eram transportados pelo trem de ferro. O progresso havia chegado à cidade e desencadeado uma notória transformação econômica, social e cultural. Ocorreram mudanças no modo de agir e pensar da população. A atividade pastoril novamente passou a liderar, em caráter quase absoluto, a vida socioeconômica, anulando grandemente, a partir deste período até a década de 30, as características deixadas pela vida comercial (REZENDE, 1983, p.114).

A chegada da estação ferroviária abriu, para Uberaba, grandes possibilidades de exportar sua produção para o mercado do litoral a preços competitivos, o que significou a geração de mais lucros, atendendo, assim, aos objetivos do capitalismo que se instalava em todo o país (COUTINHO, 2006, p.38).

Por meio da ferrovia, os fazendeiros transportavam também o gado pelo trem de ferro até Campinas, sendo levado posteriormente ao Rio de Janeiro. Surge, assim, a figura do boiadeiro, que assumiu importante papel na sociedade, pois à época era sinônimo de certo *status* socioeconômico, que, profissionalmente, se equiparava ao fazendeiro.

A partir dos anos de 1890 foram abertas algumas agências bancárias em Uberaba com funções capitalistas: Banco Mineiro (Casusa), Banco de Minho e, mais tarde, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (REZENDE, 1983, p.77).

Em Uberaba, no ano de 1894, já pode ser percebido o grande salto de desenvolvimento e modernidade ocorrido na última década, ou seja, desde 1884, conforme figura abaixo:



Figura 5 – Vista da Praça da Matriz, 1894.

Fonte: Departamento de Documentação da Câmara Municipal de Uberaba.

Na figura 5, tem-se uma vista da Praça da Matriz, de 1894, sendo importante perceber alguns aspectos do desenvolvimento que se consolidou na cidade nos últimos dez anos. Observando a figura acima, pode-se notar um certo progresso. Casas mais pomposas, requintadas, e até sobrados, um cenário diferente das casas retratadas na figura 3.

Percebe-se, ainda, um grande contraste social entre pessoas com trajas pobres, chapéus de palha, alguns descalços, mais rústicos e realizando tarefas braçais (negro carregando cesto, pobre vendendo frangos, etc.) e ricos vestindo ternos, usando chapéus, provavelmente, de feltro e bengala. Mulher da sociedade com vestido longo e babados, conforme costume europeu, e usando chapéus; um cenário urbano com várias marcas do rural, como por exemplo: carro puxado por bois, carroças transportando mercadorias, cavalo como meio de transporte.

Nota-se também a igreja com grandes torres como centro de referência na cidade, em torno da qual se realizavam as atividades sociais e comerciais. Percebe-se, ainda, que se tratava de uma praça onde se desenvolvia o comércio. Ruas largas e planejadas. Casas com construções de uma arquitetura moderna para a época. A presença de calçadas para os pedestres também é uma marca da arquitetura moderna da época. Segundo os historiadores uberabenses, o prédio maior, que se vê em frente ao coqueiro, abrigou a Câmara Municipal, assim como o é até hoje.



Figura 6 – Vista da Praça da Matriz, 1895.

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba/MG.

Percebe-se na figura 6 a praça central da cidade, onde se localiza hoje a Praça Rui Barbosa – que continua sendo o marco referencial de centro da cidade. Pela figura, nota-se que a praça havia sido construída atendendo o padrão de cidade moderna, devido às largas ruas no seu entorno. Também pode ser notado o papel de destaque que a Igreja possuía ainda naquela época. Vê-se também que as plantas estavam pequenas, ou baixas, denotando uma construção mais recente.

É importante perceber, também, que a praça estava cercada por um alambrado, provavelmente para impedir a entrada de animais, como bois, pois aquele foi um local em que o comércio do gado era bastante difundido. Ainda, coerente com o pensamento de modernidade, nota-se um coreto destinado às apresentações das bandas de música, que tinham, então, grande significado para a sociedade, conferindo *status* às cidades que as possuíam. Outro fato que se percebe é que o portão ficava trancado, demonstrando que apesar de ser um lugar público não era acessível a qualquer pessoa, destinado, provavelmente, à elite da época.

Nesse contexto de profundas transformações sociais, culturais e de grande desenvolvimento econômico e político começaram a surgir em Uberaba as articulações para a instalação do Instituto Zootécnico.

Em 12 de dezembro de 1892, em ofício da Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais, tem-se o pedido à Câmara Municipal para se incumbir de desapropriar 30 ou 40 alqueires de terrenos, situados dentro do perímetro da

cidade ou em suas circunvizinhanças, para neles serem se instalar o prédio que abrigaria o Instituto Zootécnico.

Iglesias (1985) mostra qual era o pensamento da elite intelectual no final dos oitocentos quando aborda:

[...] para melhorar a agricultura, não é a introdução de novas espécies de animais ou vegetais, como pensaram muitos na época, preocupados com o chá, o anil, a cochonilha, o camelo, mas a elevação do nível técnico do trabalho, com o uso de instrumentos adequados e o abandono de práticas antigas, de baixa produtividade. A idéia comum para combate ao mal é o ensino, com cadeiras ou escolas de agricultura, fazendas que servissem de modelo, ou a distribuição de obras sobre agricultura e indústria, de modo a divulgar novos métodos (IGLESIAS, 1985, p.382).

Destaca o autor o pensamento de que por meio do ensino agrícola o homem sairia da condição em que estava para alcançar outros caminhos, pois elevaria o nível técnico do trabalho. O ensino seria o grande redentor da situação de miséria em que o homem e a sociedade se encontravam. No Brasil, que estava influenciado pelas teorias europeias e americanas de desenvolvimento e progresso, era necessário combater o alto índice de analfabetismo, alarmante à época, e isso somente seria possível por meio de uma melhor escolarização. Concordando com o positivismo, defendia-se que seria necessário abandonar as formas rudimentares de produção para dar lugar ao conhecimento das ciências, da técnica, elevando o nível de produção por meio de instrumentos e equipamentos adequados.

Percebe-se que, durante os três anos de seu funcionamento, o Instituto Zootécnico de Uberaba pregou esse discurso aos seus alunos e à comunidade uberabense, conforme se observará no próximo capítulo, que trata da atuação dos alunos e professores da instituição.

Imbuídos desse pensamento, a elite política de Uberaba iniciou, assim, uma articulação junto ao presidente do Estado, para a implantação de uma escola de ensino superior no município.

Marcados pelo movimento do “entusiasmo pela educação”, que se iniciou em 1894 e durou até meados dos anos 1920, a elite política e os intelectuais encontraram forças para buscar a melhoria do ensino (NAGLE, 1985, p.279). Esse acontecimento também permeou o ensino rural, no sentido de reforçar a moralização e a modernização das técnicas de produção do trabalho no campo. Em Minas Gerais surgiu a necessidade de uma reforma ampla que promovesse transformações desde o ensino primário ao superior, para que se pudesse acompanhar as questões educacionais, sociais e políticas que se instalaram pelo país.

Com relação ao ensino, especificamente o superior, algumas iniciativas tiveram destaque no Estado de Minas Gerais, como os campos práticos de experimentação e abertura do Instituto Agrônomo e Zootécnico, conforme será abordado mais adiante.

Esse momento foi propício à concretização de criação do Instituto Zootécnico, pois era desejo do presidente de Estado promover uma reforma geral na instrução pública mineira da época. Para organizar todo esse movimento da reforma do ensino a Assembléia Mineira contou, dentre vários outros legisladores, com a experiência do deputado estadual professor Alexandre Barbosa⁹ (1865-1940), que teve importante atuação em todo o processo.

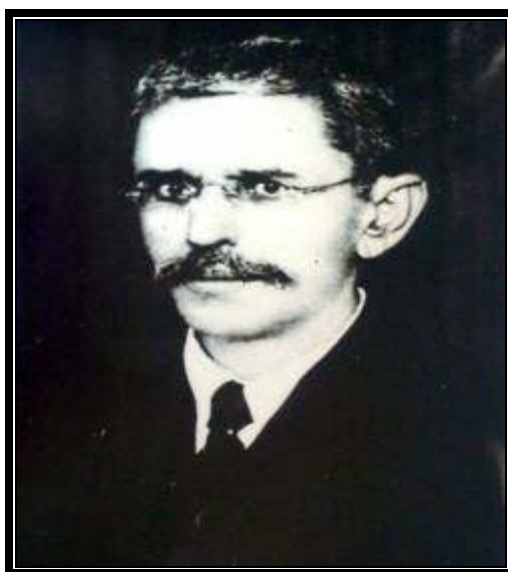


Figura 7 - Professor Alexandre de Souza Barbosa

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba

Mendonça (1974) definiu assim o professor Alexandre Barbosa:

⁹ Alexandre Barbosa era mineiro de Taboleiro Grande, município de Sete Lagoas, e ex-seminarista (GAZETA DE UBERABA, 10/10/1891). Em Ouro Preto, foi aprovado em um concurso para professor de Geografia da Escola Normal de Uberaba, mudando-se para a cidade em 1885. Em 20 de março de 1889, em resposta à visita do conde D'Eu (marido da princesa Isabel) a Uberaba – para inaugurar a nova ferrovia –, ao lado de outros jovens intelectuais e políticos uberabenses, fundou o *Clube Republicano 20 de Março* e ingressou na vida política. Com a chegada da República, Alexandre Barbosa foi um dos integrantes da *Junta do Governo Provisório*, criada para manter a ordem pública. Essa junta governativa serviu ao município até 14/02/1890, quando foi empossado o primeiro *Conselho de Intendência*, nomeado pelo governo estadual e tendo como intendente Wenceslau Pereira de Oliveira. Dentre os membros do conselho estava Alexandre Barbosa (BILHARINHO, 2006). Alexandre Barbosa, embora forasteiro e de origem simples, era um cidadão emergente dentro da sociedade uberabense e o exercício de um cargo político era a porta de entrada para o convívio com a restrita elite cultural e econômica da cidade. Mesmo sendo um intelectual da classe média, culto e idealista, e que dedicou boa parte da vida às lutas sociais, Barbosa incorporou rapidamente os ideais da burguesia rural e abraçou a causa da escola superior de agricultura (RICCIOPO, 2007, p.196).

Um dos intelectuais mais brilhantes que já viveram em nossa terra. Homem de bem, caráter puro, imaculado. Agrimensor competentíssimo impunha-se não só pelo seu valor profissional, mas também pela sua probidade, pela sua honradez, pela severidade de suas atitudes. Professor emérito da nossa Escola normal realizou o ensino de geografia por processos próprios, que muitos pedagogos modernos estão agora “descobrimo” como autênticas novidades. Vindo ainda moço para Uberaba, foi escolhido para o alto e honroso cargo de Constituinte Mineiro, na Primeira República. [...] membro, no Parlamento Estadual, de várias comissões, notabilizou-se na do ensino. No Alto das Mercês, organizou uma chácara opulenta, com plantação de mais de 5.000 mangueiras e de diversas espécies de árvores raras do Brasil e de outros países. Muito amou nossa terra; muito serviu Uberaba. (MENDONÇA, 1974, p.256).

O professor Alexandre Barbosa foi, então, convidado a compor a Comissão que reorganizou o ensino público do Estado de Minas Gerais. Sua atuação nesta Comissão foi de grande importância, sendo assim divulgada numa seção intitulada *Galeria Parlamentar Mineira*, no Jornal *Renascença*, de São João Del Rei, em 1891:

Nas poucas vezes que tem occupado a tribuna revelou-se orador fluente, erudito, correcto e lógico. Do grande projecto da reforma do ensino, ora em discussão, foi collaborador assíduo, e alli deixou luminosos rastros de seus brilhantes dotes intellectuaes. [...] Contando hoje apenas 26 annos, de estatura baixa e franzina, fronte espaçosa, olhar inquieto, usando de óculos, despreoccupado do trajo, Alexandre Barboza tem já a fronte sulcada de rugas, que revelam o pensador philosopho, o estudioso, mas não occultam, nem impedem a jovialidade de uma alma sã e os característicos da mais acendrada lealdade e sinceridade (JORNAL RENASCENÇA, de São João Del Rei, em 1891 apud GAZETA DE UBERABA, 10/10/1891, p.1).

Na 81ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais, realizada no dia 8 de outubro de 1891, Alexandre Barbosa e outros dois deputados propuseram uma emenda ao Projeto de Lei Nº. 41, encaminhando a proposta da abertura de duas escolas de ensino superior, sendo o Instituto Zootécnico em Uberaba e o Instituto de Agronomia em Leopoldina. Tal emenda, de número 217, de 9 de outubro de 1891, foi aprovada no dia seguinte (Anais dos Trabalhos da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais, MINAS GERAIS, 1892) (Anexo 1). A imprensa uberabense noticiou esta proposta na seguinte matéria, seis meses depois:

[...] o Estado de Minas pode e deve intervir no melhoramento da industria pastoril, que alem de ser já presentemente bastante prospera, é também a fornecedora da força necessária a muitas outras industrias e que serve de meio de transporte para mercadorias por toda a parte, onde ainda não chegou a estrada de ferro. É preciso, porém, para que o auxilio do Estado se torne

efficaz, que elle seja methodicamente ministrado. Deve-se começar pela criação de uma instituição de ensino modesta, mas dotada de terreno, animaes, e material industrial e therapeutico. O plano de um instituto dessa espécie, approved no anno passado na Camara dos Deputados e que ora se discute no Senado, contém precisamente as bases de uma organização que não pode deixar de produzir os mais benéficos resultados (GAZETA DE UBERABA, 21/05/1892, p.1).

Alguns aspectos são importantes e devem ser observados nesta matéria de jornal. O primeiro refere-se ao papel de interventor assumido pelo Estado, como aquele que tinha o poder de “salvar” a situação econômica por meio do melhoramento da indústria pastoril. Apesar de tentar implementar o progresso, pela produção industrial das fábricas, como acontecia na Europa, em especial na Inglaterra, Minas não conseguiu muito êxito nesta empreitada.

Outro ponto a ser destacado é que o Estado se encontrava muito atrasado em termos de transporte e dependia ainda de animais para o escoamento da produção agrícola. Esta situação dificultava o desenvolvimento econômico, devido à falta de estradas e ainda à vasta extensão territorial do Estado, o que tornava moroso o processo da comercialização. Ainda deve ser considerado que o Estado não tinha controle sobre o que produzia e era preciso, portanto, sua intervenção, criando mecanismo eficaz de controle da sua demanda produtiva.

Assim, a criação de uma instituição de ensino superior se fazia de suma importância para tirar o homem do campo da “rudeza” da produção agrícola, proporcionando-lhe condições de produzir cada vez mais e melhor. Soma-se, a isso, o fato de que essa instituição deveria ser bem implantada, dotada de espaço físico próprio bem como de animais destinados ao estudo teórico e prático.

Desta forma, o ensino passou a ser visto como instrumento de construção política e social (LOURENÇO, 1962, p.21). Tem-se, aqui, novamente, o ideal de desenvolvimento e progresso que foi a base do pensamento republicano. Era necessário que surgisse uma nova estrutura, uma nova proposta para a educação, um novo parâmetro, de forma a sustentar, como que por colunas, todas as exigências de progresso advindas da Primeira República.

1.3 Contexto educacional de Uberaba (1892 – 1895)

Em de 1892, Uberaba possuía 20.000 habitantes, sendo que deste total apenas 590 jovens estudavam nas escolas uberabenses, considerando todos os níveis de ensino. Ou seja, apenas 3% da população em idade escolar – número pouco expressivo em face da quantidade de habitantes. O ensino público abrigava 363 alunos e as escolas particulares, 227 (GAZETA DE UBERABA, 21/05/1892). Em 30/06/1892, alegando uma recomendação da inspetoria geral da instrução pública do Estado, o governo suprimiu todas as cadeiras noturnas das escolas estaduais uberabenses, o que reduziu ainda mais a oferta de ensino para a população estudantil (MINAS GERAES, 02/07/1892).

Curiosamente, apesar da ordem expedida pelo governo do Estado, foi em meados de 1891 que a Câmara Legislativa Estadual ampliou o debate que teve como objetivo reestruturar a instrução pública no Estado, o que resultou na reorganização do ensino mineiro instituído por meio da Lei 41, de 03/08/1892 (Anexo 2). Tal iniciativa culminou na abertura de várias escolas em 1894, provavelmente, engajadas no pensamento de que por meio da instrução se elevaria o nível de civilidade do país.

A Câmara Legislativa Mineira aprovou a Lei Nº. 41, de 3 de agosto de 1892, por meio da qual o Estado propôs uma reforma ampla para a instrução pública em Minas Gerais, no ano de 1891. Foi um dispositivo que criou e regulamentou o ensino público desde o nível primário, passando pelo elementar, secundário, técnico e superior. Para sua aprovação, a Câmara Legislativa Mineira teceu várias discussões até que se chegasse à redação final da mesma, pois essa lei também teve de acompanhar e atender juridicamente aos ideais de modernidade instalados na Primeira República.

A Lei 41, de 03/08/1892, que deu nova organização à instrução pública do Estado de Minas Gerais, previu nos artigos 253, 259 e 264 que o Estado tivesse dotação orçamentária própria para acobertar as despesas de funcionamento do Instituto. Entretanto, percebe-se que na prática isso não ocorreu, pois a instituição passou por grandes dificuldades financeiras, principalmente nos aspectos de aquisição de equipamentos e materiais para as aulas práticas, em especial, nos anos de 1897 e 1898, conforme será verificado no capítulo II.

A proposta encaminhada por Alexandre Barbosa para a reforma do ensino público naquela época previu ainda a instalação de outros institutos, redigidos na Lei 41, de 03/08/1892, da seguinte forma:

Com os recursos que na lei do orçamento do Estado forem opportunamente determinados serão fundados e mantidos dois institutos agronômicos: um no município da Itabira, pela transformação proveitosa da Escola Agrícola que ora ahi custêa o Estado, e outro no município de Leopoldina; e dois institutos zootécnicos: um na cidade de Uberaba, e outro na cidade de Campanha (Lei nº 41, Sessão II, Capítulo único, art. 253, de 03/08/1892 MINAS GERAES, 1893, p.80).¹⁰

Dois cursos superiores voltados especificamente para a área rural foram criados pela Lei 41, de 03/08/1892: o primeiro de Zootecnia, instalado em Uberaba, e o segundo de Agronomia, instalado em Itabira, que já possuía uma Escola Agrícola, provavelmente de nível técnico. O Instituto de Zootecnia proposto para funcionar em Campanha não chegou a ser implantado, sendo que em seu lugar foi instalado apenas um Campo Prático de Experimentação, que era equivalente a um curso técnico. O curso de Leopoldina também não foi implantado (DECRETO N. 760 – DE 11 DE AGOSTO DE 1894) (Anexo 3).

O ensino superior mineiro, até então, reduzia-se às Faculdades de Farmácia e à Faculdade de Minas, ambas sediadas em Ouro Preto; muito pouco, frente ao peso político e econômico do Estado em relação ao país. Os filhos das famílias mais abastadas acabavam forçados a deslocar-se até o Rio de Janeiro ou São Paulo para conseguir um diploma superior, fosse de médico ou, principalmente, de advogado, sendo que com tal diploma fazia-se o orgulho da tradicional elite política do Estado. Desta forma, a notícia da abertura desta instituição gerou grande entusiasmo, principalmente por parte dos pecuaristas locais, ávidos pelo desenvolvimento do município, e foi assim publicada pelo Jornal Correio Católico em 1892:

O Instituto Zootechnico viria a ser um abundante foco de luz que regenerará a industria pastoril nesta região. Nesse Instituto serão creados animais de raça, que irão melhorar a criação já existente: ahi se estudarão as enfermidades do gado, o meio de curá-las. Ahi se applicarão os processos necessários para a utilização mais econômica e rendosa dos productos da industria pastoril. Certos estamos de que o illustre presidente deste Estado não deixará de

¹⁰ O primeiro Curso de Zootecnia, reconhecido no Brasil, foi fundado na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. A aula inaugural foi no dia 13 de maio de 1966. A palavra zootecnia é de origem francesa, "zootechnie", formada a partir dos radicais gregos "zoon" e "tecnê", para designar o conjunto de conhecimentos relativos à criação dos animais domésticos, sendo estes o principal objeto de estudo da zootecnia. Em Uberaba, após o fechamento do Instituto Zootécnico, a primeira instituição voltada para a zootecnia teve início em 6 de agosto de 1973, quando a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ criou a Fundação Educacional para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias – FUNDAGRI, entidade destinada a criar e manter cursos superiores. Em 30 de junho de 1975, o Ministério da Educação autorizou o funcionamento do curso de Zootecnia da Faculdade de Zootecnia de Uberaba – FAZU.

providenciar no sentido de ser dado começo a essa instituição [...] (Jornal Correio Católico, 1892 *apud* CORREIO CATÓLICO, 04/12/1960, p.5).

Esta instituição, ao nascer, já foi concebida para ser um instrumento de levar a “luz” do conhecimento aos fazendeiros uberabenses. Nessa época já havia, no município, a preocupação com o melhoramento genético, na tentativa de aperfeiçoar a raça de gado que se criava, buscando uma linhagem genética cada vez mais resistente ao clima e ao solo de Uberaba. Também já se percebe o forte sentido capitalista, quando citado que a indústria pastoril necessitava de uma utilização mais econômica e rentável, proporcionando, assim, maiores lucros aos pecuaristas locais.

O Instituto Zootécnico foi instalado, parcialmente, no final do governo de Afonso Pena e a partir de 07/09/1894, no governo do Senhor Crispim Jacques Bias Fortes¹¹, deu-se continuidade às obras de instalação.

¹¹ Crispim Bias Fortes ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se formou em Ciências Jurídicas em 1870. Retornou a Barbacena, onde exerceu os cargos de promotor de Justiça e juiz municipal. Exonerou-se da magistratura em 1879 para atuar na política. Em 1881 elegeu-se deputado provincial pelo Partido Liberal, sendo sucessivamente reeleito até o fim do Império, ocupando por algumas vezes a presidência da Assembléia. Foi reeleito novamente em 1889, mas em decorrência de manobras dos partidos Liberal e Conservador, acabou não sendo diplomado como deputado provincial. No início da República, recebeu convite de João Pinheiro da Silva para elaborar o anteprojeto da Constituição de Minas Gerais. Exerceu o governo provisório de Minas Gerais por nomeação do Marechal Deodoro da Fonseca em quatro breves ocasiões, que na prática se estenderam de 24 de julho de 1890 a 11 de fevereiro de 1891. Em 1894 teve de renunciar à cadeira de senador estadual em virtude de sua eleição para presidente do Estado de Minas Gerais pelo período de 7 de setembro de 1894 a 7 de setembro de 1898. Durante seu governo, realizou-se a transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897. Após o mandato de presidente estadual, retornou ao senado estadual, onde permaneceu até 1918, vindo a falecer durante o exercício do mandato.

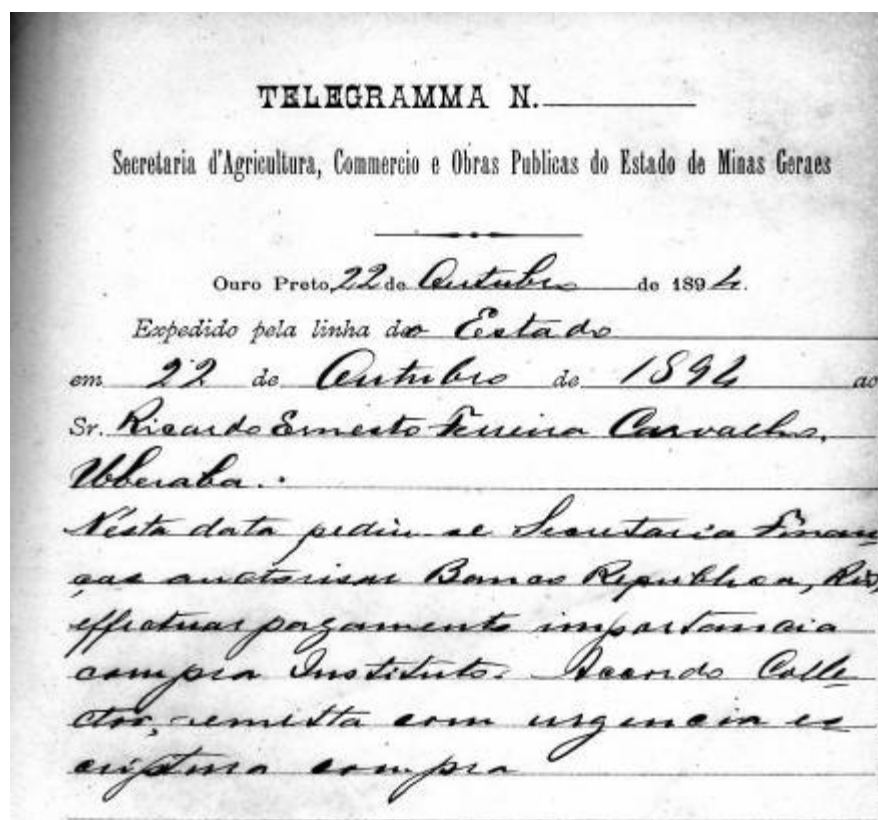


Figura 8: Telegrama do secretário de Agricultura de Minas Gerais, 1894
Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura SA. 1042 - Arquivo Público Mineiro

O Dr. Pandiá Calógeras, engenheiro da 4ª Circunscrição Literária¹², que nessa época era, também, consultor técnico da Secretaria de Agricultura, ficou encarregado de realizar um estudo das fazendas que oferecessem boas condições para a implantação do Instituto. Ele atendeu à solicitação do secretário de Agricultura, agilizando a aquisição da Fazenda Boa Vista, com 1.000 hectares, de propriedade do Coronel José Bruno de Oliveira, pelo valor de 40.000\$000. O pagamento para a efetivação da compra da referida fazenda encontra-se em telegrama expedido pela Secretaria de Agricultura, no ano 1894.

Um questionamento se faz necessário acerca da aquisição deste imóvel. De acordo com as fontes analisadas até aqui, esta fazenda foi, inicialmente, de propriedade do Major Eustáquio, fundador da cidade de Uberaba. Ora, nessa época era comum a prática do coronelismo¹³, conforme pode ser estudado nas anotações de Pontes (1979). Desta forma,

¹² Na obra de Mourão (MOURÃO, 1959, p.11, Cf BORGES, 1998) encontra-se a distribuição dos arraiais, cidades, vilas, freguesias e capelas pelos quinze Círculos. Mais tarde, o Estado foi dividido em 20 Círculos.

¹³ Influência dos coronéis na política. Tipo social do grande proprietário rural de comportamento despótico e patriarcal que, por força do consenso geral de um sistema de obrigações e favores, confunde em sua pessoa atribuições de caráter privativo e público. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os

pergunta-se: o valor pago foi o de mercado? Segundo historiadores locais, o valor pago pela chácara foi alto se comparado, por exemplo, que à época da escravidão um bom escravo custava entre 600\$000 e 800\$000. Ao se comparar esses valores com o que foi pago pela fazenda, percebe-se que daria para comprar cerca de cinco bons escravos.

Em consulta aos livros do Arquivo Público de Uberaba também foram encontrados os registros de venda de propriedades com valores muito inferiores ao que foi pago pela fazenda do Sr. Bruno de Oliveira. Tal análise remete à possibilidade de que a venda dessa fazenda para a instalação do Instituto Zootécnico tratou-se de um arranjo político com o Estado, pois naquela época os coronéis influenciavam diretamente nos colégios eleitorais, e era importante, para o Estado, ter aliados políticos fortes distribuídos pela várias subregiões mineiras.

Devido à importância desse estabelecimento de ensino para a cidade de Uberaba, a Câmara de Vereadores da época aprovou a isenção de imposto no valor de 1.800\$000 (hum mil e oitocentos contos de réis), que o Estado deveria recolher para os cofres do município. Percebe-se, novamente, a influência da política na tomada de decisões. Este assunto foi lavrado em ata da Sessão da Câmara, no dia 05 de novembro de 1894:

Tendo o Estado de realizar a compra da chácara do Capitão José Bruno de Oliveira para o Instituto Zootechnico, cuja compra já se realizou sendo a escriptura lavrada pelo tabelião João Baptista Pinheiro que expedio guia para pagamento do imposto, o qual não foi pago, porque intendi ser de equidade não se cobrar, visto tratar-se de um melhoramento para o municipio como é o que se trata, tanto assim que a Camara Municipal tem em vista fazer a aquisição de terrenos e offerecer ao Estado para esse fim. Está sábio o direito da municipalidade de haver do Estado o imposto de 1.800\$000 réis se assim entender a maioria de seus membros. Sala das Sessões, 5 de Novembro de 1894. O Agente Executivo em exercício, Antero Rocha. Posto em discussão e votação foi approved por unanimidade de votos (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA, 05/11/1894, p.171).

proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no Estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela (LEAL, 1976).

A instalação do Instituto Zootécnico foi vista como um “melhoramento” para a cidade, demonstrando, mais uma vez, o interesse da elite local, utilizando-se de uma “troca”, ou favoritismo, prática que era comum naquela época.

No dia 05/11/1894, já concretizada a aquisição da fazenda, pelo governo, o diretor passou a residir no prédio existente naquele local (TRIBUNA DO POVO, 07/11/1894).

Desta forma, foi criado, por decisão do governo de Minas Gerais, o Instituto Zootécnico de Uberaba, a primeira instituição de ensino superior do Brasil Central destinada à formação de engenheiros agrônomos.

As finalidades do instituto foram estabelecidas e publicadas no Decreto 975, de 27 de outubro de 1896, constando:

Art. 1º. O Instituto Zootechnico de Uberaba tem por fim especial:

1º. preparar profissionaes para a industria criadora e para as mais importantes que se utilizam dos productos animaes; 2º. ministrar uma instrucção agrícola geral, theorica e pratica aos alumnos que o freqüentarem de modo a espalhar o mais possível no paiz os conhecimentos de agricultura racional; as raças de animaes do paiz, nos diversos pontos de vista da carne, do leite e do trabalho; 4º. fornecer aos criadores reproductores de bôa raça, para a cobrição no estabelecimento ou em postos estabelecidos nos municípios, quer por venda de animaes importados do estrangeiro ou educados no Instituto; 5º. desenvolver a cultura das plantas forraginosas apropriadas à alimentação dos animaes (MINAS GERAES, 1896, p. 350).

Pelo artigo citado acima, percebe-se claramente os ideais de progresso que o país buscava naquele momento e o fortalecimento da prática capitalista. Colocar a ciência a serviço do produtor rural era uma forma de introduzi-lo no mundo das relações capitalistas e, ainda, oferecer-lhes condições de acesso à instrução agrícola teórica e prática, o que o tiraria do conhecimento empírico, proporcionando o conhecimento técnico-científico.

Por meio da leitura desta matéria de jornal, percebe-se que o Instituto foi criado para atender a uma classe social especial, a de criadores de gado ou grandes fazendeiros, com o objetivo de que, pelo conhecimento científico, houvesse melhor produtividade nas fazendas e, consequentemente, maior lucratividade. Esse pensamento estava em consonância com a implantação do capitalismo em todo o mundo, pois por meio da racionalização do trabalho e do tempo e com a utilização de técnicas científicas, o produtor rural poderia aumentar os lucros, utilizando um tempo menor no trabalho, bem como um número menor de mão-de-obra. Essa atitude por parte do produtor rural o faria abandonar as técnicas rudimentares e empíricas de produção, substituindo-as por técnicas produtivas mais rentáveis.

Nota-se, ainda, que a implantação do Instituto em Uberaba correspondeu aos anseios da elite local, em concordância com o sentimento nacional de busca pelo desenvolvimento, caracterizado por Wirth (1982, p.27) como movimento “da marcha para o progresso”. E, ainda mais, atendeu não somente aos interesses em prol da educação dos filhos da elite local, que poderiam cursar uma escola de ensino superior sem se deslocar para os grandes centros, como também atentou para a possibilidade da melhoria da produção pecuária por meio de orientação científica que os pecuaristas recebiam como será abordado no próximo capítulo.

Aos senhores fazendeiros é chegada a hora de verem praticamente realidade ao alcance de todos, e pelo modo mais profícuo, o ensino profissional de que tanto necessita a industria pastoril... É chegada a vez de podermos dar a prova real e material de nossas afirmações. Contamos - cōscios de que estamos do critério dos senhores fazendeiros, e do desejo que mostram dos melhoramentos em suas explorações, de que o objecto de sua maior pré ideação, já pela matricula de seus filhos, já pelas visitas amiudadas ao estabelecimento que virá derramar tanta luz... (GAZETA DE UBERABA, 28/08/1894, p.1).

Essa matéria do Jornal Gazeta de Uberaba indica que o Instituto foi criado realmente para atender à classe de fazendeiros que residia em Uberaba e região, ao afirmar que esses mesmos fazendeiros já veriam o seu sonho realizado, matriculando seus filhos para adquirirem tal conhecimento científico e prático, que seria aplicado em suas terras. E, ainda, ao dizer que o estabelecimento traria tanta luz, pode-se deduzir que, com o conhecimento adquirido, outros caminhos seriam implantados na produção local, aprimorados pela técnica científica.

Esta reportagem também apresenta o fato de que pelo conhecimento científico os alunos do Instituto teriam condições de tirar da “ignorância” os fazendeiros que até então continuavam produzindo de forma rudimentar, ou seja, utilizando a forma de produção que aprenderam de seus pais – com conhecimento do senso comum. O Instituto Zootécnico de Uberaba foi uma escola, portanto, que teve o propósito de trazer “luz” aos pecuaristas locais e impulsionar o progresso numa simples cidade do interior do Brasil Central. Essa luz decorria da importância desse acontecimento social e político para o município de Uberaba, principalmente por trazer conhecimento científico e seus benefícios à sociedade e aos pecuaristas locais.

Com a inauguração do Instituto Zootécnico, Uberaba passou a ter uma escola superior, quando possuía oito mil habitantes na sua zona urbana e antes mesmo de ter luz elétrica, ruas calçadas, serviços de esgotos ou água encanada. Assim, o sonho de ter uma

instituição de ensino superior voltada para a área rural foi concretizado em 05 de agosto de 1895, com a inauguração do Instituto Zootécnico de Uberaba (BILHARINHO, 2006).

Pelos dados já expostos, percebe-se que, após a proclamação da República, o Brasil passou por grandes transformações em todos os aspectos. Enfrentou a grande crise causada pela abolição da escravidão e a consequente falta de mão-de-obra para o trabalho nas fazendas, principalmente para a produção de café, abrindo as portas para a imigração estrangeira que aqui se fixou em grande número, especialmente os italianos.

O pensamento republicano conferiu maior autonomia aos estados, que, por um lado, deixaram de ser tão dependentes da centralidade do governo federal, mas que, por outro, assumiram enorme endividamento dos cofres públicos devido ao grande esforço de acompanhar o sentimento de modernidade e progresso que se instalou por todo o país.

Em meio a esse intuito de promover no Brasil o mesmo sentimento de modernidade instalado na Europa, os estados brasileiros tentaram se reorganizar, em especial Minas Gerais, que propôs uma ampla reorganização no ensino, pretendendo assegurar o ensino público, laico e gratuito em todos os graus de ensino. Para atender ao pensamento de modernidade, as cidades se reorganizaram não só geograficamente, mas também social e culturalmente.

Nesse contexto, surgiu o Instituto Zootécnico, que foi uma instituição de ensino superior, instalada em Uberaba, no início da Primeira República, com o objetivo de formar engenheiros agrônomos que não somente levariam os conhecimentos científicos aos agricultores de Uberaba e região, mas também poderiam se tornar, futuramente, membros dos grupos de intelectuais que regeriam o Estado de Minas Gerais, conforme abordagem no capítulo III.

Esse Instituto, apesar de ter sido criado para atender aos anseios de progresso e modernidade da classe dominante, teve uma vida efêmera, mas repleta de significados para a sociedade uberabense à época, conforme será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

BREVE VIGÊNCIA DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA, 1895 A 1898

O período de 1895 a 1898 foi o mais importante para o Instituto Zootécnico, em que se deu a pulsação da vida intensa desta instituição. Uma existência efêmera, mas ao mesmo tempo cheia de significados para a sociedade uberabense do final dos oitocentos.

Uma vez analisados os fatores externos em que se inseriu o Instituto Zootécnico de Uberaba, cabe, agora, entender sua internalidade. Assim, serão reconstruídas algumas das ações desenvolvidas para a instalação e o funcionamento desse Instituto, a partir das seguintes categorias: 1) *prédio*: adequações físicas, aquisição dos equipamentos/mobiliário e organização do espaço; 2) *clientela escolar*: critérios de seleção e graduação dos alunos; 3) *distribuição do tempo escolar*: calendário e horário das aulas; 4) *professores e funcionários*: recrutamento e formação; e 5) *saber escolar*: conteúdo escolar, forma de avaliação e o plano de aula.

2.1 Prédio: adequações físicas, aquisição dos equipamentos/mobiliário e organização do espaço

Ao analisar a instalação de uma Instituição torna-se, também, necessária a compreensão do espaço físico e social que esta instituição ocupou na sociedade em que estava inserida.

A história da educação mostra que, desde a colônia, as escolas brasileiras, especialmente as que se destinavam ao ensino primário, funcionavam em locais improvisados, em casas de professores ou em alguma fazenda, sendo comum a pouca ou quase inexistência de estrutura física adequada ao ensino (VEIGA, 2003; FARIA FILHO, 2003).

Esse quadro também foi comum no ensino superior, sendo que, por exemplo, a primeira Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criada pelo príncipe regente D. João, por Carta Régia, assinada no dia 5 de novembro de 1808, iniciou seu funcionamento em local improvisado e somente em 1912 ganhou sua sede própria. A Faculdade de Direito, criada em

São Paulo, em 1827, iniciou sua atividade instalada no velho Convento de São Francisco. Essa situação perdurou durante a Colônia, o Império e os anos iniciais da Primeira República.

Era, portanto, comum na educação brasileira, até a Primeira República, que as escolas, independentemente do grau, funcionassem em locais improvisados ou readequados para tal, assim como também era comum que tais espaços não oferecessem condições de salubridade e higiene favoráveis às instalações de instituições de ensino (CUNHA, 2003; GONDRA, 2003).

Com relação às instalações físicas, esse quadro não foi diferente, pois se percebe que o prédio destinado ao Instituto Zootécnico foi adquirido, reformado e adaptado pelo Estado. As instalações físicas necessárias ao funcionamento do Instituto foram assim descritas no Decreto 975, de 27 de outubro de 1896, em seu capítulo III, artigo 4º:

Art.4º Além das accomodações necessárias para residência do director, do porteiro e outros empregados internos, secretaria, bibliotheca e salas para os diversos cursos theoricos, haverá nos edificios do instituto, para a instrucção pratica dos alumnos e o ensino experimental:

1 gabinete com laboratório de minerologia e geologia com o material necessário para os ensinos e estudos elementares;

1 gabinete de physica com os aparelhos e instrumentos necessários ao curso elementar;

1 laboratório de chimica com o material indispensável às experiências, preparações e analyses;

1 gabinete de botânica e collecções de plantas e sementes mais utilizáveis na agricultura;

Estábulos, apriscos para reprodutores, gado de trabalho e de reprodução e vacas de leite; accomodações para a preparação de laticínios, conservação das forragens e material agrícola; enfermaria veterinária, etc.; terrenos necessários para culturas experimentaes, horto botânico e plantações de vinhas para a instrucção pratica dos alumnos especialmente sobre o enxerto, poda, tratamento das doenças parasitarias, culturas de plantas forraginosas e raízes, prados artificiaes, naturaes e pastos (DECRETO 975, de 27 de outubro de 1896, capítulo III, artigo 4º).

Percebe-se, na redação deste artigo, que o instituto foi concebido sob as modernas concepções de ensino europeu, espelhando-se nas Escolas Politécnicas¹⁴ de Paris, com espaços físicos bem definidos, como os laboratórios e os gabinetes de física e química, para a realização das aulas teóricas e práticas. Politecnia representa o domínio da técnica em nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas em nível criativo (MACHADO, 1994).

¹⁴ As Escolas Politécnicas brasileiras foram criadas no Rio de Janeiro (1810), São Paulo (1893), Bahia (1897) e Pernambuco (1912).

Para Saviani (1994, p.162), a escola, desde suas origens, foi posta ao lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções de guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social.

A ideia de politecnia se esboça nesse contexto, ou seja, a partir do desenvolvimento atingido pela humanidade no nível da sociedade moderna, da sociedade capitalista, já detectando a tendência do desenvolvimento para outro tipo de sociedade que corrija as distorções atuais. “Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 2003).

Para Manacorda (1991):

[...] o “politecnicismo” sublinha o tema da “disponibilidade” para os vários trabalhos ou para as variações dos trabalhos, enquanto a “tecnologia” sublinha, com sua unidade de teoria e prática, o caráter de totalidade ou omnilateralidade do homem. [...] O primeiro destaca a idéia da multiplicidade da atividade [...]; o segundo, a possibilidade de uma plena e total manifestação de si mesmo, independentemente das ocupações específicas da pessoa (MANACORDA, 1991, p.32).

Dessa forma, essa nova concepção de educação fez parte do pensamento educacional da época, que introduziu a aula prática nos laboratórios, numa nova perspectiva de aprendizagem, diferente da forma tradicional até então praticada no Brasil. A aprendizagem da teoria aliada à prática foi uma tentativa constante, e em muitos momentos real, na prática educativa do Instituto Zootécnico de Uberaba.

Nota-se, ainda, a preocupação em equipar as salas com recursos didáticos que favorecessem a aprendizagem, como coleções de plantas e sementes mais utilizadas na agricultura. Para as aulas de campo, percebe-se o cuidado de se ter os animais necessários à aprendizagem, os prados, os estábulos etc. Apesar de todo esse aparato constar em lei, vários desses itens não se concretizaram na prática do Instituto, conforme será abordado mais a diante.

Uma das preocupações, então, presentes foi o grande investimento que deveria ser feito para que o local fosse adequado e atendesse às exigências da legislação do ensino da época. Mesmo com todos esses investimentos, a abertura do instituto teve de ser adiada, pois,

na data prevista, não se possuía, ainda, as instalações físicas e os equipamentos necessários ao seu funcionamento.

Tal fato foi relatado pelo Dr. Francisco Sá¹⁵, secretário de Estado dos Negócios da Agricultura do Estado de Minas Gerais, conforme relatado no Jornal Minas Geraes:

Como se vê do relatório anterior da Secretaria e consta do archivo, a instalação do estabelecimento deveria ter tido lugar a 2 de janeiro de 1895, porem permanecendo as dificuldades para o prompto provimento dos moveis, aparelhos e mais utensílios imprescindíveis á tal instalação, mandei declarar ao director do Instituto adiada aquella instalação para quando estivessem taes dificuldades desaparecidas (MINAS GERAES, 26/10/1898, p.3).

Durante o ano de 1895, várias reformas foram feitas no prédio da fazenda para abrigar mais adequadamente as instalações do Instituto. Em relatório publicado no Jornal Minas Geraes, em 26/10/1898, o Dr. Francisco Sá descreveu essas obras realizadas, informando que foram gastos 13:798\$875, autorizados por um despacho de 19 de novembro de 1894.

Para a execução de tais serviços foi contratado o construtor senhor Manoel Marinho¹⁶, em 21 de janeiro de 1895, que teria o prazo de três meses para a realização das seguintes obras: envidraçamento das vinte e quatro janelas exteriores, encaibramento, colocação de cano de esgoto, coletor de água das latrinas e mictórios, no valor de 1:702\$500.

Como nesse ano houve grandes chuvas na região, o serviço não pôde ser concluído no tempo estipulado. As obras foram adiadas por mais trinta dias, por meio de despacho de 18 de maio de 1895, mas ficaram prontas antes desse prazo (Anexo 4).

Riccioppo (2007, p.200) apresenta a cronologia das várias obras que foram realizadas para a instalação do Instituto na Chácara Boa Vista. Em 01/03/1895 foi aprovado o orçamento para a construção dos estábulos do Instituto, tendo sido contratado para executar os serviços, pelo valor de 8:917\$425, o Engenheiro Emílio Campos. Iniciadas as obras, o diretor do

¹⁵ Francisco Sá nasceu em Brejo de Santo André, 14 de setembro de 1862, foi engenheiro, jornalista e político brasileiro. Foi deputado provincial, ministro de Viação e Obras Públicas dos governos Nilo Peçanha e Artur Bernardes e da Agricultura, Indústria e Comércio de Nilo Peçanha. Foi deputado geral, deputado federal e senador de 1906 a 1927.

¹⁶ O construtor Manoel Marinho era português de nascimento. Residente em Uberaba foi ele o responsável pela construção de diversas edificações na cidade. Dentre suas obras são citadas: o sobrado do coronel Edmundo Batista Machado, o sobrado do coronel Tobias Antônio Rosa, o chalé do Dr. Chrispiniano Tavares e o prédio do Colégio Uberabense (PONTES, 1970).

Instituto, Dr. Ricardo Carvalho, percebeu a necessidade de modificar alguns detalhes do projeto inicial, o que resultou num aditivo de 2:353\$113 ao orçamento inicial.

Em 27/05/1895, o empreiteiro recebeu o pagamento de metade do valor inicial (4:458\$712) e, em 30/08/1895, tendo concluído todos os serviços contratados, o Eng^o Emílio recebeu o pagamento de 6:811\$826, relativo ao restante do contrato e das obras acrescidas (MINAS GERAES, 26/10/1898). Ainda segundo Francisco Sá (MINAS GERAES, 26/10/1898), as obras de implantação do Instituto Zootécnico de Uberaba incluíram o estabelecimento de campos de experiências, destinadas ao ensaio de culturas das melhores plantas forragíneas *indígenas* e exóticas. No dia 16/12/1897, o diretor do Instituto foi autorizado a despendar a importância de 3:499\$400 para esse fim.

O fechamento do terreno com cercas consumiu 2:482\$000 do valor total orçado e foi pago ao empreiteiro em 03/03/1898, faltando ainda o estabelecimento do campo experimental, que não foi concluído em razão de as chuvas torrenciais do início do ano terem desmoronado as cercas antigas que haviam sido aproveitadas, exigindo do governo um orçamento complementar de 1:054\$850 para o fechamento do terreno. Também foram adquiridos os mobiliários e, ainda, alguns animais para suas aulas práticas.

A cidade estava em festa, com a inauguração do Instituto Zootécnico de Uberaba, a 05 de agosto de 1895. Toda a elite foi mobilizada e grande número de pessoas visitou o prédio do Instituto no dia de sua inauguração, sendo divulgado no jornal local, da seguinte forma:

Esplendida a festa de inauguração do Instituto Zootechnico: apesar do tempo, tão quente, do mau estado das ruas, poeirentas, o acto foi concorrido, o edificio encheu-se de representantes de todas as classes, não faltando grande numero de senhoras. Funcionaram duas bandas de musica, a União Uberabense e a do 2º Batalhão da Brigada Policial. O dr. João Pandiá Callogeras abriu a sessão com um bom discurso, depois do qual ouviu-se muito attenciosamente o dr. Ernesto de Carvalho sempre na altura do assumpto, falando ex-cathedra, como era mesmo para esperar-se do director do utilissimo estabelecimento; falaram também o dr. Mario Tourinho, o capitão Artiaga e o major Gustavo Ribeiro; o digno director da Escola Normal, eloquente, respeitador da forma, muito justo, sempre prompto a dar o seu dono. Pelo facto do dia 14, de importância especialissima para o progresso do nosso bello sertão, dou parabens a todos que, como Alexandre Barbosa, viram coroados os seus ingentes esforços (SÃO PAULO E MINAS, 22/08/1895, p.2).

Percebe-se, pela matéria, que a abertura do Instituto Zootécnico foi um evento marcante para Uberaba, que recebeu esta instituição de ensino agrícola com comemorações festivas, contando com a apresentação de duas bandas de música, presença de expressivo número de convidados da sociedade local e mineira e participação de grande contingente de

senhoras. Nesse evento, além de pessoas importantes da sociedade, esteve presente também o senhor Ricardo Ernesto de Carvalho, que já estava nomeado como diretor do Instituto Zootécnico. Nota-se ainda que esta instituição foi recebida como sendo aquela que traria o progresso para o sertão.

Para que o Instituto funcionasse na forma como foi concebido, várias ações foram necessárias. O Secretário de Agricultura expediu uma ordem ao diretor do Instituto, Professor Ricardo, dando-lhe poderes para adquirir o material necessário às aulas práticas, pois entendia que o ensino agrícola deveria passar também pela prática e não se restringir apenas à teoria. Por fim, ressalta que o objetivo do Instituto é *formar homens aptos para dirigir e auxiliarem o desenvolvimento da indústria pastoril*, confirmando, assim, a expectativa do Estado de recuperar a economia pelo desenvolvimento e a prática do conhecimento científico aplicado à produção agrícola.

Esse discurso foi percebido ao longo de todo o funcionamento do Instituto, quando o secretário de Agricultura cobrou da instituição os canteiros de produção, especialmente do cultivo de forraginosas utilizadas na pecuária. Outros materiais levantados para o Instituto foram adquiridos na França, para a biblioteca da referida instituição.

Na publicação do Jornal MINAS GERAES de 26 de outubro de 1898 encontrou-se a seguinte descrição de pagamentos feitos a fornecedores: Marcenaria Brasileira (2:049\$000), Vicente Roder & Comp. (1:820\$000) e Getúlio Machado & Irmão (240\$000).

Os equipamentos e aparelhos para os laboratórios de química, biologia e física, em sua maior parte, foram comprados na Europa. A empresa Fernandes Maleno & Comp., do Rio de Janeiro, importou os aparelhos zoométricos que lhe foram pedidos e, nos dias 18 e 27/12/1897, recebeu a importância de 5:577\$390; os comerciantes de Uberaba, Lannes & Comp., forneceram as miudezas necessárias ao laboratório de química e receberam, em março de 1898, um pagamento de 59\$600 (MINAS GERAES, 26/10/1898).

Quanto aos animais para as aulas práticas, foram adquiridos 39 carneiros provenientes de Barbacena. Como nem todos estavam aptos para o estudo do melhoramento genético, os considerados inadequados foram vendidos e, posteriormente, adquiridos outros.

No dia 01/02/1898, o secretário autorizou a compra de mais animais aptos: uma parte dos animais seria escolhida entre as *raças indígenas* e os demais deveriam ser reprodutores convenientemente escolhidos entre as *raças estrangeiras* mais adaptáveis ao clima uberabense, possibilitando, assim, ao Instituto Zootécnico, realizar cruzamentos que levassem ao melhoramento das *raças indígenas* (MINAS GERAES, 26/10/1898).

A aquisição de animais estrangeiros ficou a cargo de David Moretson Campista,¹⁷ que, como secretário de Estado da Fazenda, teve importante atuação para a vida do Instituto, principalmente em 1898. Mas tal processo de compra não chegou a ser efetivado, pois o Instituto foi fechado antes de sua concretização, conforme correspondência abaixo:

Posso anunciar estarem sendo feitas as compras e tomadas as providências para o embarque e recepção dos animaes. Aguarda a Secretaria o resultado de todas essas providencias para poder considerar convenientemente installado o Instituto, que dentro em pouco virá trazer ao Estado benéfica compensação, muito principalmente à zona em que foi elle situado (MINAS GERAES, 26/10/1898, p.3).

Durante o funcionamento do Instituto, o Jornal Gazeta de Uberaba noticiou várias vezes a falta de animais em quantidade e qualidade adequadas para as aulas práticas, tecendo em suas reportagens severas críticas pela falta de atenção do governo.

Portanto, houve, apenas no papel, a preocupação com os recursos didáticos necessários para as suas aulas, principalmente, para as aulas práticas.

Nota-se, ainda, que o pagamento a alguns fornecedores somente foi feito em março de 1898, isto é, sete meses antes do fechamento do Instituto. Apesar de não ser apresentada a quantidade dos materiais comprados, entende-se que, embora o governo tenha procurado atender ao Decreto nº 975, de 27 de outubro de 1896, não houve muito empenho na manutenção das necessidades diárias. O governo estadual, pois, não manteve orçamento em quantidade suficiente para prover o funcionamento da instituição. A essa falta de materiais soma-se a adaptação ao espaço físico da fazenda, na tentativa de adequá-lo para o funcionamento do Instituto, o que era comum naquela época, pois muitas escolas, principalmente as do ensino primário, funcionavam em prédios improvisados ou até mesmo na casa de algum professor.

O prédio do Instituto também deveria abrigar os alunos em forma de internato, mas isso não ocorreu, conforme relatório do Dr. Francisco Sá:

¹⁷ David Campista bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo (1883). Deputado Federal. Em 1898 assumiu o cargo de Secretário das Finanças de Minas Gerais. Nomeado Ministro da Fazenda, foi um de seus primeiros atos: a criação da Caixa de Conversão para a qual foram transferidos os fundos de resgate e de garantia do papel-moeda instituídos em 1899. Nesse período cunharam-se as moedas de prata de dois mil, um mil e de quinhentos réis; sancionou-se o decreto legislativo definindo a letra de câmbio e a nota promissória; regularam-se as operações cambiais; autorizou-se empréstimo para ocorrer às despesas com os serviços de água da Capital da República e construção de vias férreas bem como a emissão de apólices para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Ao deixar o Ministério foi nomeado representante diplomático do Brasil na Dinamarca, onde faleceu (www.fazenda.gov.br. Acesso em 23/10/07).

Não foi instalado o internato, e nem parece conveniente tal instalação, que virá onerar o Estado com despesas extraordinárias que reclamam estabelecimentos taes, principalmente em uma cidade onde não faltam recursos para a instalação confortável dos alunos do externato, rapazes que reclamam certa liberdade, que não lhes pode conceder o regimen do internato (MINAS GERAES, 26/10/1898, p.3).

Apesar de não se saber se as instalações físicas do Instituto se apresentaram totalmente adequadas ou não para seu funcionamento, ele trouxe muito orgulho para a sociedade uberabense, que poderia enviar seus filhos para uma instituição de ensino superior localizada em seu próprio município.

Em publicação do Jornal Minas Geraes, em 26 de outubro 1898, encontrou-se o seguinte texto:

No intuito de ser o estabelecimento installado de forma a poderem funcconar livremente todos os cursos confortavelmente para os alumnos e para os docentes, com todos os aparelhos que lhes exigir as demonstrações, ordenei ao director deste estabelecimento que providenciasse sobre a aquisição do material para o expediente, para o ensino e para a commodidade publica, declarando-lhe que o ensino theorico não podia realizar-se sem ser também ministrado o ensino prático, pois as sciencias iniciaes do curso não prescindem da instrucção experimental, sob pena de annullarem-se os resultados das lições, e que o fim do Instituto é formar homens aptos para dirigirem e auxiliarem o desenvolvimento da industria pastoril e não theorica. (MINAS GERAES, 26/10/1898, p.3).

Percebe-se nesta matéria a preocupação com um espaço físico adequado, confortável, tanto para os alunos quanto para os professores. Nota-se, ainda, a necessidade de que existissem os aparelhos suficientes para a aprendizagem prática e a ênfase de que o ensino teórico deveria ser acompanhado da prática, pois o conhecimento teórico não poderia sobrepor-se ao empírico.

Na figura 9 está a imagem do prédio onde funcionou o Instituto Zootécnico de Uberaba.

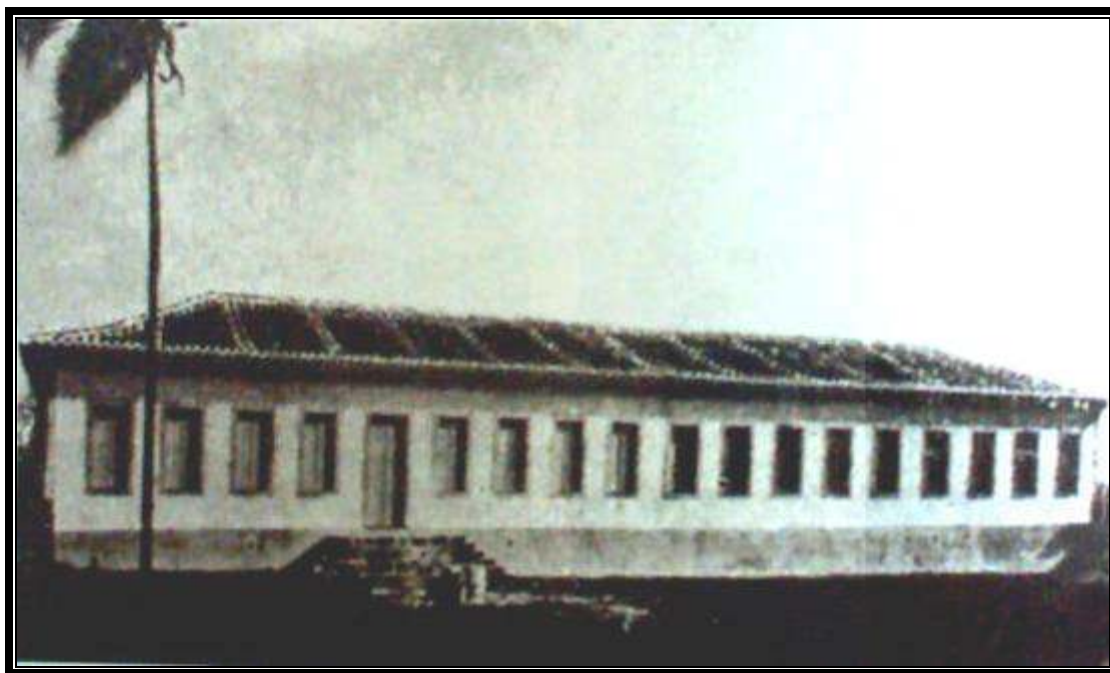


Figura 9– Prédio do Instituto Zootécnico de Uberaba.

Fonte: Livro de História da ABCZ (1997, p.117) – Museu do Zebu – Uberaba/MG.

As salas de aula localizavam-se dentro da sede da fazenda. Pela figura 9, percebe-se que era uma casa grande, com muitos cômodos, mas não se pode afirmar se esta estrutura era adequada ao que o Instituto propunha.

Não foi possível um olhar no interior da estrutura física do Instituto Zootécnico, pois esta é a única imagem que se tem da casa da fazenda onde foi instalada a instituição. Percebe-se que se tratou de uma construção com muitas janelas, o que era comum na arquitetura da época, indicando, até mesmo, a condição socioeconômica de quem a construiu.

Nota-se, ainda, certa grandeza na construção, que provavelmente foi feita com excelentes materiais de construção, pois, apesar de já ter sido demolida, ainda hoje é possível ver o alicerce feito com pedra tapiocanga. Percebe-se um pé direito alto, o que também dava certo *status* à construção. Nos registros encontrados sobre a propriedade, soube-se que era uma área vasta, medindo 1.000 hectares, com um afluente chamado Córrego das Lages, abundante em águas. Também foram encontrados registros sobre o solo, afirmando que se tratou de terra fértil para o cultivo de diversas culturas, das quais hortaliças, que eram cultivadas pelos alunos nas aulas práticas, realizadas durante o funcionamento da escola.

Esta instituição de ensino, enquanto via de regeneração da produção agropastoril, foi reconhecida pela imprensa como:

[...] estabelecimento que nos vai dar, dentro de poucos annos, lavradores e creadores scientificamente preparados, poderoso incentivo para que, dentro de um decennio, talvez, nos envergonhemos disto, que ahi está que será o

passado da Lavoura, da Agricultura, a grande arte, fonte de todas as civilizações, por isso mesmo é que a primeira e a mais necessária das indústrias, muito justamente honrada pela humanidade (SÃO PAULO E MINAS, 25/08/1895, p.2).

De acordo com matéria do Jornal São Paulo e Minas, de 25/08/1895, percebe-se que a sociedade uberabense acompanhou o sentimento de progresso que aconteceu em todo o país. A previsão era de que o investimento então feito, no sentido de melhorar a qualidade da produção agrícola, seria visivelmente notado, pois haveria lavradores e criadores cientificamente preparados, isto é, aptos para desempenhar da melhor forma possível a produção agrícola, não mais baseada em conhecimentos empíricos, mas em conhecimentos científicos. Nota-se, aqui, a influência do ideal positivista na educação e capitalista na economia.

O Positivismo se torna um método e uma doutrina: método enquanto sugere que as avaliações científicas estejam rigorosamente embasadas em experiências e doutrina enquanto preconiza que todos os fatos da sociedade sigam uma natureza precisa e científica. Percebe-se a influência do pensamento positivista aplicado à educação praticada no Instituto Zootécnico, devido às aulas teóricas - rigor do conhecimento científico - seguidas das aulas práticas - experiências concretas e mensuráveis. A educação positivista visou a informar o aluno sobre a ordem, ou seja, como o mundo funciona, e formar o seu caráter, tornando-o mais disciplinado, ordeiro e laborioso (JÚNIOR, 1994).

A economia brasileira, ao instalar-se a República, encontra-se plenamente integrada ao capitalismo internacional através da Divisão Internacional do Trabalho. O modelo agrário exportador, baseado na monocultura do café, fazia do Brasil um país periférico e dependente do mercado internacional (VIZENTINI, 1983, p.12). A reestruturação tratou de apressar o processo de transformação, realizando a reforma estrutural necessária à economia brasileira. Com a transformação inserida na nova realidade internacional, o país tornou-se definitivamente capitalista.

Assim, o capitalismo representou, no Brasil, uma ruptura nas antigas estruturas coloniais, pois o capital industrial não possui a mesma lógica do capital comercial. A forma capitalista que se percebeu no Instituto referiu-se ao fato de os alunos serem instruídos para orientar os fazendeiros ou produtores a utilizarem o conhecimento científico, com o objetivo de melhorar a produção, tornando-a mais rentável, atendendo aos ideais de lucratividade sobre a produção.

Ao contrário da situação enfrentada pelo Instituto Zootécnico, quanto à falta de investimentos por parte do governo mineiro, o Estado de São Paulo investia em suas escolas superiores, enquanto Minas Gerais cortava os gastos com a educação, devido ao seu alto endividamento público. Mesmo enfrentando dificuldades financeiras, como Minas Gerais, os governantes paulistas acreditavam na educação (WHIRTH, 1985) ¹⁸, pois, ao contrário do Estado mineiro, o paulista investiu na criação de várias escolas desde o nível primário ao superior, implantando, inclusive, Escola Agrícola Prática de Piracicaba (1900), que a partir de 1934 transformou-se na Escola Superior de Agricultura da USP.

2.2 Clientela escolar: critérios de seleção e graduação dos alunos

Segundo Veiga (2003); Vidal (2004); Buffa (2005); e Faria Filho (2003), os estudos sobre a história da educação brasileira revelam que, durante a Primeira República, as poucas escolas públicas existentes no país eram frequentadas, em sua grande maioria, por filhos das famílias da classe média. Essa é também a clientela dos cursos superiores instalados no Brasil no período republicano, pois os latifundiários queriam filhos bacharéis ou doutores, com os quais conseguiriam bom desempenho das atividades políticas, como também aumentariam o prestígio familiar (CUNHA, 2003, p.157).

Os antecedentes históricos para a instalação de instituições dessa natureza indicam um panorama grave. Portugal, ao contrário de países de colonização espanhola, não só desincentivou a criação de escolas de ensino superior, como proibiu que as mesmas fossem implantadas no território brasileiro, incentivando que um certo número de filhos de colonos fossem estudar na metrópole, por meio da concessão de bolsas de estudos (CUNHA, 2003, p.152). Tais bolsas eram oferecidas, como prêmio, aos estudantes que obtivessem o melhor rendimento escolar. No século XVIII, alguns cursos superiores foram implantados no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará e Bahia.

Tal situação começou a ser transformada apenas após a transferência da família real para o Brasil, tendo sido criadas cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais para as áreas de Medicina, de Direito e Engenharia, devido à exploração do ouro (CUNHA, 2003, p.153).

¹⁸ Não se pretende nesse trabalho estabelecer um parâmetro de relação entre Minas Gerais e São Paulo por não se dispor de tempo e fontes suficientes para tal.

Ainda segundo Cunha (2003, p.155), “durante todo o período imperial (1822-1889), o ensino superior ganhou mais densidade”. Apesar da criação de academias de ensino superior, o quadro não se alterou muito. Durante a República, mesmo com a economia fortalecida devido à produção do café, não foram implantadas muitas ações que influenciassem no ensino superior, a não ser na engenharia, que precisava de um número maior de profissionais, devido à construção das estradas de ferro que se expandiam em todo o país. Ao longo dos anos alguns outros cursos isolados foram criados, como: Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviço Social, Jornalismo, Filosofia, Ciências e Letras (CUNHA, 2003).

Durante a Primeira República houve uma acentuada ampliação do ensino superior. Essa ampliação/facilitação chegou a ameaçar a sua principal função, que era a de fornecedor de diplomas que garantiam a ocupação de cargos de maior remuneração, poder e prestígio (CUNHA, 1986, p.147).

Assim, os filhos da elite tinham acesso ao ensino de melhor qualidade, enquanto os filhos de famílias pobres - os desvalidos da sorte ou desfavorecidos da fortuna - estudavam em locais sem qualificação ou ficavam relegados à aprendizagem de um ofício ou de ocupações profissionais que os capacitavam para atividades mais grotescas (NAGLE, 1964; FRIGOTTO, 2005).

Percebe-se, portanto, que o ensino no Brasil durante a Primeira República, principalmente o superior, atendeu a uma minoria da população. Somente as famílias ricas podiam custear os gastos de seus filhos em universidades ou faculdades no exterior, ou mesmo nos colégios para o grau secundário. Muitas famílias abastadas mantinham seus filhos estudando especialmente na Europa, que era o centro cultural da época.

Assim, a implantação da República ocasionou uma ampliação da oferta das atividades burocráticas públicas e privadas, proporcionou uma busca maior pela educação secundária e superior, onde se dava o ensino profissional necessário para o desempenho de tais funções. Por um lado, os latifundiários investiam na formação de seus filhos para obterem o título de bacharéis ou “doutores”, pois essa formação, além de proporcionar-lhes os melhores cargos nas atividades políticas, aumentar o prestígio da família, ainda funcionava como estratégia preventiva para diminuir possíveis situações de destituição social e econômica. Por outro lado, os trabalhadores urbanos e os colonos estrangeiros viam na escolarização dos filhos maiores chances de alcançarem melhores condições de vida (CUNHA, 2003, p.156).

Lima Barreto, em sua produção jornalística, denunciava a expansão dos cursos superiores pelo Brasil, bem como o restrito acesso que promovia:

O nosso ensino superior, que é o mais desmoralizado dos nossos ramos de ensino; que se impregnou, com o tempo, de um espírito de serviçal da burguesia rica ou dos potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora, privilegiados, seus filhos e parentes – o nosso ensino superior, com as suas escolas e faculdades, não é mais destinado a formar técnicos de certas e determinadas profissões de que a sociedade tem “precisão”. Os seus estabelecimentos são verdadeiras oficinas de enobrecimento, para dar títulos, pergaminhos – como o povo chama os seus diplomas, o que lhes vai a calhar – , aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais. Armados com as tais cartas, os jovens doutôres podem se encher de várias prosápias e afastar concorrentes mais capazes. Não tem outro fim atualmente o nosso ensino superior; e, quanto mais as leis e regulamentos favorecem os “formados” para o exercício de cargos que muito remotamente ou nenhuma relação têm com as habilidades que o diploma lhes confere, tanto mais êle há de cair, não só pelo exagerado número de alunos que se encaminharão para os atuais, determinando um inevitável atropêlo nos cursos e nos exames, como também pela criação de novos, que serão por vários motivos insuficientes no que toca a laboratórios, gabinetes etc., fornecendo um ensino defeituoso; e ainda mais, porque os pais, tios, tutores, vendo o futuro dos filhos, sobrinhos e pupilos, só garantido com o “canudo de lata”, hão de empregar todos os recursos, processos e manhas, para obter a aprovação dos seus candidatos e vê-los afinal munidos com o diploma – “abre-te, Sésamo!” Quem viveu entre estudantes, sabe bem o que vale em geral o nosso ensino chamado superior. (BARRETO, 1921).

De fato, o incremento da burocracia estatal e privada e a diversificação econômica, gerada pelas iniciativas de industrialização e pela aceleração da urbanização, exigiam certo número de pessoas habilitadas pelo ensino superior, e tanto as camadas médias como as altas, por motivos distintos, pressionavam a ampliação de vagas: a elite oligárquica para se manter no poder e as camadas médias para obter ascensão social.

No período de 1891 a 1910 já haviam sido criadas vinte e sete escolas superiores: nove dentre Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia, oito de Direito, quatro de Engenharia, três de Economia e três de Agronomia (CUNHA, 2000, p.158). Se até os anos de 1880 o ensino superior contava com uma média de 2.300 estudantes, distribuídos por escolas especializadas em campos reduzidos do saber, tais como Medicina, Engenharia, Direito e Agronomia, localizadas em apenas sete cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas e Pelotas), no final da Primeira República já havia por volta de 20 mil estudantes. O número de escolas superiores se ampliou e houve uma considerável diversificação de cursos e de cidades atendidas (CUNHA, 1986, p.147-148).

2.2.1 Os alunos do Instituto Zootécnico de Uberaba

Com relação aos alunos que frequentaram o Instituto, percebe-se que foram oriundos de famílias abastadas da sociedade uberabense, pois, provavelmente, muitos tiveram professores particulares ou saíram da cidade para estudar, o que à época somente era possível às famílias mais ricas.

Quanto à seleção dos primeiros alunos, esta se deu de 5 a 15 de dezembro de 1894, na Escola Normal de Uberaba, por meio de realização de provas escritas. Para ingressar no Instituto, o aluno deveria atender aos seguintes critérios, conforme art. 93 do Regulamento Interno:

Para ser admitido a matrícula no 1º ano o candidato deverá ter 15 anos de idade, pelo menos, provar por certidão ou atestado médico ter sido vacinado dentro dos últimos 5 anos, conforme é exigido pelo art. 10 da Lei n. 12, de 13 de novembro de 1891, e apresentar certidão de aprovação em português, francês, história e geografia geral e do Brasil, matemática elementar e noções de cosmografia.

Os critérios colocados para o ingresso no curso do Instituto Zootécnico merecem atenção quanto a alguns indicadores sociais e culturais importantes. Primeiro, o aluno deveria ter o mínimo de 15 anos de idade. Isso indica que esse aluno precisaria ter cursado o ensino elementar e secundário dentro do prazo legal, que terminava aos quinze anos, ou seja, ele deveria ter tido acesso aos bons professores para cumprir os estudos em tempo hábil.

Segundo, a comprovação do atestado médico como exigência para a seleção. Lembra-se que, nesse período, o Brasil já disseminava o movimento higienista/sanitarista, que chegou inclusive ao interior do país. Outro fato importante a ser considerado acerca da exigência da vacina é que nessa época não havia as campanhas de vacinação gratuitas como ocorrem hoje, o que quer dizer que somente jovens cujas famílias podiam pagar por esse serviço estavam aptos a concorrer a uma vaga. E, finalmente, a comprovação de haver sido aprovado nas disciplinas acima relacionadas.

Ora, desde 1808, a admissão dos candidatos no ensino superior estava condicionada à aprovação nos chamados “exames de estudos preparatórios”, que eram feitos em um estabelecimento de ensino escolhido pelo aluno. A partir de 1837, os estudantes que

concluíssem o ensino secundário no Colégio Pedro II passavam a ter o privilégio de se matricular em um curso superior sem a necessidade de passar por qualquer exame.

A pressão que as elites exerciam sobre o governo à época fez com que se diminuíssem os obstáculos ao ensino superior, representado pelos “exames preparatórios”. Assim, tais exames passaram a ser realizados por juntas especiais, no Rio de Janeiro, e posteriormente nas próprias capitais das províncias. Isso indica que os alunos do Instituto tiveram de se deslocar para outra cidade, a fim de fazerem o exame preparatório para obter a certidão de aprovação. Tal medida descentralizou a ação do governo sobre o acesso ao ensino superior.

Outro fato, também importante, foi que o prazo de validade da aprovação passou de instantânea para permanente e, ainda, o aluno podia fazer os exames de forma parcelada. Isso permitia ao estudante realizar as provas de cada matéria no tempo e lugar que lhe fossem mais convenientes (CUNHA, 2003, p.155). Apesar desta exigência da apresentação da certidão de aprovação, observa-se que esse item foi flexibilizado, pois o aluno que ainda não tivesse terminado alguma matéria poderia ingressar no curso, com a obrigatoriedade de que, no final do ano, ele apresentasse o certificado de aprovação da mesma.

O art. 93- § 1º, diz que:

Os candidatos a quem faltar uma ou mais destas certidões poderão requerer até o dia 1º de agosto exames das matérias correspondentes e prestal-as perante comissões de lentes e substitutos do Instituto, nomeados pelo director, conforme o processo adotado pela congregação, que redigirá os respectivos programas (DECRETO Nº 975 - de 27 de outubro de 1896).

A divulgação da matrícula, conforme Decreto Nº 975, de 27 de outubro de 1896, art. 92 do Regulamento Interno – “a inscrição da matrícula começará no dia 15 de julho e terminará no dia 31 do mesmo mez” – foi feita afixando-se edital na porta do Instituto e publicando-o num jornal oficial, pelo menos oito vezes.

A relação dos alunos aprovados foi publicada no Jornal Minas Geraes, com a seguinte redação:

[...] Arthur Costa, Celso Antonio Rosa, Fidelis Gonçalves dos Reis, Fausto Augusto de Paiva Teixeira, Hildebrando de Araújo Pontes, José dos Santos e Luiz Ignácio de Sousa Lima, aprovados plenamente. Leônidas Antonio Rosa, José Maria dos Reis, Octavio Teixeira de Paiva e Eduardo Affonso de Castro, aprovados simplesmente. Foi dispensado de prestar exame de habilitação o alumno Alexandre de Sousa Barbosa, por ser normalista e professor da escola normal da alludida cidade (MINAS GERAES, 03/01/1895, p.5).

Foram esses os alunos que compuseram a primeira turma de engenheiros agrônomos do Instituto Zootécnico de Uberaba, sendo que destes sete foram aprovados plenamente, quatro aprovados simplesmente e um, dispensado do exame de habilitação, pois já era graduado como professor.

Assim, o processo seletivo permitia aos alunos aprovados simplesmente – ou seja, aqueles que não conseguiram ser aprovados em todas as matérias exigidas para o ingresso no curso superior – frequentar as aulas como ouvintes e prestar, no final do ano, novos exames das matérias nas quais não haviam sido aprovados. Mediante essa justificativa, foram autorizados a assistir as aulas como ouvintes: Leônidas Antonio Rosa, José Maria dos Reis, Octavio Teixeira de Paiva e Eduardo Affonso de Castro. Pela publicação do jornal acima, a primeira turma teve nove alunos matriculados oficialmente e doze ouvintes, dando um total de vinte e um alunos.

Observando o livro de registro de faltas do Instituto, durante o primeiro ano, ou seja, em 1895, nota-se que há nomes de alguns alunos ouvintes que não constam na publicação do Jornal MINAS GERAES, de 03/01/1895, p.5 - (Anexo 5).

Aprovados plenamente no exame de habilitação	Aprovados simplesmente no exame de habilitação (Ouvintes)
Alexandre de Sousa Barbosa	Delcides de Carvalho
Arthur Costa	Diocleciano Vieira
Fausto Augusto de Paiva Teixeira	Eduardo Affonso de Castro
Celso Antonio Rosa	Emiliano Alves Jardim Júnior
Gabriel Laurindo de Paiva	José Gontijo de Carvalho
Hildebrando de Araújo Pontes	José Maria dos Reis
José dos Santos	José Rochedo
Fidelis Gonçalves dos Reis	Leônidas Antonio Rosa
Luiz Ignácio de Sousa Lima	Mário José Bernardes
	Militino Pinto de Carvalho
	Otávio Teixeira de Paiva
	Sebastião Valaniel

Quadro 2 - Alunos que compuseram a 1ª turma do Instituto Zootécnico, 1895.

Fonte: Quadro construído pela autora a partir de dados do Jornal MINAS GERAES, 03/01/1895, p. 5, Livro de Registro de faltas dos alunos, Livro SA. 1042 - Arquivo Público Mineiro

Num levantamento geral, relacionando-se os nomes publicados do jornal com os nomes relacionados no livro de registro de faltas, nota-se que a primeira turma foi formada

por vinte e um alunos, sendo nove “regulares” e doze ouvintes, conforme quadro acima. É importante citar que, nesse mesmo ano, ingressaram quarenta alunos na Faculdade de Medicina da Bahia, após 90 anos de sua fundação.

Ao se analisar o quadro 2 em comparação com o número de alunos que se graduaram, percebe-se que apenas oito conseguiram terminar os estudos no Instituto Zootécnico. Quando se observa os nomes dos formandos nota-se que houve alguns alunos regulares e ouvintes que prestaram novos exames em 1896, conseguindo assim o certificado de aprovação e se matricularam como alunos regulares. Apesar de ter formado apenas os oito alunos, é importante considerar que, para o contexto educacional da época, esse número era significativo, pois apenas poucos conseguiam concluir um curso superior.

As aulas do Instituto Zootécnico de Uberaba iniciaram-se em agosto de 1895, sendo que se matricularam, no primeiro ano do curso, sete alunos regulares e doze passaram a assistir às aulas como ouvintes. Ao final do primeiro período letivo, nos exames finais, apenas oito alunos conseguiram ser aprovados e passaram para o segundo ano (GAZETA DE UBERABA, 30/07/1899). Embora o Instituto Zootécnico, uma instituição gratuita de ensino, ter sido implantado para atender especificamente aos filhos da elite uberabense da época, encontrou-se nas atas da Câmara Municipal o registro de que foi apresentada e aprovada uma proposta, Lei nº 52, de 17/03/1898, a qual pretendia promover o acesso dos jovens pobres ao Instituto Zootécnico:

Em uma das primeiras reuniões da câmara discutiu-se e aprovou-se uma pensão de 1:200\$000 annuaes para ser applicada ao moço que quizesse freqüentar o Instituto Zootechnico e ao qual faltassem meios de subsistência. Esta medida, aliás digna dos maiores encomios, não produziu o effeito desejado, pelo facto de ser pequena a quantia e, ainda mais, porque os moços que poderiam acceital-a, não se acham em condições de supportar as provas das matérias exigidas para a matricula. [...] pois bem: vote a câmara quatro pensões, 4:800\$000 annuaes e applique-as, não a alumnos, mas ao pagamento a professores do Instituto que ensinem as matérias do curso de preparatórios, estabelecendo-se um externato que funcionará em um prédio qualquer, si não puder ser naquelle estabelecimento. Para auxiliar esta verba ficará estabelecida uma matricula de 50\$ annuaes, que servirão para o aluguel do predio e utensílios para o ensino. Acaso não reconhecerá a câmara que a medida traz proveito directo a esta cidade e ao município? (GAZETA DE UBERABA, 14/08/1898, p.1).

Destacam-se, nesta reportagem, três aspectos que merecem atenção. Primeiro tentou-se promover condições financeiras, por meio de uma subvenção anual de 1:200\$00, ao moço que quisesse estudar no Instituto e não pudesse prover sua subsistência, mas percebeu-se que,

além de essa quantia ser pequena, esse moço talvez não conseguiria cumprir a exigência do processo seletivo, pois ele deveria ser aprovado no exame de habilitação, ou seja, teria de ser aprovado nas matérias exigidas na matrícula.

Segundo, como o valor destinado aos alunos era pequeno, foi proposta uma votação pelo valor de 4:800\$000, o qual seria destinado aos professores da instituição para que eles ensinassem aos moços as matérias exigidas no exame de habilitação. Tais aulas poderiam ser ministradas dentro do próprio Instituto ou em outro lugar. E, finalmente, os alunos pagariam uma matrícula anual de 50\$00, que seria utilizada no pagamento do prédio onde as aulas aconteceriam, bem como na compra dos materiais necessários às mesmas.

Percebe-se que houve uma tentativa de promover o acesso ao Instituto também aos filhos de famílias menos favorecidas financeiramente. Apesar da tentativa de promover essa subvenção aos alunos pobres, essa proposta de lei não se concretizou devido ao fechamento da instituição dois meses após a mesma ter sido aprovada na Câmara Municipal de Uberaba.

Essa proposta pretendeu atender às necessidades dos jovens sem posses, pois, conforme será analisado mais adiante, o curso era ministrado em tempo integral, e, portanto, o aluno não tinha como estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

No dia 05 de junho de 1898, o Instituto Zootécnico de Uberaba graduou a primeira e única turma de engenheiros agrônomos, composta pelos seguintes alunos: José Maria dos Reis, Fidélis Gonçalves dos Reis, Militino Pinto de Carvalho, Hildebrando de Araújo Pontes, Delcides de Carvalho, Otávio Teixeira de Paiva, Luiz Ignácio de Sousa Lima e Gabriel Laurindo de Paiva.

Esse acontecimento foi recebido com muita festa por toda a sociedade uberabense e região. A solenidade de formatura foi aberta às 12 horas daquele dia, pelo diretor, Dr. Draenert, que discursou e fez a entrega dos diplomas. A solenidade foi noticiada pelo Jornal Gazeta de Uberaba:

[...] feita a chamada dos graduandos pela classificação que obtiveram nos exames finais, procedeu o digno director a collação do grau com as formalidades de estylo, exhortando e abraçando a cada um de per si e á todos os graduados, que foram egualmente felicitados ao receberem de seus mestres, membros presentes da congregação, o amplexo symbolico de confraternisação e colleguismo. Nos intervallos ouviam-se bellas e entusiasticas harmonias de duas bandas de musica postadas em um dos salões do estabelecimento. Nesse momento em que a alegria irradiava dos semblantes das pessoas presentes a tão tocante solemnidade, foi dada a palavra a um dos recém-graduados, o jovem engenheiro agrônomo Fidelis Gonçalves dos Reis, que desempenhou cabalmente a honrosa incumbência de fallar em nome de seus colegas, prendendo a attenção do auditorio pela correcção da phrase e elevação dos conceitos quando dissertava sobre as responsabilidades inherentes aos títulos

que lhes eram conferidos, e sobre a missão que lhes incumbia desempenhar na lavoura nacional (GAZETA DE UBERABA, 09/06/1898, p.1).

Percebe-se por essa matéria a importância que a sociedade uberabense e região deram ao Instituto Zootécnico. Cada aluno foi abraçado por seu mestre, ação advinda do bom relacionamento entre eles, conforme pode ser notado ao longo da pesquisa. Provavelmente, o Sr. Fidelis Reis tenha sido o aluno de maior destaque durante o curso e, por isso, foi convidado para discursar em nome da sua turma. Pode ser notado, ainda, pela reportagem, que os alunos tinham consciência da importância daquele diploma em sua vida profissional, quando destaca que eles iriam desempenhar um papel significativo para a lavoura nacional. Os estudantes receberam o diploma de Engenheiro Agrônomo, conforme o modelo adotado à época.

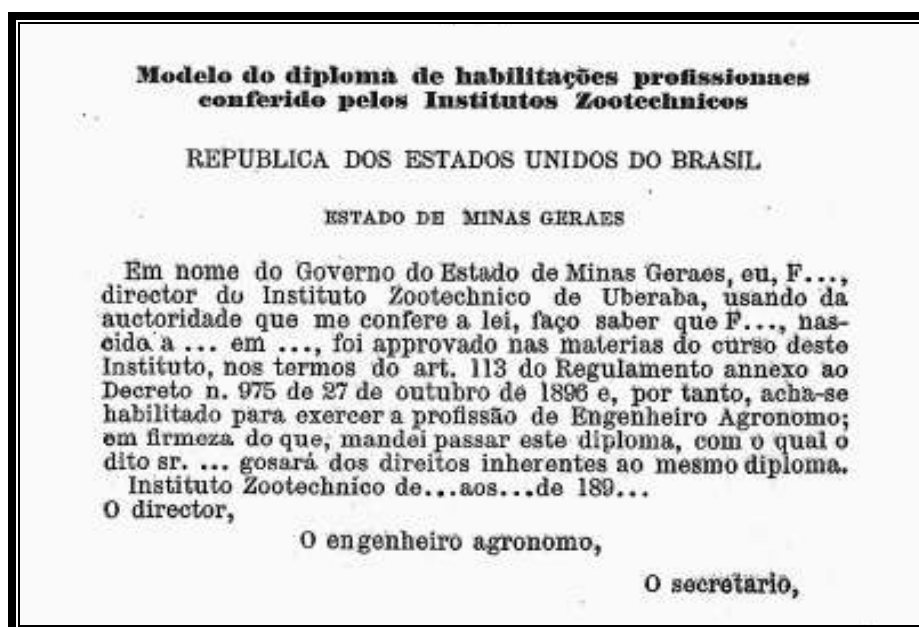


Figura 10- Modelo do diploma do Instituto Zootécnico

Fonte: Lei 41, de 03/08/1892 - Arquivo Público Mineiro- Belo Horizonte/MG

O Jornal Gazeta de Uberaba fez comentário sobre o discurso proferido por Fidelis Reis, em nome de toda a turma:

Agradecendo aos lentes, seus mestres, os esforços empregados a bem de sua educação científica e profissional, manifestou o firme propósito em que estava com seus colegas de dignificar o Instituto por seu procedimento futuro, elles que desde o banco da escola já faziam proveitosa propaganda da Revista Agrícola do Grêmio Agro Scientifico, a que pertencem enquanto estudantes, e terminou declarando que ao entrarem na vida prática tudo fariam para retribuir por sua dedicação ao trabalho, a nítida compreensão de seus deveres, como

cidadãos e como profissionais, os sacrifícios e favores prodigalizados pelo estado para sua educação (GAZETA DE UBERABA, 09/06/1898).

Pela reportagem percebe-se que os alunos agradeceram ao empenho e dedicação de seus mestres, reconhecendo a importância do conhecimento científico transmitido por eles. Ademais, comprometeram-se a, ao entrarem na vida prática, tentar retribuir a dedicação dos mestres, no exercício de sua vida profissional, e, também, como cidadãos. Por fim, ainda agradeceram o investimento do Estado em sua educação.

O secretário de Estado de Agricultura parabenizou o Instituto pela formatura de sua primeira turma no seguinte documento:

Secret^a Agric^a 18 junho de 98
 2^a Secção 368
 Sr. Director do Instituto Technico
 Em resposta ao vosso telegram
 ma de 6 do corrente, mandando
 o Sr. Dr. Secretario vos felici
 tar pela ~~conclusão do curso~~
 entrega dos diplomas de
 engenheiros agronomos aos
 oito primeiros formados
 desse Instituto no dia 5 do
 presente mez
 Aff.
 Director

Figura 11- Ofício 368, de 18/06/1898

Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura - SA 119 - Arquivo Público Mineiro

A conquista do diploma, certamente, proporcionou aos familiares destes alunos um grande orgulho, uma vitória alcançada em meio a tantas dificuldades.

2.3 Distribuição do tempo escolar: calendário e horário das aulas

A organização do Instituto Zootécnico de Uberaba foi regida por um regulamento interno. A elaboração do regulamento interno de qualquer instituição, seja ela educativa ou não, tem como objetivo principal garantir e promover a aquisição e a manutenção de atitudes e valores fundamentais ao exercício de uma cidadania responsável, por parte de toda a comunidade educativa, bem como valorizar a escola enquanto espaço de educação.

Nessa organização escolar, considerada como uma organização social e política são discutidas as questões de controle, da democracia e da participação, da pluralidade, das racionalidades e estratégias no espaço organizacional, dos conflitos, poderes e autoridade, da liderança e mudança e da “regulação autônoma” e da “regulação de controle” (REYNOLD 1988, p.5-18).

Assim como a regulação do espaço escolar, no sentido de otimizar esse espaço, tornando-o adequado e funcional para atender os objetivos das instituições escolares – que por sua vez estavam, também, inseridas nos pensamentos de modernidade –, a regulação do tempo escolar se fez também imprescindível. Esse processo de organização do tempo escolar tornou-se fundamental dentro da vida de uma instituição escolar. Segundo Viñao Frago (1995), o espaço escolar (território, lugar, simbologia) diz e comunica; portanto, educa. Destaca, ainda, que:

[...] o tempo social e humano, múltiplo e plural, é um aspecto da construção social da realidade [...] o tempo é uma relação e não um fluxo, uma faculdade humana específica, o ato de ‘representação’ que coloca em foco, de modo conjunto e relacionado, o que acontece mais cedo ou mais tarde, antes ou depois (VIÑAO FRAGO, 1995, p.72).

Ainda para o autor, o tempo escolar, assim como o espaço e o discurso, não é:

[...] um simples esquema formal ou uma estrutura neutra [...] em que se esvazia a educação, mas sim [...] uma seqüência, curso ou sucessão continuada de momentos em que se distribui o processo e a ação educativa, o fazer pedagógico que reflita determinados supostos pedagógicos, valores e forma de gestão, um tempo a interiorizar e aprender. [...] um tempo pessoal e um tempo institucional organizativo (VIÑAO FRAGO, 1995, p.73).

Como pedagogias, tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a interiorização de comportamentos e de representações sociais, e atuam como elementos na construção social e histórica da realidade (VIÑAO FRAGO, 1995, p.72).

O espaço e o tempo escolares tornaram-se categorias de fundamental importância na execução do processo de ensino-aprendizagem, pois estes estavam diretamente subordinados à determinação daqueles, bem como ao desempenho da função social da escola, pois tempo e espaço fazem parte dessa função social desempenhada pela escola. Faria Filho e Vidal (2000) consideram que:

Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p.21).

Assim, administrar o tempo escolar é, também, administrar a realização diária das aulas, a distribuição das disciplinas num determinado tempo para sua execução, o calendário anual e os dias letivos, o período de matrícula, a data e a forma dos exames; enfim, é uma forma de controlar e regular as ações realizadas no espaço escolar (RIBEIRO, 1986, p.166). Todos esses mecanismos reguladores foram percebidos durante leitura e interpretação dos dados coletados nas fontes, principalmente no Regulamento Interno.

O Regulamento Interno (Anexo 6) possuiu 15 capítulos e 149 artigos tratando dos seguintes aspectos: objetivos; da organização do ensino; do material didático; do pessoal administrativo; da secretaria, auxiliares e biblioteca; do corpo docente; da congregação; do concurso para os cargos do magistério; das provas do concurso; da matrícula; dos exercícios escolares; dos exames; das licenças dos professores; da parte disciplinar relativa aos alunos; e, por fim, das disposições gerais.

Tal documento tinha a função de definir e delimitar os espaços, o tempo, funções, atribuições de responsabilidades dentro do espaço físico do Instituto. Também nele estava instituído o tempo de duração do curso, Capítulo X – artigos de 92 a 95; dos exames escolares – Capítulo XI – artigos 96 a 104; das aulas; as formas de avaliação, as notas - Capítulo XII, artigos de 105 a 113.

O curso, conforme estabelecido no art. 2 do Regulamento Interno, teve duração de três anos, dois anos a menos do que o tempo dos cursos paulistas, sendo que para cada disciplina teórica havia um tempo equivalente para as aulas práticas.

O art. 97 diz que as aulas ou lições durariam pelo menos hora e meia, mas não ultrapassariam duas horas, e que os professores deveriam destinar parte do tempo para argüírem os alunos sobre as matérias lecionadas anteriormente.

No art. 99, todas as semanas e nos dias determinados pelo horário, os substitutos examinarão os alunos sobre as matérias ensinadas pelos lentes. Nota-se um rigoroso controle do tempo, pois, além das aulas teóricas diárias, o aluno era arguido semanalmente, em dias e horários determinados. Ainda com relação ao tempo escolar e a frequência às aulas, pode-se notar que:

Fala bem alto o interesse que os lentes e alumnos tinham pelo ensino, quando, distante o Instituto da cidade mais de três quilômetros, era de admirar a assiduidade de todos, ainda mesmo nos dias mais temerosos da estação chuvosa, que não poucos mezes domina nesta região e de modo bastante acentuado [...] (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899).

Quanto ao horário de funcionamento das aulas, encontrou-se que pela manhã eram ministradas as matérias teóricas e à tarde, as práticas, de forma que o período de permanência dos alunos no Instituto era bastante longo, pois se tratava de um curso multiperiódico. Portanto, a carga horária das aulas era também bastante exigente, conforme citado abaixo:

[...] as aulas começavam às 9 horas da manhã e, muitas vezes, só depois das 4 da tarde é que terminavam os trabalhos práticos, ora sob o rigor de um sol abrasador, ora sob temporaes, que fariam desanimar aos menos apaixonados pelos estudos agrônômicos (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899).

Durante o primeiro ano, as aulas práticas duravam duas horas; no segundo ano, essa carga horária aumentou para três horas; e no terceiro, passaram a contar quatro horas. Conforme as reportagens do Jornal Gazeta de Uberaba e também o Livro de Receitas do Instituto Zootécnico, percebe-se que no último ano os alunos davam assistência aos fazendeiros locais quanto ao atendimento aos animais e também à população, quanto à venda de vários produtos cultivados no Instituto.

O aumento na carga horária das aulas práticas do último ano funcionava como uma espécie de estágio, dando oportunidade ao aluno de realmente aplicar os conhecimentos adquiridos. É também importante considerar que o ano escolar adotado no Instituto tinha

duração de dez meses letivos (MINAS GERAES, 1896), superior à média atual, que costuma girar em torno de nove meses letivos. Além disso, consta no artigo 100 do Regulamento Interno que os trabalhos escolares “poderão se prolongar durante as férias e se realizar, quando for necessário, nos domingos e dias feriados” (MINAS GERAES, 1896, p.370), o que tornava a carga horária mais extensa ainda, pois esses trabalhos eram incorporados aos dias letivos¹⁹.

Mesmo diante de uma carga horária tão extensa, ainda se podia observar a assiduidade dos alunos, conforme publicado em um jornal local:

[...] distante o Instituto da cidade mais de três quilômetros, era de admirar a assiduidade de todos, ainda mesmo nos dias mais temerosos da estação chuvosa, que não poucos mezes domina nesta região e de modo bastante accentuado... O regimen das aulas, fiscalizadas com o maior escrúpulo; o systema do ensino, modelado dos mais rigorosos institutos, foram todos acceitos pelos meus illustres condiscipulos, que correspondiam a todas estas exigências com a nítida compreensão de quem estava perfeitamente cõscio do papel que ia representar na sociedade dentro de pouco tempo. Muitos delles, embora jovens, nunca se afastaram das normas que recommendam o homem bem educado (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899, p.1).

Pelo exposto na matéria acima, pode-se notar duas informações importantes: primeiro que os alunos eram assíduos às aulas, mesmo tendo de se locomover cerca de doze quilômetros por dia para frequentá-las, considerando que essas iniciavam pela manhã e os alunos voltavam para suas casas na hora do almoço e retornavam para a escola para as aulas práticas, no período da tarde.

E, em segundo lugar, que os alunos tinham consciência da importância do estudo que estavam adquirindo, pois, por meio dele, desempenhariam relevante papel na sociedade uberabense.

De acordo com as fontes analisadas, as aulas tiveram seu início em 1895, mas o Regulamento Interno do Instituto somente foi aprovado no Decreto 975, de 27 de outubro de 1896, apesar de ter sido publicado no Jornal Gazeta de Uberaba em 30/08/1894. Percebe-se, ainda, que o regulamento expressava o zelo em regular, vigiar e controlar a forma de funcionamento da instituição, devido ao desempenho da autoridade conferida ao diretor.

¹⁹ Dias letivos referem-se aos dias do calendário escolar dedicados ao efetivo trabalho escolar, ou seja, às atividades pedagógicas, mesmo fora da sala de aula, necessariamente relacionadas à disciplina ou área de conhecimento. O calendário escolar conta, portanto, com um ano letivo (formado por dias letivos) que é diferente do ano civil (que vai do dia 1º de janeiro a 31 de dezembro) (MENEZES, 2002).

2.4 Professores e funcionários: recrutamento e formação

O Jornal Gazeta de Uberaba de 20 de agosto de 1894 noticiou a nomeação do diretor e professor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho: “O Minas Geraes de 12 do corrente, numero 216, traz o acto de nomeação do distinto diretor do Instituto, o Sr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho” (GAZETA DE UBERABA, 20/08/1894).

Apesar de nomeado em 1894, o professor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, engenheiro agrônomo, assumiu oficialmente o cargo de diretor em 1895. Como diretor, foi incumbido da missão de organizar o início do funcionamento do referido Instituto.

A contratação dos funcionários que compuseram a equipe do Instituto deu-se para provimento dos seguintes cargos, com os respectivos salários, conforme descrito no Decreto 975, de 27/08/1896:

Pessoal	Ordenado	Gratificação	Total
Lente Cathedratico	3.000\$000	3.000\$000	6.000\$00
Lente substituto preparador	2.100\$000	2.100\$000	4.200\$000
Chefe de cultura e criação	2.000\$000	2.000\$000	4.000\$000
Diretor	-----	3.000\$000	3.000\$000
Secretario bibliothecario	2.000\$000	2.000\$000	4.000\$000
Amanuense ²⁰	900\$000	900\$000	1.800\$000
Porteiro	900\$000	900\$000	1.800\$000
Continuo	500\$000	500\$000	1.000\$000
Servente	420\$000	420\$000	840\$000

Quadro 3-Cargos e vencimentos do Instituto Zootécnico, 1896.

Fonte: MINAS GERAES (1896)

No quadro 3 percebe-se que o número de funcionários não era grande, no que se refere à disponibilidade de cargos. O lente catedrático exercia a função de professor principal e, em sua ausência, era substituído pelo professor preparador. Para as aulas práticas havia outro professor designado para exercer tal função.

Apesar de esse item estar previsto no regulamento, percebe-se que, na prática, a função de professor catedrático e das aulas práticas foi desenvolvida pela mesma pessoa, devido à grande falta de professores por que o Instituto passou principalmente, em 1898, em

²⁰ O amanuense era o antigo burocrata que tinha como função fazer a correspondência, copiar e registrar os documentos, uma espécie de auxiliar de secretaria.

que se nota, pelos escritos dos planos de aula, o acúmulo de funções. Os senhores Ricardo e Dreanert²¹ exerceram simultaneamente as funções de professor e diretor, conforme será estudado mais adiante. Percebe-se, ainda, que, com relação ao salário, os funcionários tinham de exercer uma espécie de “dedicação exclusiva”, pois isso lhes proporcionava a oportunidade de um vencimento dobrado.

Nota-se também que o salário de professor e diretor era o mesmo e que o diretor recebia uma gratificação pela função que exercia. Cabe ressaltar, ainda, que em 1898, ano de maior dificuldade do Instituto, um funcionário exerceu a função de secretário e bibliotecário, simultaneamente, talvez devido à dificuldade financeira que já assolava o governo do Estado de Minas Gerais.

O Regulamento Interno determinou, ainda, que os lentes contratados em países estrangeiros poderiam receber até 8.000\$000. As cadeiras disponíveis eram: Physica e Chimica; Botânica e Zoologia; Veterinária e Emprego Industrial dos Animais e dos seus productos (LEI 41, de 03/08/1892).

Os professores eram contratados desta forma, conforme descrito no art. 260:

Os professores desses institutos serão contractados pelo presidente do Estado, d'entre profissionaes nacionaes ou estrangeiros notoriamente conhecidos, e o tempo maximo de contracto será de seis annos, podendo ser renovado (LEI 41, de 03/08/1892 art.260).

De acordo com o artigo 261, o cargo de diretor era nomeado pelo governador do Estado, dentre os próprios professores da instituição, o qual era encarregado da organização da escola, propondo à aprovação do conselho superior o respectivo regulamento e o regimento.

O artigo 262, além da função de docentes, conferiu outras atribuições aos professores:

Os professores de cada instituto, cujos vencimentos serão opportunamente fixados pelo Congresso sob proposta do presidente do Estado, além dos deveres peculiares a seu cargo são obrigados a:
1.º Crêar um museu;

²¹ Draenert (03/12/1838 – 09/09/1903) nasceu em Weimar, Alemanha, e mudou-se para o Brasil em 1855, contratado pelo Barão de Paraguassu, Consul Geral do Brasil em Hamburgo, para educar os filhos de um abastado dono de engenho da Bahia. Nessa época, iniciou suas pesquisas científicas, estudando as moléstias da cana-de-açúcar. Participou da organização de uma Escola Agrícola na Bahia e, após sua inauguração (1877), foi professor da mesma. Em 1889, foi nomeado consultor técnico do Ministério da Agricultura e, em 1896, chamado para dirigir o Instituto Zootécnico de Uberaba. Em sua longa vida de pesquisador produziu mais de 1.000 artigos científicos, muitos expondo novas descobertas, que lhe renderam reconhecimento internacional.

- 2.º Redigir os annaes do instituto, os quaes serão publicados na folha official do Estado;
- 3.º Promover o estabelecimento de exposições regionaes permanentes de productos da Industria Agricola e Pastoril (LEI 41, de 03/08/1892art.262).

Percebe-se que os professores deveriam ter um grande comprometimento com o Instituto para conseguir atuar nas atividades citadas acima. Nas fontes estudadas não se pode comprovar se o museu foi criado; mas percebe-se que a tarefa de criá-lo estava de acordo com o pensamento moderno da época, pois se considerou que este se tornaria um espaço de conhecimento real para o aluno. Por um lado, constituía-se num espaço de preservação da memória, por meio da guarda de documentos e objetos; por outro, fornecia matéria prima para a investigação acerca do homem e do natural (VIDAL, 1999, p.99). Os museus escolares também tinham a função de ser um espaço destinado às coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto (MOACIR, 1941).

A importância desses museus se dava no momento da produção do conhecimento escolar, estando em sintonia com os “novos parâmetros científicos que identificavam na natureza a chave da decifração da realidade e do próprio homem” (VIDAL, 1999). Tais museus, assim como as bibliotecas, seriam pequenos lugares da memória, encravados na instituição. Apesar de os museus serem concebidos como espaços de construção do conhecimento, Vidal (1999, p.111) alerta, ainda, para o fato de que os alunos, em muitos desses ambientes, não manuseavam os objetos, exercendo sobre eles apenas o olhar, pois as peças normalmente ficavam guardadas em armários com portas de vidro.

Com relação às exposições regionais, não foram encontrados registros que ratificassem o seu acontecimento, mas as fontes indicam que houve a comercialização de produtos cultivados pelos próprios alunos, tais como milho, hortaliças, lã, dentre outros.

Percebe-se que os professores estavam engajados numa nova concepção de educação, consoante o pensamento de modernidade, a qual proporcionava ao aluno a possibilidade de aprender fazendo, durante as aulas práticas realizadas no período da tarde.

Quanto à forma de contratação dos professores, nota-se que o regulamento aborda este item com muita clareza, nos seguintes artigos²²:

²² Estes artigos foram copiados com a redação original do Decreto 975 de 27 de outubro de 1896, justificando-se, portanto, a ausência de acentuação que hoje é vigente em muitas palavras descritas no texto.

Da prova escripta:

Art. 71. A prova escripta será feita a portas fechadas e durará quatro horas no maximo.

Os candidatos não poderão recorrer a notas, livros, apontamentos ou cadernos, sob pena de expulsão do concurso.

Art.72. O papel para a prova escripta será rubricado pelo director e distribuído pelo secretario immediatamente depois de sorteado o ponto.

Art.73. A prova de cada candidato será por elle datada e assinada e rubricada no verso de cada folha pelos demais concurrentes.

Si houver um só candidato, a respectiva prova será, depois de datada e assinada por elle, rubricada no verso de todas as folhas pela commissão julgadora. Fechada cada prova, uma das provas em envoltório lacrado, no qual o auctor escreverá o nome e cada um dos candidatos e os membros da commissão julgadora a rubrica, serão todas ellas convenientemente guardadas pelo director.

Prova oral:

Art. 74. O ponto para a prelecção oral estudada será sorteado pelo candidato no dia seguinte ao da prova escripta e a prelecção será feita publicamente, vinte e quatro horas depois, devendo durar no maximo uma hora e meia; aos candidatos serão dados aparelhos, reactivos, amostras e mais objectos necessários às experiências ou demonstrações que lhes parecerem úteis.

Paragrapho único. Deverá ser excluído dos pontos da materia a que pertencer o que tiver sido sorteado para a prova escripta.

Art.75. Nenhum candidato poderá ouvir a prelecção dos que lhe precederem no mesmo dia. Em sala reservada, os candidatos aguardarão, pela ordem em que se acharem inscriptos à hora da exhibição da sua prova.

Art.76. Si houver mais de uma turma de candidatos, a segunda turma sorteará o ponto no dia da prelecção da primeira, excluindo o que já tiver sido tirado.

Prova pratica:

Art. 77. A prova pratica terá logar no dia seguinte ao da prelecção oral estudada e constará:

1º- quanto à cadeira de zoologia e zootechnia, de duas preparações de zoologia e da determinação especifica de dous animaes, para o que se concederão seis horas;

2º- quanto à cadeira de botânica e agricultura, de duas preparações de botânica, da determinação especifica de três plantas ou vegetaes produzindo doenças parasitarias para o que se concederão seis horas;

3º- quanto a cadeira de physica, chimica, minerologia e geologia elementares, de preparações de chimica biológica ou de dosagem, de um ou mais elementos e um adubo chimico, da verificação e uma lei de phisica ou de determinação de uma propriedade physica, da determinação de 4 mineraes, 4 rochas e 4 fosseis, para o que se concederão 8 horas;

4º- quanto à cadeira de arte veterinaria, de uma operação de cirurgia veterinaria e um diagnostico, de uma preparação anatomica, para o que se concederão 4 horas;

5º- quanto à cadeira de laticínios, da dosagem de um ou mais elementos de leite e da analyse de um produto lácteo, para o que se concederão 6 horas.

Os candidatos poderão levar ou lhes serão fornecidos pelo director instrumentos e reactivos que julgarem necessários para sua prova, mas, durante a mesma, não poderão se communicar com quem quer que seja.

Prova de Improviso

Art. 78. No segundo dia útil da prova pratica, se fará a prova oral de improviso, que durará no maximo uma hora e meia e que versará sobre um dos pontos que, no maximo em numero de 20, a commissão terá organizado. O ponto será tirado à sorte com duas horas de antecedência.

Art. 79. Do ponto tirado do candidato inscripto em primeiro lugar os outros, que ficarem recolhidos em sala reservada, só terão conhecimento, cada qual por sua vez, duas horas antes da exhibição de sua prova.

Durante esse prazo o candidato se conservará incommunicavel e não poderá recorrer a nenhum livro ou outro qualquer auxilio.

Art. 80. No caso de não poderem concluir as provas, no mesmo dia, observar-se-ha o processo indicado no art.68.

Art. 81. No segundo dia útil depois da prova oral de improviso, os candidatos comparecerão ás dez horas da manhã, a fim de que sejam argüidos pelos membros escolhidos d'entre os da commissão julgadora sobre assumptos dos programmas de ensino correspondentes ao logar do concurso. Os candidatos serão chamados na ordem de inscripção e as argüições para cada um durarão uma hora.

Art. 82. No caso de não se poder concluir estas ultimas provas no mesmo dia, observar-se-ha o processo indicado no art.68.

Art. 83. No primeiro dia útil depois das provas de argüição perante a commissão organizadora em sessão publica, proceder-se-a, às 10 horas da manhã, à leitura das provas escriptas e recebendo cada candidato a que lhe pertencer, a lerá em voz alta, guardando-se a ordem de inscripção.

Art. 84. O candidato que nesta ordem seguir ao que estiver lendo velará sobre a leitura, fiscalizando o primeiro inscripto a do ultimo.

Si houver um só candidato, a fiscalização caberá a um lente designado pelo director.

Art. 85. Finda a ultima prova, a commissão julgadora, em sala reservada, procederá ao julgamento do concurso. Essa reunião da commissão julgadora se fará no mesmo dia em que terminar o concurso, ou no dia seguinte quando não possa ter logar naquelle.

Art. 86. A votação se fará por escrutínio secreto e versará sobre habilitações de cada candidato, ficando excluídos aquelles que não obtiverem pelo menos a metade dos votos presentes.

Art. 87. Finda a votação, será pelo secretario lavrado um termo, e em acto sucessivo, uma acta referindo todas as circunstancias ocorridas. Esta acta será immediatamente submettida à aprovação da commissão julgadora.

Art. 88. No prazo máximo de oito dias, depois de findo o concurso, o director remetterá ao governo o nome ou os nomes dos candidatos habilitados pela commissão julgadora, fazendo acompanhar seu officio das provas escriptas dos candidatos, das copias da acta e do termo da votação relativo ao julgamento das habilitações e de todas as informações relativas ao concurso, inclusive juízo reservado sobre a capacidade moral de cada um dos candidatos.

Art. 89. O candidato inhabilitado só poderá ser admitido a um novo concurso depois do lapso de tempo de seis mezes.

Art. 90. D'entre os candidatos habilitados, o presidente do Estado fará livremente a nomeação.

Art. 91. Si o governo entender que o concurso deva ser annullado por se terem nelle preterido formalidades essenciaes, o fará por meio de um decreto, contendo os motivos dessa decisão, e mandará proceder a novo concurso (DECRETO 975, de 27/10/1896).

O critério de seleção dos professores era bem rígido e, segundo o regulamento interno, composto por quatro etapas que eram eliminatórias: a primeira delas era a prova escrita, em que o candidato tinha um tempo de, no máximo, quatro horas para responder às questões de conhecimento específico da cadeira a qual estava se candidatando. Após aprovado nesta etapa, o candidato se submetia a uma prova oral, na qual era sorteado um tema. Para a realização dessa prova, o candidato dispunha de uma hora e meia.

A terceira etapa era a prova prática, em que o candidato dispunha de tempo diferenciado, de acordo com uma área de conhecimento específico. A última etapa da seleção era uma prova de improviso, em que o candidato sorteava um tema que deveria apresentar à comissão julgadora. O candidato à vaga de professor tinha uma hora e meia para realizar essa prova, cuja pontuação máxima era de 20 pontos. O resultado final era divulgado dentro de oito dias. Se o governador do Estado julgasse que alguma formalidade do processo de seleção não havia sido cumprida, poderia anular o referido concurso.

Os artigos 88 e 89 merecem atenção especial. O artigo 88 diz que, terminado o processo de seleção, o diretor tinha oito dias para enviar um ofício ao governo informando os nomes dos aprovados, e inclusive o juízo de valor reservado sobre a moral de cada um dos candidatos. Isto indica que, mesmo o candidato tendo sido aprovado em todas as etapas, o conceito que o diretor emitia sobre ele tinha um peso relativo. Percebe-se que, desta forma, o diretor poderia influenciar diretamente na escolha desse ou daquele candidato e que a manutenção dos costumes, da ordem e da moral esteve presente durante toda a Primeira República. Era necessário “controlar” os espaços sociais de convivência para que eles não se transformassem em desordem. Era preciso conviver com o homem “bem educado” para que, tanto na cidade quanto no espaço rural, a falta do emprego dos bons costumes e da moral não atrapalhasse o “progresso” e a almejada “civilidade” (VEIGA, 2003).

Ainda segundo Veiga (2003, p.400), era necessário “ordenar o uso do espaço urbano, disciplinar os habitantes para utilizá-lo, regular as questões centrais nas reformas empreendidas nas grandes cidades”. Esse pensamento chegou às cidades do interior do Brasil, ou seja, era necessário disciplinar também o espaço rural, conforme observado no capítulo anterior.

Já no artigo 89, merece atenção o fato de que o governador era quem fazia livremente a nomeação dos professores. Percebe-se, novamente, a forma de controle exercida pela elite governante para a manutenção da ordem. Observa-se, ainda, que esta livre nomeação dava margens, ao governo, de colocar nas salas de aula as pessoas da sua confiança, desrespeitando, de certa forma, aqueles que tivessem sido bem classificados no

processo seletivo, ou seja, o favoritismo – o “apadrinhamento” – estava presente também no espaço escolar, confirmando a soberania da elite e a defesa de seus interesses.

Como pode ser observado, o critério de seleção dos professores, proposto na forma da lei, era bem rigoroso e talvez por isso se explique a qualificação dos mesmos. Apesar de toda a exigência feita no regimento para a contratação dos professores, não foi encontrado nenhum documento que comprovasse realmente o cumprimento desse processo.

Acredita-se que, ao contrário disso, os cargos talvez tenham sido supridos por simples nomeação, uma vez que alguns professores eram estrangeiros, sendo, pois, convidados para ocupar tais cargos. Supõe-se que poderia haver contratação de professores a partir de indicações, pois o Regulamento Interno não havia sido aprovado.

[8]

Secretaria de 5 Junho de 1897.
Nº 240

Seu Director do Instituto Technico
de Lisboa.

Respondo ao
vosso officio de 30 do p. passado
muy, sob nr. 1899 em que com-
municastes ter chegado o
Seu Amadeo Bellier, contratado
para exercer o cargo de mestre de
religiao e hygiene agricola,
recomendando-vos acerca a
esta Secretaria, o contracto celi-
brado com o Sr. Bellier afim
de que seja lançado no livro
competente, assim como o
dia em que o mesmo Sr.
entrou em exercicio de suas
funções

J. D.

Figura 13-Ofício 240, de 05/06/1897

Fonte: Livro Secretaria de Agricultura SA 142 - Arquivo Público Mineiro

Na figura 13, o ofício 240 de 05/06/1897 indica a possibilidade de contratação direta pelo governador do Estado, conforme argumentado anteriormente. Não se encontrou a indicação do responsável pela assinatura do ofício, mas entende-se que se tratou de alguém que, provavelmente, esteve à frente da Secretaria de Agricultura, pois havia nos registros do Arquivo Público Mineiro, vários documentos assinados por S.O.

O que também fortalece a hipótese de que os professores tenham sido indicados são os ofícios encontrados no Arquivo Público Mineiro, dentre os quais se destaca o de nº 114, de 27 de março de 1897, redigido pelo secretário de Agricultura e endereçado ao secretário da Fazenda, Sr. David Campista, conforme transcrição abaixo:

Ao Dr. David Campista

Recommendo-vos que contrateis o Sr. Amedée (Cellier) (Boulevard Painte Germain, 53 bis, Paris) veterinário formado pela Escola d'Alfart para reger a cadeira de arte veterinária e hygiene agrícola do Instituto Zootechnico de Uberaba, nos termos do regulamento em vigor, sob as seguintes condições:

Vencimentos annuaes de 8.000\$000s; ajuda de custo de 4.000\$000 para despesas de viagem.

Duração do contrato por 3 annos; passagem de Uberaba a Bordon si, findo o prazo do contrato ou rescindido esse por motivo de força maior reconhecido pelo governo, pretender o sr Amedée regressar a Paris. Perderá, porém, o direito á passagem de volta si a rescisão fôr determinada por motivo de interesse próprio do contratado.

Celebrado o contrato, podeis pôr á disposição do sr Amedée 1.200 frs. Para a compra de material necessário ao ensino da cadeira que terá de reger, segundo as instrucções que lhe serão dadas pelo inspector geral do ensino agrícola.

Julgo também entender-se elle com o sr Paul Nicard sobre a transferência para o Brasil do gado, este comprado pela conta do Estado e com o mesmo si julgamento houver, podeis entender sobre a compra do material destinado ao Instº Zootechnico de Uberaba (OFÍCIO nº 114, de 27/03/1897).

Não se encontrou nos exemplares do Jornal Minas Geraes, à época, nenhuma publicação de abertura de concurso para professores do Instituto. Por outro lado, também no livro de nomeações não há menção sobre a forma como foram contratados, e sim da nomeação dos mesmos para esse ou aquele cargo.

De acordo com o exposto no quadro abaixo, percebe-se que o quadro de professores foi constituído de pessoas de alto nível intelectual. Por outro lado, também se nota que, para compor esse quadro, talvez devido à dificuldade de encontrar professores brasileiros, foi convidado um professor francês, pois a França era o berço cultural da época (MANACORDA, 1989, p.288). O quadro de funcionários do Instituto Zootécnico foi composto da seguinte forma:

Nome	Formação	Cargo	Data de Nomeação	Data de posse
Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho	Engenheiro Agrônomo	Diretor do Instituto	11/08/1894	13/08/1894
Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho	Engenheiro Agrônomo	Lente de Zootecnia	11/08/1894	13/08/1894
Crispiniano Tavares	Engenheiro de Minas	Lente de Física e Química	22/12/1894	09/01/1895
José Joaquim Marques	Engenheiro Agrônomo	Chefe de trabalhos práticos		
José Joaquim Marques	Engenheiro Agrônomo	Lente substituto do 1º ano		
José Joaquim Marques	Engenheiro Agrônomo	Lente substituto interino de zoologia, zootecnia e sericicultura, laticínios e arte veterinária		
Quirino Alves de Carvalho		Bibliotecário, Secretário, Caixa	17/11/1894	17/12/1894
José Amandio Sobral	Engenheiro Agrônomo	Chefe prático de cultura e criação		
Tobias Antônio Rosa		Bibliotecário, Secretário, Caixa	Abril/1898	
Jayme Juvêncio Noronha		Amanuense	10/01/1896	23/02/1896
Frederico Maurício Draenert	Ciências Físicas e Naturais	Diretor do Instituto	15/11/1896	
Frederico Maurício Draenert	Ciências Físicas e Naturais	Lente interino de Botânica, Agrologia, Agricultura geral, Culturas das plantas forraginosas, Irrigação e Drenagem	15/11/1896	
Amedeé Cellier		Lente de Laticínios e de Higiene Agrícola e Veterinária	26/12/1894	
Francisco Ernesto de Oliveira		Porteiro	26/12/1894	
Francisco Soares	Engenheiro	Diretor	05/09/1898	
Francisco Soares	Engenheiro	Lente substituto preparador da cadeira de Mineralogia	05/09/1898	
Januário da Rocha		Porteiro	17/08/1895	02/09/1895
Olympio Baptista de Moura		Contínuo		
José Rochedo		Amanuense Interino		
José Augusto de Paiva Teixeira		Secretário, Caixa, Amanuense	Maio/1898	

Quadro 4 - Funcionários do Instituto Zootécnico

Fonte: Minas Geraes (26/10/1898) e Gazeta de Uberaba (03/04/1898) - Arquivo Público Mineiro

Para as funções de pedreiro foram contratados: Tobias Basílio de Sousa, Aleixo Bernardes Guilhermino Lopes da Silva, Justino Tilmann, Luiz Ignácio de Souza Lima,

Alfredo Nery, Lucas Evangelista de Oliveira, Antônio Guimarães dos Santos e Abelardo Rodrigues.

2.5 Saber escolar: conteúdo escolar, forma de avaliação e plano de aula

Não se pretende, neste item, fazer uma análise do currículo escolar, mas uma reflexão acerca das matérias propostas no curso realizado no Instituto Zootécnico de Uberaba, as formas de avaliação e o plano de aula. Na tentativa de compreender quais foram os pressupostos que embasaram a oferta das matérias é que se estudou a formação da grade curricular proposta para os três anos de formação de engenheiro agrônomo.

Percebe-se que o conteúdo proposto na grade curricular do Instituto foi um instrumento de poder utilizado pela classe dominante para atender às necessidades específicas de promover o conhecimento científico para ser utilizado na melhoria da produção rural daquela época.

Ano	Matérias	Aulas de trabalhos práticos	Duração das aulas práticas
1º	Zoologia e Zootecnia Geral; Botânica; Física Elementar e Meteorologia; Elementos de Mineralogia e Geologia; Química Mineral Elementar.	Determinação prática dos minerais e rochas mais comuns; Determinação das plantas mais usuais na agricultura; Preparações e experiências simples de química; Montagem, uso e emprego de máquinas agrícolas; Penso de animais; Trabalhos de cultura.	2 horas ou mais por dia, conforme o tempo e a estação.
2º	Zootecnia Especial, particularmente Estudo de bovinos, ovinos, equídeos, suínos e caprinos; Agrologia e Agricultura Geral; Cultura das plantas forraginosas; Drenagem e Irrigação; Química Biológica e Agrícola.	Preparações e análises químicas; Penso de animais; Trabalhos de cultura.	3 horas ou mais por dia, conforme o tempo e a estação.
3º	Higiene Agrícola e Arte Veterinária; Tratamento das moléstias mais vulgares; Sericultura, Avicultura e Apicultura; Viticultura; Indústria dos laticínios; Criação de vacas de leite; Preparação e conservação da carne; Contabilidade agrícola; Agrimensura.	Prática de Veterinária; Preparação de laticínios; Penso de animais; Trabalhos de Cultura; Prática de Viticultura; Prática de Agrimensura.	4 horas por dia, conforme o tempo e a estação.

Quadro 5 - Grade curricular do Instituto Zootécnico de Uberaba, 1896.

Fonte: JORNAL MINAS GERAES (1896).

Apesar de a grade curricular e o Regulamento Interno preverem um ensino tão esmerado, percebe-se que, na prática, não foi isso o que aconteceu, pois o Instituto sofreu com a falta de recursos financeiros e funcionou em instalações físicas precárias.

Conforme o artigo da Lei 41 de 03/08/1892 deveria ser oferecido as cadeiras de “Physica e Chimica; Botânica e Zoologia; Veterinária e Emprego Industrial dos Animaes e dos seus productos”. Os conteúdos de física e química, botânica e zoologia foram lecionados no primeiro ano letivo, provavelmente com o objetivo de proporcionar uma visão geral do curso ao aluno. A partir do segundo ano, os conteúdos se tornaram mais específicos para área da zootecnia, abordando o estudo de várias raças de animaes.

Nota-se, ainda, o estudo das farragenosas, do cuidado com o solo e o meio ambiente, do controle de pragas. As matérias oferecidas no terceiro ano se relacionavam especificamente à veterinária e ao emprego, manipulação de alimentos provenientes da produção animal.

É importante perceber que havia uma matéria específica para a higiene agrícola, ou seja, o conhecimento científico aplicado também na área de produção das fazendas, confirmando que também no meio rural havia a necessidade de tornar o ambiente mais higiênico, mais limpo, mais saudável, evitando, desta forma, a proliferação de doenças tanto para o homem quanto para os animais.

Outra matéria de igual importância foi a contabilidade agrícola, por meio da qual os alunos receberam orientações de como utilizar de forma racional e adequada os recursos provenientes da produção agrícola. Percebem-se nestas matérias dois pressupostos da modernidade: higienização dos espaços e do homem; e a racionalização e otimização dos recursos e do trabalho, ideias estas que pertenciam ao pensamento progressista e capitalista instalado na Primeira República.

Apesar das dificuldades encontradas, com relação às aulas práticas, conforme será abordado mais adiante, observa-se que a proposta curricular foi indicada como tendo sido cumprida, conforme notícia veiculada por jornal local: “[...] Todos os cursos foram esgotados com muita larguesa sendo os respectivos programas aprovados pelo Governo e pelo Superintendente que merecia-lhes a maior confiança” (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899).

Duas matérias oferecidas no último ano merecem atenção: sericicultura²³ e viticultura²⁴. Nota-se que na sericicultura houve uma abordagem apenas teórica, pois não

²³ S. f.- Sericicultura: cultura do bicho-da-seda; ato de preparar e fabricar a seda.

consta, na grade curricular, momento destinado à aula prática da mesma. Quanto à viticultura, vê-se a ocorrência de aula teórica e a prática.

Acerca do oferecimento dessas duas matérias surge uma reflexão: por que oferecê-las num curso cuja região foi, eminentemente, voltada para a produção pecuária?

A qualificação que se pretendia era dar aos alunos os conhecimentos científicos para a melhoria da genética, principalmente, do rebanho de gado Zebu.

A palavra disciplina, tal como se conhece hoje, é uma criação recente. Na França, por exemplo, só é registrada após a Primeira Guerra Mundial, mas guarda a ideia de sua origem: disciplinar, ordenar, controlar. Para Chervel (1990, p.177-229), a disciplina é o preço que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração à outra.

Mais especificamente, é preciso analisar a constituição de uma disciplina escolar como “produto e processo que impõem significado às práticas humanas” (MENEGAZZO, 2001), isto é, como cultura. Analisando tais matérias, percebe-se que o Instituto Zootécnico possuiu uma “cultura escolar” para a sua época, pois tinha um espaço específico para realização das suas atividades e um corpo docente próprio. Esses elementos constituem a base para a análise das práticas que permitiram a transmissão de conhecimentos e a inculcação de condutas e valores.

A disciplina escolar seria resultado da passagem dos saberes da sociedade por um filtro específico, a tal ponto que, após algum tempo, ela pode não mais guardar relação com o saber de origem. Analisando tais disciplinas do ponto de vista de uma cultura escolar, Julia (2001, p.11) descreve que a constituição de uma cultura escolar exigiu três elementos essenciais: um espaço específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional próprio.

Desta forma, de acordo com os autores citados acima, pode-se pensar que houve, no Instituto, uma cultura escolar, mesmo que isso não tivesse tão claramente definido, como o é nos dias atuais.

É importante destacar que as aulas práticas não eram utilizadas, pelo professor, somente como recurso didático, mas também como uma forma efetiva de avaliação dos conhecimentos adquiridos e, ainda, uma forma real de inserção dos alunos na sociedade que se utilizou dos conhecimentos científicos por eles adquiridos quando, por exemplo, compravam hortaliças e outros produtos no Instituto Zootécnico. As aulas práticas ocupavam boa parte do tempo dos alunos, fazendo com que os mesmos voltassem para casa somente por

²⁴ S. f. – Viticultura: cultura de vinhas.

volta das quatro horas da tarde (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899). O período de aula era interrompido apenas pelo intervalo do almoço e pela troca de professores.

Observando a grade curricular do Instituto Zootécnico, percebe-se que as aulas práticas permearam toda a formação educativa do curso, o que se remete ao conceito de escola do trabalho, “que deve ser entendida como processo social complexo, agir humano, movimento de idéias e ações que acompanham a introdução do trabalho na escola como um princípio educativo” (CIAVATTA, 2007, p.126). Para Gramsci (1982):

A escola do trabalho seria a escola desinteressada do fazer mediado, a escola voltada para a ciência, a técnica, o mundo da história e das artes, na qual seriam formados homens omnilaterais, isto é, produtores e, ao mesmo tempo, dirigentes. Para tanto, nessa escola, o trabalho deve alcançar uma dimensão intelectual, propiciando a libertação do produtor da unilateralidade e da restrição de seu ofício particular, convertendo-o em um ser político, capaz de governar (GRAMSCI, 1982).

Ainda Segundo Gramsci (1982), ao mesmo tempo em que sofre a ação dos intelectuais, a escola é a principal agência da sociedade civil de formação de intelectuais, de modo especial a preparação de intelectuais organicamente ligados à classe burguesa, responsáveis pela manutenção do “*status quo*” e pela transformação da cultura dominante em senso comum. Em outras palavras, no sistema educacional burguês tradicional são formados os intelectuais orgânicos da classe burguesa, que contribuem para a manutenção da hegemonia, fornecendo cimento ideológico aos estratos dominantes.

Essa forma de ação educativa é o que proporciona no homem a formação de verdadeiros intelectuais, diferentemente da proposta da maioria das faculdades existentes à época, cuja premissa era a formação de doutores (médicos) e bacharéis. Conforme ressalta Azevedo (1963, p.577), “elevar a dignidade social, dar-lhe um título e abrir-lhe, com a inclusão em uma das profissões intelectuais, o acesso ao jornalismo e às letras, aos cargos administrativos e às atividades políticas”.

Segundo Wirth (1992, p.139), as faculdades passaram a ser menos elitistas somente após 1930. Até então, o anel de rubi do advogado, o título de doutor, aliado ao companheirismo dos colegas do mesmo *status*, eram fatores importantes e determinantes na ocupação de algum cargo de relevância. Nesse sentido, percebe-se que o ensino realizado no Instituto Zootécnico proporcionou, aos seus alunos, uma forma de ascensão ao poder, ao poder, ao conferir-lhes o diploma de curso superior, pois sete, dos oito alunos graduados, se tornaram importantes intelectuais, conforme será abordado no próximo capítulo.

Com relação à forma de avaliação, observando o Regimento Interno e as leituras constantes nos cadernos de notas dos professores (encontrados no Arquivo Público Mineiro), nota-se um rigoroso sistema. Na figura 14 pode-se ver como eram lançadas as notas dos alunos. Os jovens eram avaliados em cada disciplina, ou matéria, por meio de exames, cujas notas variavam de 0 a 20 nas provas escritas, práticas e orais.

Médias (Classificação na aula)	
1 Melitino Lento de Carvalho	16,37
2 Delcídes	16,12
3 Luiz Ignácio Louza Lima	15,50
4 José Maria dos Reis	15,37
5 Fidelis Gonçalves dos Reis	15,25
6 Hildebrando	13,25
7 Octavio	12,00
8 Gabriel Laurindo de Paiva	10,75

O livro se encontra no Arquivo Público Mineiro
Recado do Secretário da Agricultura

Figura 14 - Caderno de notas dos alunos

Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura SA- 139 Arquivo Público Mineiro, 1898

Os estudantes que obtivessem uma nota média, de pelo menos 10 pontos, podiam submeter-se ao exame final, que também tinha o valor de 20 pontos. Era considerado reprovado o aluno que não atingisse os 10 pontos mínimos, ou ainda que atingisse a nota 5 no exame final. Ainda de acordo com o art.110 do Regulamento Interno, havia a possibilidade de o aluno fazer uma prova de segunda época, cuja nota poderia substituir a da primeira avaliação se esta tivesse sido inferior a 5 pontos (MINAS GERAES, 1896).

Quanto ao plano de aula, este é um instrumento didático de que o professor dispõe para organizar o conteúdo a ser ensinado durante o tempo específico destinado a uma aula. Por meio dele o professor se orienta quanto ao caminho que deve percorrer para ministrar certo conhecimento aos alunos. Os professores do Instituto Zootécnico utilizaram desse instrumento, conforme apresentado a seguir.

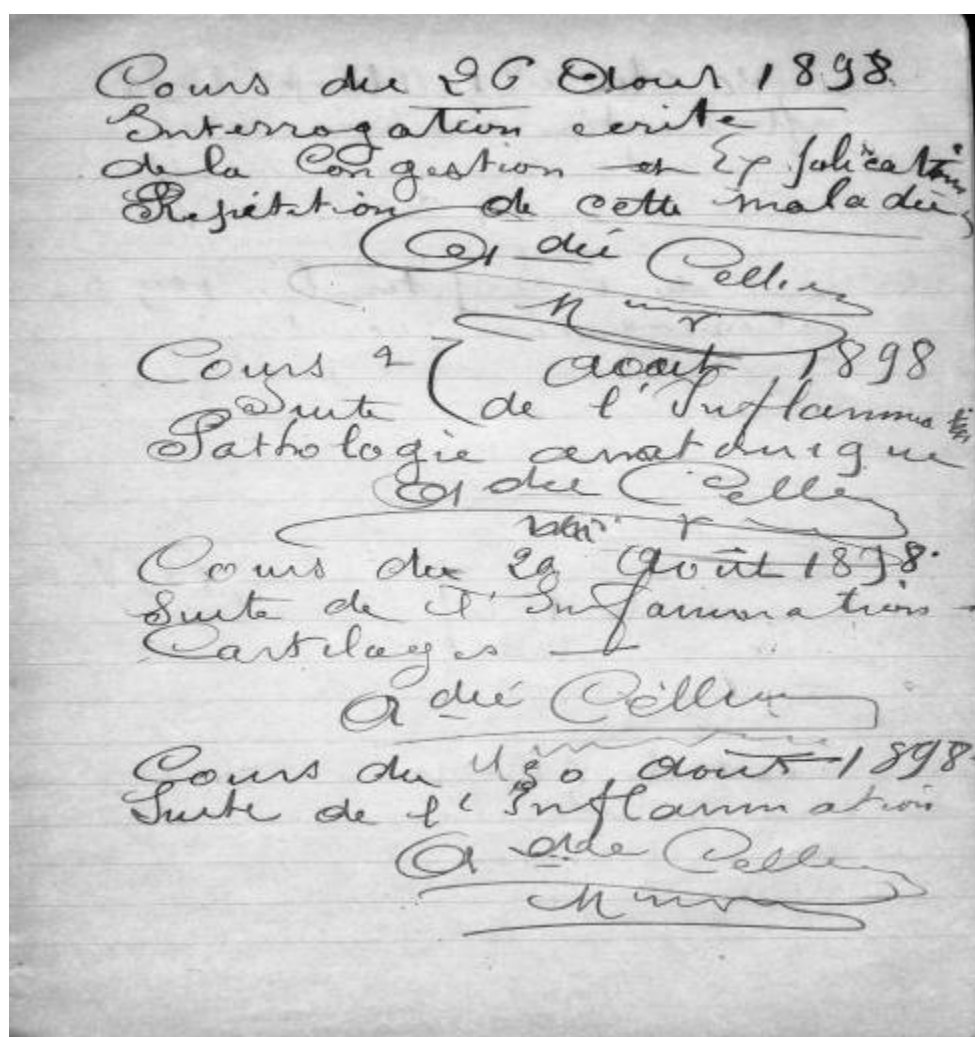


Figura 15- Plano de aula de Patologia – 1898 - Professor Amedée Cellier
Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura - SA 139 - Arquivo Público Mineiro

Usando uma forma simples, como anotações em um caderno, os professores registravam cada item que era ensinado na aula daquele dia, as notas dos alunos após a arguição oral, bem como as faltas dos mesmos. Posteriormente, as notas e as faltas eram lançadas em livro próprio, sob a guarda da secretaria do Instituto, o qual era encaminhado, periodicamente, à Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais.

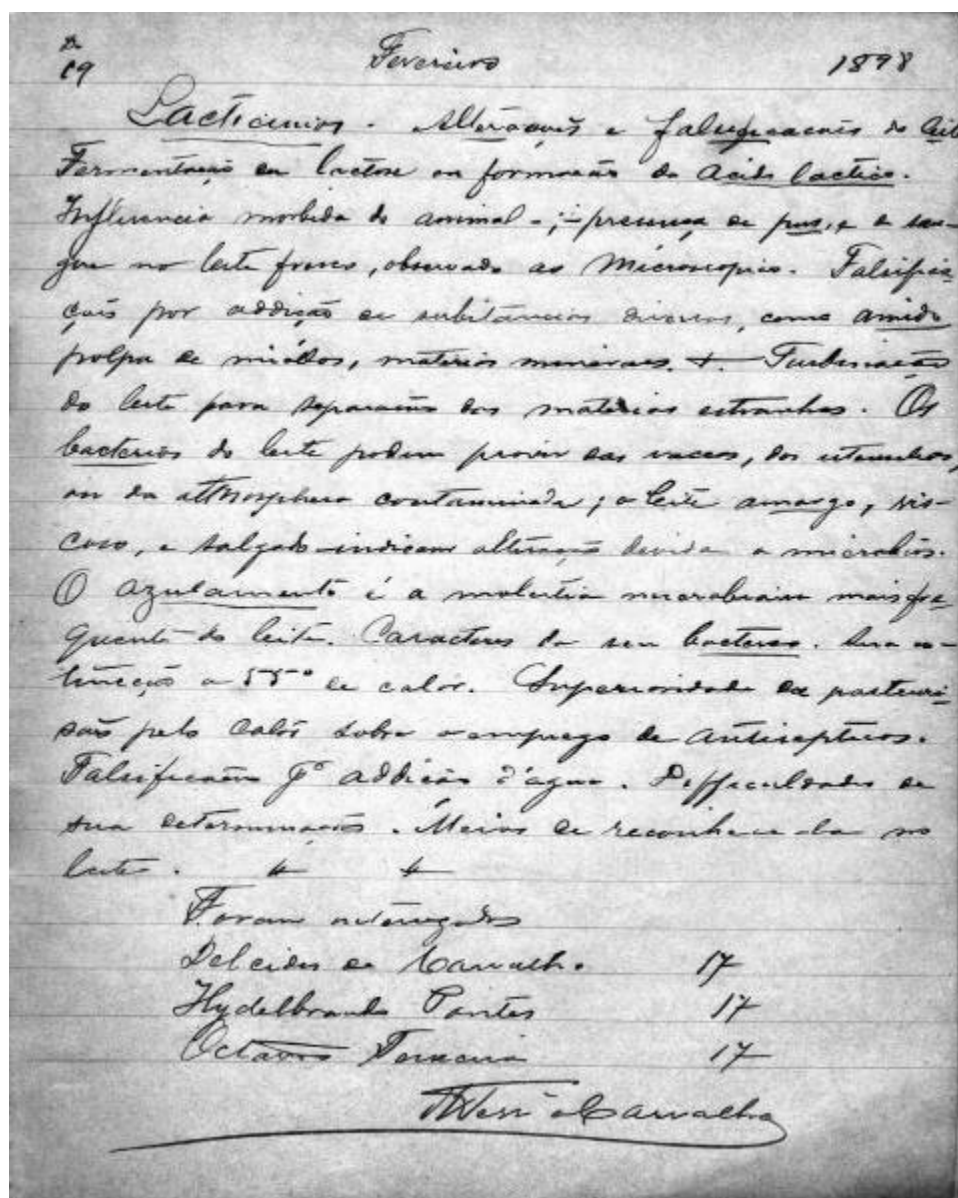


Figura 16- Plano da aula de Laticínios – 1898 - Professor Ricardo Ernesto de Carvalho
Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura-SA139-Arquivo Público Mineiro

Durante a análise das fontes foram encontradas, em vários ofícios endereçados ao secretário de Agricultura, solicitações de aquisição de matrizes de gado, caprinos e equinos, para que os alunos pudessem ter as aulas práticas. Havia, ainda, nos documentos, indícios de desconsideração para com manutenção dos princípios educacionais dos alunos, no que se refere aos recursos financeiros solicitados para investimentos nas aulas práticas. Percebe-se que muita dessa escassez foi suprida pelos fazendeiros, que cediam seus próprios animais para que os alunos fizessem seus estudos.

A falta de animais para os estudos práticos era constantemente noticiada no Jornal Gazeta de Uberaba, além da falta de pagamento aos professores e funcionários, que também foi alvo de matérias no referido jornal (GAZETA DE UBERABA, 23/11/1897). De acordo

com relatórios do Sr. Francisco Sá, a maior parte dos materiais necessários ao funcionamento do Instituto só foi parcialmente comprada no final de 1897, portanto, mais de um ano e meio após o início do funcionamento do curso. A demora na aquisição dos equipamentos necessários ao curso foi assim noticiada por Militino Pinto de Carvalho, que era jornalista e aluno do Instituto. Militino se referiu desta forma ao primeiro ano de funcionamento da instituição:

No correr desse ano *houve a maior reluctancia da parte do governo* em fornecer o indispensavel à pratica do ensino, apesar de reiterados pedidos feitos com a maior previdência pela Directoria, como fossem: animaes para a pratica zootechnica, laboratorios e gabinetes, instrumentos aratorios e bibliotheca. Foi tão grande a indiferença que mal se conseguiu uma caixa com alguns reactivos, algumas retortas de vidros e de grès, ordinarias, muito vidro inservível, muita rolha de cortiça, alguns saes e poucas outras substancias para as experiencias mais corriqueiras nestes assumptos. De physica apenas um polarymetro e dois espelhos, nem sequer um thermometer, um barometro e apenas um tubo de Newton, notando-se a ausencia de tudo o mais que se torna imprescindível em um gabinete de ensino o mais elementar. Relativamente ao serviço de campo nem ao menos um arado, quanto mais outro instrumento de engrenagem mais complicada! (GAZETA DE UBERABA, 30/07/1899, p.1).

A falta de equipamentos adequados às aulas práticas parece ter sido superada pela grande competência e comprometimento dos professores do Instituto. Militino descreve da seguinte forma a atuação dos seus mestres:

Durante as férias do 1º anno e quase já no meio da epocha destinada ao preparo do terreno, é que a Directoria poud dar começo à *derrubada* de pequeno matto, queima e plantio de milho à enxada, porque não dispunha de instrumentos aratorios para inaugurar um processo de cultura racional, revolvendo o campo, para demonstrar que ahí pôde se obter tão boas colheitas como nas queimadas de mattas virgens (GAZETA DE UBERABA, 30/07/1899, p.1).

Apesar de o aluno Militino descrever essa situação do Instituto, o ofício 312, de 10 de agosto de 1897, assinado pelo secretário de Agricultura, cobra do diretor do Instituto a preparação do solo para o cultivo de batata doce, inhame, mandioca e outros, bem como o anúncio da chegada de gado estrangeiro, afirmando que o Instituto possuía os equipamentos necessários para tais ações.

De acordo com as leituras feitas no Jornal Gazeta de Uberaba durante o período de funcionamento da instituição, foi possível perceber que, realmente, faltavam muitos materiais

e que a boa vontade e o comprometimento dos professores foram fundamentais durante os três anos de existência do Instituto Zootécnico para suprir as carências de materiais para as práticas pedagógicas. A constante cobrança do Estado, para que o Instituto tivesse produção tanto agrícola quanto zootécnica, provocou certo estranhamento na relação entre a instituição e o governo do Estado. Militino Pinto de Carvalho ainda escreveu no Jornal Gazeta de Uberaba:

Si é certo que faltaram todos os recursos para o cabal desempenho da pratica, o director e os lentes procuraram por todos os meios dar as precisas instrucções e preencher, mais ou menos, os enormes claros abertos nesta parte do ensino. Para o ensino de zootechnia, o principal de todo o curso, si não tinha animaes próprios, mandava-se vir de fora para o necessario estudo pratico e prova de exame; na cadeira de agronomia, em falta de grandes prados, tivemos algumas experiências de estrumação, fenação, ensilagem e uma ou outra planta forrageira; na cadeira de chimica agrícola e biológica, a pratica do illustre professor poude em parte suprir as necessidades do laboratório, etc.; na cadeira de veterinária, como já foi dito, não havendo hospital nem pharmacia, tratava-se dos animaes alheios, cujos donos davam remédios, quer na cidade, quer no Instituto; na cadeira de lacticínios, a mais prejudicada, houve alguma pratica, fabricando-se algum queijo e manteiga, assim como a dosagem da força do coalho; em viticultura visitamos vários parreirais, onde o professor esforçava-se por explicar os phenomenos da evolução desse vegetal, moléstias, fabricação de vinho, etc. Por consequencia, não foram sem resultado os esforços do corpo docente e do corpo académico salvando do anniquilamento completo o Instituto para o que porfiou em concorrer o governo passado (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899, p.1).

Mesmo em face das dificuldades relatadas na matéria anterior, em outubro de 1896, no segundo ano de funcionamento do Instituto, os alunos fundaram um grêmio intitulado “*Grêmio Agro Scientifico dos Estudantes do Instituto Zootechnico*”, cujo primeiro presidente foi Militino Pinto de Carvalho. O objetivo desses jovens ao fundar o grêmio era lutar pelos interesses do estabelecimento, e ainda:

[...] proporcionar aos seus associados leituras sobre os assumptos que dizem respeito às matérias do curso agricola e exercital-os na tribuna por meio de conferencias e na imprensa por meio de uma revista sobre aquelles mesmos assumptos. O Grêmio se propõe também a fundar um núcleo de uma bibliotheca para a qual pede donativos; a bibliotheca será de publica consulta (SÃO PAULO E MINAS, 25/10/1896, p.2).

A proposta dos alunos quanto à fundação desse Grêmio indica que o ensino estava a serviço da modernidade, pois por meio dele seria possível disseminar aos leitores,

provavelmente produtores rurais, as técnicas modernas de produção rural. Percebe-se, novamente, o conhecimento científico sendo colocado à disposição do sistema capitalista.

Um ano após a fundação do Grêmio, em 1897, os mesmos alunos fundaram o primeiro jornal agrícola, intitulado *Revista Agrícola*, que, segundo a imprensa local da época, tratou-se de importante periódico que levou conhecimento científico aos produtores e agricultores:

Uma pleiade de moços estudiosos, auxiliados por mestres dedicados da sciencia agricola, quaes são os ex-lentes do Instituto Zootechnico, mantiveram durante um anno, à custa de inauditos sacrifícios e perseverança, a *Revista Agricola*, cuja distribuição se fez em escala conveniente e ininterruptamente durante aquelle período, apontando sempre as causas do nosso atraso em materia agricola e pastoril e aconselhando os remédios que no caso urgiam (GAZETA DE UBERABA, 09/07/1899, p.1).

Devido às dificuldades financeiras por que o Instituto passou, em 1897, os custos para a publicação desta revista foram mantidos pelos próprios professores, que continuaram, juntamente com os alunos, a colaborar para que os produtores rurais tivessem acesso ao conhecimento da ciência agrícola.

Hildebrando Pontes, um jovem aluno e colaborador da revista, declarou: “Foi nesse jornal que pela primeira vez escrevi para o público. Eram artigos de agrimensura e zootecnia” (PONTES, 1978, p.5). Percebe-se, pela fala do jovem escritor, que este periódico pautou-se na publicação de assuntos pertinentes à produção local, especialmente a zootecnia.

Outra importante contribuição à comunidade uberabense foram os artigos redigidos numa coluna intitulada *Chronica Agrícola*, publicada periodicamente no Jornal Gazeta de Uberaba, especialmente durante todo o ano de 1898. Nesta coluna eram divulgadas as orientações técnico-científicas para diversas culturas, como mandioca, forragens dos pastos, controle de doenças no gado e outros assuntos. A produção jornalística proporcionou aos alunos uma formação omnilateral, abrindo-lhes o caminho para atuação, inclusive política.

A constante interação com a comunidade foi um fator importante na vida dos alunos do Instituto Zootécnico, que, mesmo tendo funcionado num breve período de tempo, foi muito significativo para promover transformações na produção agrícola, conforme pode ser constado no relatório do diretor Draenert, quando declara: “Não foram tão poucos os visitantes do Instituto Zootechnico, principalmente lavradores. No respectivo livro de visitas, desde 1 de abril de 1897 até 10 de setembro de 1898, se acham inscriptos 132 nomes” (GAZETA DE UBERABA, 03/09/1899, p.1). Nota-se que a comunidade, especialmente os

lavradores, se utilizou da assistência técnica recebida por parte do corpo docente e discente do Instituto Zootécnico.

Os professores, voluntariamente, também prestavam assistência técnica aos vários produtores da região, conforme publicado em um artigo de jornal local:

Ultimamente tem sido avultado o numero de animaes doentes levados ao Instituto Zootechnico a fim de serem medicados pelo habil veterinario e lente daquelle estabelecimento, o sr. Amedée Cellier. Os resultados de seus tratamentos e operações cirúrgicas têm tido o melhor exito o que tem contribuído para tal concurrencia, vindo mesmo de distancia de tres e quatro leguas, pessoas trazer seus animaes para aquelle fim. [...] Para estes animaes fora do estabelecimento é designado para cada um – um alumno até a sua cura completa e julgada como tal pelo professor. Além desses medicamentos e operações que se tem praticado em presença dos alumnos do 3º anno do Instituto, muitas são as consultas que aquelle illustre profissional tem recebido, e tudo isso elle faz com a melhor boa vontade dispensando toda e qualquer importância que lhe queiram dar (GAZETA DE UBERABA, 03/04/1898, p.2).

O diretor e professor Maurício Draenert, durante sua administração, em 1896, implantou o Registro Diário dos Serviços de Culturas e Criação do Instituto Zootécnico de Uberaba, contendo inclusive os valores provenientes da receita de alguns produtos cultivados pelos alunos, provavelmente durante as aulas práticas, onde se percebe a interação com a comunidade na venda dos alguns produtos cultivados no Instituto.

Provavelmente essa tenha sido uma tentativa de melhorar a situação financeira da instituição, que já apontava sinais de dificuldades. Entende-se que esse envolvimento com a comunidade foi fundamental para a formação não só dos futuros profissionais, como também promoveu o fortalecimento da formação de homens omnilaterais engajados e transformadores da sociedade do seu tempo.

Receita do Instituto Zoot.
Resumo do mês de Novembro de 1897

N.º	Origem	Quantidade	Total
1	Pela venda de colchões	204	24000
5	" " " "	25	12500
6	" " " "	26	12500
8	" " " "	27	12500
9	" " " "	28	12500
10	" " " "	29	12500
11	" " " "	30	12500
12	" " " "	31	12500
13	" " " lenha	32	12500
14	" " " legumes	33	12500
15	" " " lenha	34	12500
16	" " " " "	35	12500
17	" " " legumes	36	12500
18	" " " " "	37	12500
19	" " " " e lenha	38	12500
20	" " " " "	39	12500
21	" " " " e lenha	40	12500
22	" " " " "	41	12500
23	" " " " "	42	12500
24	" " " " e lenha	43	12500
25	" " " " "	44	12500
26	" " " " e lenha	45	12500
27	" " " " e lenha	46	12500
28	" " " " e lenha	47	12500
29	" " " " e lenha	48	12500
30	" " " " e lenha	49	12500
31	" " " " e lenha	50	12500
32	" " " " e lenha	51	12500
33	" " " " e lenha	52	12500
34	" " " " e lenha	53	12500
35	" " " " e lenha	54	12500
36	" " " " e lenha	55	12500
37	" " " " e lenha	56	12500
38	" " " " e lenha	57	12500
39	" " " " e lenha	58	12500
40	" " " " e lenha	59	12500
41	" " " " e lenha	60	12500
42	" " " " e lenha	61	12500
43	" " " " e lenha	62	12500
44	" " " " e lenha	63	12500
45	" " " " e lenha	64	12500
46	" " " " e lenha	65	12500
47	" " " " e lenha	66	12500
48	" " " " e lenha	67	12500
49	" " " " e lenha	68	12500
50	" " " " e lenha	69	12500
51	" " " " e lenha	70	12500
52	" " " " e lenha	71	12500
53	" " " " e lenha	72	12500
54	" " " " e lenha	73	12500
55	" " " " e lenha	74	12500
56	" " " " e lenha	75	12500
57	" " " " e lenha	76	12500
58	" " " " e lenha	77	12500
59	" " " " e lenha	78	12500
60	" " " " e lenha	79	12500
61	" " " " e lenha	80	12500
62	" " " " e lenha	81	12500
63	" " " " e lenha	82	12500
64	" " " " e lenha	83	12500
65	" " " " e lenha	84	12500
66	" " " " e lenha	85	12500
67	" " " " e lenha	86	12500
68	" " " " e lenha	87	12500
69	" " " " e lenha	88	12500
70	" " " " e lenha	89	12500
71	" " " " e lenha	90	12500
72	" " " " e lenha	91	12500
73	" " " " e lenha	92	12500
74	" " " " e lenha	93	12500
75	" " " " e lenha	94	12500
76	" " " " e lenha	95	12500
77	" " " " e lenha	96	12500
78	" " " " e lenha	97	12500
79	" " " " e lenha	98	12500
80	" " " " e lenha	99	12500
81	" " " " e lenha	100	12500
82	" " " " e lenha	101	12500
83	" " " " e lenha	102	12500
84	" " " " e lenha	103	12500
85	" " " " e lenha	104	12500
86	" " " " e lenha	105	12500
87	" " " " e lenha	106	12500
88	" " " " e lenha	107	12500
89	" " " " e lenha	108	12500
90	" " " " e lenha	109	12500
91	" " " " e lenha	110	12500
92	" " " " e lenha	111	12500
93	" " " " e lenha	112	12500
94	" " " " e lenha	113	12500
95	" " " " e lenha	114	12500
96	" " " " e lenha	115	12500
97	" " " " e lenha	116	12500
98	" " " " e lenha	117	12500
99	" " " " e lenha	118	12500
100	" " " " e lenha	119	12500
101	" " " " e lenha	120	12500
102	" " " " e lenha	121	12500
103	" " " " e lenha	122	12500
104	" " " " e lenha	123	12500
105	" " " " e lenha	124	12500
106	" " " " e lenha	125	12500
107	" " " " e lenha	126	12500
108	" " " " e lenha	127	12500
109	" " " " e lenha	128	12500
110	" " " " e lenha	129	12500
111	" " " " e lenha	130	12500
112	" " " " e lenha	131	12500
113	" " " " e lenha	132	12500
114	" " " " e lenha	133	12500
115	" " " " e lenha	134	12500
116	" " " " e lenha	135	12500
117	" " " " e lenha	136	12500
118	" " " " e lenha	137	12500
119	" " " " e lenha	138	12500
120	" " " " e lenha	139	12500
121	" " " " e lenha	140	12500
122	" " " " e lenha	141	12500
123	" " " " e lenha	142	12500
124	" " " " e lenha	143	12500
125	" " " " e lenha	144	12500
126	" " " " e lenha	145	12500
127	" " " " e lenha	146	12500
128	" " " " e lenha	147	12500
129	" " " " e lenha	148	12500
130	" " " " e lenha	149	12500
131	" " " " e lenha	150	12500
132	" " " " e lenha	151	12500
133	" " " " e lenha	152	12500
134	" " " " e lenha	153	12500
135	" " " " e lenha	154	12500
136	" " " " e lenha	155	12500
137	" " " " e lenha	156	12500
138	" " " " e lenha	157	12500
139	" " " " e lenha	158	12500
140	" " " " e lenha	159	12500
141	" " " " e lenha	160	12500
142	" " " " e lenha	161	12500
143	" " " " e lenha	162	12500
144	" " " " e lenha	163	12500
145	" " " " e lenha	164	12500
146	" " " " e lenha	165	12500
147	" " " " e lenha	166	12500
148	" " " " e lenha	167	12500
149	" " " " e lenha	168	12500
150	" " " " e lenha	169	12500
151	" " " " e lenha	170	12500
152	" " " " e lenha	171	12500
153	" " " " e lenha	172	12500
154	" " " " e lenha	173	12500
155	" " " " e lenha	174	12500
156	" " " " e lenha	175	12500
157	" " " " e lenha	176	12500
158	" " " " e lenha	177	12500
159	" " " " e lenha	178	12500
160	" " " " e lenha	179	12500
161	" " " " e lenha	180	12500
162	" " " " e lenha	181	12500
163	" " " " e lenha	182	12500
164	" " " " e lenha	183	12500
165	" " " " e lenha	184	12500
166	" " " " e lenha	185	12500
167	" " " " e lenha	186	12500
168	" " " " e lenha	187	12500
169	" " " " e lenha	188	12500
170	" " " " e lenha	189	12500
171	" " " " e lenha	190	12500
172	" " " " e lenha	191	12500
173	" " " " e lenha	192	12500
174	" " " " e lenha	193	12500
175	" " " " e lenha	194	12500
176	" " " " e lenha	195	12500
177	" " " " e lenha	196	12500
178	" " " " e lenha	197	12500
179	" " " " e lenha	198	12500
180	" " " " e lenha	199	12500
181	" " " " e lenha	200	12500
182	" " " " e lenha	201	12500
183	" " " " e lenha	202	12500
184	" " " " e lenha	203	12500
185	" " " " e lenha	204	12500
186	" " " " e lenha	205	12500
187	" " " " e lenha	206	12500
188	" " " " e lenha	207	12500
189	" " " " e lenha	208	12500
190	" " " " e lenha	209	12500
191	" " " " e lenha	210	12500
192	" " " " e lenha	211	12500
193	" " " " e lenha	212	12500
194	" " " " e lenha	213	12500
195	" " " " e lenha	214	12500
196	" " " " e lenha	215	12500
197	" " " " e lenha	216	12500
198	" " " " e lenha	217	12500
199	" " " " e lenha	218	12500
200	" " " " e lenha	219	12500
201	" " " " e lenha	220	12500
202	" " " " e lenha	221	12500
203	" " " " e lenha	222	12500
204	" " " " e lenha	223	12500
205	" " " " e lenha	224	12500
206	" " " " e lenha	225	12500
207	" " " " e lenha	226	12500
208	" " " " e lenha	227	12500
209	" " " " e lenha	228	12500
210	" " " " e lenha	229	12500
211	" " " " e lenha	230	12500
212	" " " " e lenha	231	12500
213	" " " " e lenha	232	12500
214	" " " " e lenha	233	12500
215	" " " " e lenha	234	12500
216	" " " " e lenha	235	12500
217	" " " " e lenha	236	12500
218	" " " " e lenha	237	12500
219	" " " " e lenha	238	12500
220	" " " " e lenha	239	12500
221	" " " " e lenha	240	12500
222	" " " " e lenha	241	12500
223	" " " " e lenha	242	12500
224	" " " " e lenha	243	12500
225	" " " " e lenha	244	12500
226	" " " " e lenha	245	12500
227	" " " " e lenha	246	12500
228	" " " " e lenha	247	12500
229	" " " " e lenha	248	12500
230	" " " " e lenha	249	12500
231	" " " " e lenha	250	12500
232	" " " " e lenha	251	12500
233	" " " " e lenha	252	12500
234	" " " " e lenha	253	12500
235	" " " " e lenha	254	12500
236	" " " " e lenha	255	12500
237	" " " " e lenha	256	12500
238	" " " " e lenha	257	12500
239	" " " " e lenha	258	12500
240	" " " " e lenha	259	12500
241	" " " " e lenha	260	12500
242	" " " " e lenha	261	12500
243	" " " " e lenha	262	12500
244	" " " " e lenha	263	12500
245	" " " " e lenha	264	12500
246	" " " " e lenha	265	12500
247	" " " " e lenha	266	12500
248	" " " " e lenha	267	12500
249	" " " " e lenha	268	12500
250	" " " " e lenha	269	12500
251	" " " " e lenha	270	12500
252	" " " " e lenha	271	12500
253	" " " " e lenha	272	12500
254	" " " " e lenha	273	12500
255	" " " " e lenha	274	12500
256	" " " " e lenha	275	12500
257	" " " " e lenha	276	12500
258	" " " " e lenha	277	12500
259	" " " " e lenha	278	12500
260	" " " " e lenha	279	12500
261	" " " " e lenha	280	12500
262	" " " " e lenha	281	12500
263	" " " " e lenha	282	12500

Outra importante contribuição à sociedade, em especial aos produtores rurais, foram os mais de mil artigos científicos publicados pelo diretor e professor Maurício Draenert, que, provavelmente contando com a colaboração dos alunos, desenvolveu vários estudos e pesquisas científicas. Paralelamente às atividades docentes, conforme informa o Jornal Lavoura e Comércio (11/09/1903), Draenert escreveu os livros “*A pratica de estrumar*” (publicado em São Paulo, em 1898) e “*Indústria agrícola - Os meios da iniciativa particular*” (também publicado em São Paulo, em 1899). Além desses, a pedido do governo da União, traduziu as obras *Feeds and feeding* (de W. A. Henry) e *Die tropische agrikultur* (4 grossos volumes de 3.200 páginas).

Desta forma, por um lado a comunidade uberabense formada por produtores agrícolas ganhou grandemente em sua forma de produção, a partir dos estudos e técnicas desenvolvidas no Instituto Zootécnico. Por outro, a cidade se desenvolvia juntamente com a chegada dos vários imigrantes e migrantes comerciantes e industriais que aqui se instalavam em busca de prosperidade para seus negócios, conforme abordado anteriormente.

Apesar de enfrentar toda essa crise financeira, a falta de materiais e de professores, o Instituto Zootécnico foi uma escola de referência, devido ao alto valor educativo que os professores conseguiam imprimir ao curso. O diretor Draenert descreveu dessa forma seus sentimentos em relação à instituição: “Peço não julgar-me de immodesto, si chamar a sua atenção para o crescido numero de alumnos do Instituto neste novo anno escolar, mais do que o duplo dos dois annos anteriores. Frequentam-o vinte trez alumnos inclusive dois estrangeiros” (GAZETA DE UBERABA, 18/11/1897, p.1).

Pode-se perceber pela fala do diretor que a instituição estava conseguindo cumprir seus objetivos. Por um lado, qualificando os alunos para o exercício profissional, ao mesmo tempo em que levava a “luz do conhecimento” aos produtores rurais locais e regionais; e, por outro, atraindo um número significativo de alunos, levando-se em consideração as difíceis condições do acesso ao ensino superior no final do século XIX.

Um novo ano escolar estava para surgir, em 1898, sendo que este ano foi marcado por acontecimentos que influenciaram de forma decisiva no destino da vida acadêmica e da existência da instituição. Apesar da comprovada importância da existência do Instituto Zootécnico, para o progresso de Uberaba e região, várias forças contribuíram para a suspensão das suas atividades acadêmicas, seu fechamento e sua extinção, conforme será estudado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE EXTINÇÃO DO INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA

Neste capítulo serão abordadas as principais causas que promoveram o fechamento do Instituto, em 1898: a destinação do imóvel e dos equipamentos utilizados pelos alunos e professores no período de existência da escola, bem como as tentativas de reativação do espaço físico do Instituto Zootécnico de Uberaba. Ainda será analisado o sentido social do Instituto, abordando a trajetória dos professores e dos alunos após o fechamento do mesmo, e, por último, a destinação final dada à instituição em estudo, em 1912.

Na tentativa de compreender as causas do fechamento desta instituição, é necessário entender o contexto histórico que marcou o final dos oitocentos no país, em Minas Gerais e Uberaba. Nesse período, o Estado de Minas Gerais sofreu profundas mudanças, entrou numa forte crise financeira e não podia perder seu *status* perante a nação brasileira.

Fortes impactos aconteceram na economia mineira, fazendo com que o Estado, para não perder sua hegemonia interna e frente aos demais estados brasileiros, tivesse que se reorganizar não só financeiramente, mas também politicamente. Devido a esses acontecimentos, o governo mineiro se aproximou ainda mais do governo paulista, para que essa aliança não enfraquecesse, lançando, assim, as raízes da política do “café com leite”²⁵, que consolidou o poder desses dois estados.

O Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) predominaram na vida política da República Velha. O primeiro assentava o seu poder na riqueza do Café; o segundo, no maior colégio eleitoral do país: Minas Gerais.

A maioria dos presidentes desta época eram políticos de Minas Gerais e São Paulo. Estes dois estados eram os mais ricos da nação e, por isso, dominavam o cenário político da

²⁵ Formalmente, a política do café com leite teve início em 1898, no governo do paulista Manuel Ferraz de Campos Salles, e encerrou-se em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Durante os mais de 30 anos em que perdurou a política do café-com-leite, o Brasil elegeu 11 presidentes da República, sendo 6 paulistas - incluindo Prudente de Moraes e Campos Salles - e 3 mineiros. A política do café-com-leite, como ficou conhecida essa aliança, permitiu à burguesia cafeeira paulista controlar, no âmbito nacional, a política monetária e cambial, e a negociação no exterior de empréstimos para a compra das sacas de café excedentes, enfim, uma política de intervenção ainda mais ativa que garantia aos cafeicultores lucros seguros (SILVA, 1991).

República. Saídos das elites mineiras e paulistas, os presidentes acabavam favorecendo sempre o setor agrícola, principalmente do café (paulista) e do leite (mineiro).

Em 1899, Silviano Brandão, governador de Minas Gerais, aceitou o pacto com São Paulo para alternar-se com este Estado no poder, usufruindo ambos de sua vantagem econômica sobre o restante dos estados – era a grande oportunidade para Minas Gerais ocupar uma situação privilegiada, tirando vantagens políticas e econômicas para a elite mineira.

Em um país cuja maioria da população era pobre e analfabeta, e onde faltava infraestrutura básica, até ligando os estados, a República Federativa estava fadada a implodir, como previra Dom Pedro II, após o fim da democracia imposto por Deodoro da Fonseca, com o fechamento do Congresso, em 1891. Esse acordo entre os fazendeiros exportadores paulistas e mineiros, sedentos de um poder político que estivesse à altura do poder financeiro que acumularam no final do século XIX, transformou o federalismo no Brasil ao estabelecer privilégios oficiais aos dois estados durante a República Velha (WIRTH, 1982).

A aliança que se iniciava entre os dois estados e a condição econômica de Minas Gerais repercutiram diretamente no Instituto Zootécnico sob dois aspectos. Primeiro, do ponto de vista da externalidade: a crise econômica do Estado e as desavenças políticas em Minas Gerais e no município de Uberaba. Segundo, do ponto de vista interno da instituição: a constante falta de material para as aulas práticas; o atraso, por parte do Estado, no pagamento dos professores; e discordâncias internas entre professores e alunos, as quais tiveram repercussão até na capital do Estado (JORNAL GAZETA DE UBERABA, 1898).

3.1 Contexto histórico de extinção do Instituto Zootécnico, 1898-1912

Durante a Primeira República, a economia brasileira, que era essencialmente agrícola, permaneceu centrada na produção cafeeira, ainda no modelo agroexportador, mas implantou certos avanços no processo de modernização e diversificação das atividades econômicas, promovendo uma mudança no quadro econômico em todo o país.

O Brasil da Primeira República não foi industrial, pois, segundo o Censo de 1920, 69.7% da população economicamente ativa dedicavam-se à agricultura, 16.5% ao setor de serviços e 13.8% à indústria, quadro que não se alterou significativamente até 1930. Mesmo assim, fábricas de médio e grande porte de fiação e tecelagem, bebidas, roupas, sapatos e alimentos, foram instaladas no Rio e em São Paulo.

No nordeste, por exemplo, os engenhos se modernizaram com a instalação de usinas mecanizadas. No sul, as pequenas propriedades de colonização estrangeira aumentaram sua participação nos mercados interno e externo, com núcleos econômicos exportadores de charque e erva mate. Na região Amazônica intensificou-se a exploração da borracha, valorizada pela nascente indústria automobilística. Com capitais vindos da cafeicultura ou estrangeiros, a indústria brasileira também cresceu e expandiram-se os organismos de crédito.

Para acompanhar esse crescimento, o país passou, também, por dificuldades em sua economia, como a valorização do café, a emissão de moedas e a inflação, que foram as questões centrais da política econômica no período republicano. Esse quadro provocou a elevação das taxas de juros, o endividamento dos estados com bancos estrangeiros e uma inflação que chegou a 115% (PRADO JR, 2006; FURTADO, 1959).

Com o preço do café em alta, e atento ao mercado internacional, ocorreu no Brasil uma superprodução desse produto, desencadeando severa crise financeira nos estados que tinham essa monocultura como principal fonte de produção econômica. Esse plantio exacerbado provocou uma queda drástica no preço do café, cuja saca – comercializada em 1893 por 4,09 libras-ouro – foi reduzida, em 1899, para 1,49 libras-ouro (FAUSTO, 1975).

Na tentativa de controlar a situação, o governo brasileiro interveio e desvalorizou seguidamente a moeda brasileira, pois, embora o café rendesse menos em moeda estrangeira, era possível comprar mais moeda nacional, garantindo os ingressos dos grandes produtores. O restante da nação, porém, precisou pagar mais pelas importações, e houve um aumento geral nos preços internos e no custo de vida. Com a desvalorização da moeda, o governo ficou sem condições de pagar os juros da dívida externa e foi obrigado a contrair novos empréstimos para honrar os anteriores. A dívida externa era enorme e a cada ano tendia a aumentar.

A situação financeira do país impedia o pagamento, desde que nas suas contas internas, ou seja, no Orçamento da União, a receita não cobrisse nem metade da despesa. Para Vizentini (1983, p.12), “o modelo agrário-exportador, baseado na monocultura do café, fazia do Brasil um país periférico e dependente do mercado internacional”. Nesse contexto, o Brasil era um país endividado em face da economia internacional e altamente dependente.

Nesse quadro em que o Brasil estava inserido, a partir de 1897, Minas Gerais, mesmo sendo a segunda economia da nação, começou a sentir sua fragilidade econômica advinda da depressão do café, o que deixou o Estado com uma receita muito baixa. Tal depressão introduziu quase quinze anos de déficits e orçamentos marcados pela austeridade (WIRTH, 1982; IGLESIAS, 1985).

Para que o Estado pudesse recuperar a sua economia era necessário submeter-se a certa disciplina, e isso foi proposto por Silviano Brandão²⁶, enquanto senador por Minas Gerais (1891 a 1895), que tinha por objetivo tornar-se governador do Estado e projetá-lo no cenário nacional. Em vista daquele contexto houve, por parte dos congressistas mineiros, significativa cautela, timidez e observância para implantar o equilíbrio orçamentário (BORGES, 1998, p.107).

Nessa época, os mineiros tinham cuidado em investir, pois não queriam perder a posição favorável que tinham junto aos bancos financiadores do exterior e ainda estavam amedrontados pela fraca base tributária do Estado, o que os colocava altamente dependentes das exportações agropecuárias.

Neste mesmo período, os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul tiveram suas receitas aumentadas em 46%, enquanto que a cota mineira não ultrapassou 5%. Outra forte contribuição para o baixo crescimento da receita mineira foi o fato de os mineiros não pagarem os impostos. Assim, observa-se, no período de 1898 a 1909, a severa redução dos serviços estaduais, que persistiu até 1912 (WIRTH, 1982).

De acordo com Wirth (1982, p.283), “a história de Minas Gerais é caracterizada por ciclos de crescimento-depressão-crescimento, mas numa escala modesta”. Isso significa que o Estado nunca conseguiu manter uma linearidade com relação à sua economia. Esse quadro foi diferente apenas em 1891, quando Minas Gerais recebeu uma base de receita mais ampla do velho governo provincial, mas ainda dependia muito das receitas do café. Apesar de a República ter dado autonomia aos estados, apenas aqueles com fortes economias puderam evitar a condição de dependência em termos fiscais, o que não foi o caso de Minas Gerais (WIRTH, 1982).

²⁶ Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848-1902). Médico e político brasileiro nascido em Santana do Sapucaí, hoje Silvianópolis, no sul do Estado de Minas Gerais, foi presidente de seu Estado (1898 a 1902) e também eleito para o mandato de vice-presidente da República (1902-1906) na chapa do 6º presidente, Francisco de Paula Rodrigues Alves, mas morreu antes de tomar posse, sendo substituído por Afonso Augusto Moreira Pena. Filho de José Claro de Almeida e Ana Isabel Bueno Brandão, estudou no Seminário Episcopal de São Paulo e formou-se em Medicina pela famosa Faculdade da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro (1875). Começou a trabalhar como médico na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, e casou-se com Maria Isabel de Paiva Brandão, que era sua prima e irmã do presidente provincial Júlio Bueno Bandão. Ficou viúvo e casou-se novamente, desta vez com sua cunhada Ester Cândido de Paiva Brandão. Mudando-se para Pouso Alegre, começou a atuar na política partidária e elegeu-se deputado provincial pelo Partido Liberal (1880-1881). Sua principal ação parlamentar foi defender a integridade territorial do seu Estado nas disputas territoriais fronteiriças com o vizinho São Paulo. Depois elegeu-se senador estadual e presidente do Estado de Minas, tendo como principal bandeira a agricultura, grande geradora da riqueza do Estado mineiro. Candidatou-se à Vice-Presidência da República, defendendo a *República Café com Leite*, junto à candidatura do paulista Rodrigues Alves para presidente, e foram eleitos para o mandato seguinte (15/11/1902-15/11/1906). Inditosamente morreu em Belo Horizonte, aos 54 anos, antes de tomar posse, sendo substituído por Afonso Pena. Considerado um eminente seguidor da doutrina *kardecista*, foi sepultado no Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte.

Os produtos mineiros sofreram sobretaxa, e isso ocasionou grande perda nos impostos. A população fugia do fisco e, desta forma, a renda não correspondia às necessidades na maioria dos anos. Segundo Wirth (1982, p.385), os déficits de até 20% acompanharam os anos de depressão de 1898 a 1909. Mesmo sendo uma região marcada eminentemente pela produção agrícola, o secretário da Agricultura lamentava que um mineiro contribuísse, apenas, com um quarto dos impostos estaduais em relação aos paulistas.

Diante desse quadro, Minas Gerais tinha prudência em pedir empréstimo aos bancos; os paulistas pediam altos empréstimos, mas prosperavam, enquanto que os estados do Norte não tinham como pagar suas obrigações. O maior empréstimo tomado por Minas Gerais foi para a construção de Belo Horizonte, o que causou grande impacto na economia mineira, conforme já abordado anteriormente.

Outro fato que merece consideração é que, para tentar escoar a produção de café, o Estado investiu na construção e expansão da malha ferroviária e, como não tinha recursos para isso, também teve de tomar empréstimos junto às companhias ferroviárias inglesas, aumentando, ainda mais, seu poder de endividamento.

Como foi maciço o investimento na construção de linhas de ferro privadas, Minas Gerais viu-se obrigado a encampá-las, ao mesmo tempo em que deixou irados os credores estrangeiros, que pediam pagamento em ouro e ainda ameaçavam ação diplomática. O Estado estava profundamente envolvido para abandonar as estradas de ferro.

Assim, segundo Wirth (1982, p.288), apesar de Minas Gerais se “organizar não como um simples Estado, mas como uma grande nação”, estava supercomprometido com os serviços e obras públicas internas, conforme relatado por Silviano Brandão: “Minas devia poupar e estabelecer metas menos ambiciosas.”

Segundo relatório de Bernardo de Sena Figueiredo, presidente da Comissão de Orçamentos, a longa crise orçamentária foi causada pela “aspiração de todos os mineiros de ver ferrovias construídas, a nova capital erigida e os serviços públicos regularizados” (WIRTH, 1982).

Ainda segundo Wirth (1982, p.288), o governador mineiro preferiu recorrer aos empréstimos estrangeiros para suprir o grande déficit de quase um sétimo da dívida pública total, em 1897, pois, em meio ao caos econômico do Estado, os serviços públicos eram os mais difíceis de serem financiados.

Tanto quanto outros serviços públicos, a educação recebeu tratamento deplorável no governo de Silviano Brandão, sendo fechadas quase 400 escolas durante a depressão de 1898.

Os municípios mineiros também possuíam uma interdependência do Estado, pois não tinham receita suficiente para manter suas despesas e isso onerava ainda mais os cofres públicos.

Somava-se ao fato financeiro acirrado a questão da concessão de empregos de professor e cargos burocráticos, com fins de patronagem e pistolão, promovendo funcionários medíocres. Nessa época, quase 80% da população vivia nas áreas rurais, o que também dificultava o acesso à escola. É importante lembrar que os mineiros possuíam alto índice de analfabetismo e os que conseguiam instruir-se gozavam de enaltecido *status* social. Os graus profissionais eram praticamente um prerequisite da carreira política da elite e os mineiros geralmente iniciavam na vida pública entre os 30 e 40 anos de idade.

Com relação à economia, Uberaba foi afetada, desde 1895, pelo prolongamento da linha de ferro até Uberlândia e, posteriormente, até Araguari, em 1896, provocando um esvaziamento do comércio local e transferindo grande parte para Goiás, Mato Grosso e outras praças do Triângulo Mineiro (REZENDE, 1991; PONTES, 1978).

Esse fato pode ser percebido na seguinte matéria: “O comércio da praça Uberabense tão florescente outrora, tem diminuído sensivelmente, e assim continuará, se não desenvolvermos indústrias...” (CORREIO CATÓLICO, 25/11/1898

Profissão	1895	1897
Advogado	9	7
Engenheiro civil	5	1
Seleiro	3	4
Bilhães	2	1
Açougueiros	4	16
Joalheiros	2	2
Agrimensores	–	–
Ferreiros	6	10
Guarda-Livros	10	10
Alfaiates	7	7
Construtores	6	6
Médicos	7	6
Boiadeiros	6	11
Capitalistas ²⁷	10	7

Quadro 6- Profissões praticadas em Uberaba de 1895 a 1897.

Fonte: Almanach Uberabense (1895) Correio Católico (1897).

²⁷ Nessa época, esta era a denominação dada a pessoas que faziam empréstimos de dinheiro a particulares (hoje denominados agiotas).

Percebe-se que as profissões que sofreram maior impacto foram as de açougueiro, que cresceu 300%; ferreiro, com 66%; boiadeiro, que apresentou auge de 83%, provavelmente, porque houve crescimento da população rural da cidade. Enquanto isso houve decréscimo considerável nas profissões de engenheiro civil, 80%, o que indica uma possível redução no crescimento arquitetônico da cidade, bem como pouco investimento no comércio local.

No final dos oitocentos, os capitalistas, pessoas que emprestavam dinheiro para compra de boiadas, passaram a aplicar seus lucros na pecuária, atividade econômica que demandava pequena mão-de-obra e envolvia poucos riscos. Os empréstimos eram feitos em dinheiro, com prazo de 8 a 10 meses, praticando juros que variavam de 1,25% a 2% ao mês. Muitos se enriqueceram e conquistaram grandes fortunas (PONTES, 1970). Paralelo aos produtores havia muitos comerciantes, principalmente imigrantes, que ainda continuavam a chegar a Uberaba.

Apesar da vocação produtiva agropastoril, percebe-se que não havia agrimensores. Assim, deduz-se que esse tipo de serviço era suprido por profissionais de fora. Esse quadro sofrerá alteração após a formatura da primeira turma de engenheiros agrônomos do Instituto Zootécnico, os quais atuarão grandemente na medição de terras de fazendas uberabenses.

Com relação às casas de comércio e indústrias existentes, também não houve crescimento, apenas se manteve o que já existia (REZENDE, 1991). Em meados do século XIX, as elites rurais brasileiras experimentaram um emburguesamento e transformaram-se rapidamente numa sociedade urbana, voltada para os negócios.

Quanto à formação social, apesar de a sociedade mineira ser tida como conservadora e tradicional surgiu, no final dos oitocentos, uma nova sociedade que caminhava para as tendências modernas, mas que continuou sendo formada por meio de junções do poder econômico e político que se davam através do casamento de filhos de famílias abastadas, garantindo, assim, a permanência no poder econômico, social e político do Estado, de importantes famílias mineiras. Assim, os laços de família, a educação e o dinheiro eram os caminhos comuns para se atingir o *status* e foram fatores determinantes na formação da elite política mineira.

Mesmo lutando para manter uma hegemonia política durante todo o período republicano, Minas Gerais vivenciou considerável instabilidade política interna, com oposição entre as elites da Zona da Mata – região responsável pela maior parte da produção de café do Estado – e as da região central – marcada pela presença de políticos tradicionalmente ligados às atividades de mineração. A região Sul ora se aliava a uma região, ora à outra. Essa situação

política em Minas não era muito diferente do que ocorria também em outros estados brasileiros (VISCARDI, 1995).

A decadência econômica advinda pela superprodução do café provocou, de certa forma, uma rachadura política interna no Estado. De um lado estavam os republicanos que apoiavam os cafeicultores, na Zona da Mata; do outro, os monarquistas que apoiavam a região central, antiga região mineradora.

Os deputados das regiões cafeeiras defendiam a autonomia municipal como forma de reter os lucros provindos do café em seus locais de origem. Os deputados de outras regiões se opunham a esta autonomia, para viabilizar a distribuição desses excedentes por todas as regiões do Estado. Devido à ação consistente dos primeiros, a autonomia municipal foi obtida (VISCARDI, 1995). As divergências políticas internas continuaram pelos governos estaduais de Afonso Pena (1892-1894) e Bias Fortes (1894-1898), até que um novo partido de oposição ao Partido Republicano Mineiro (PRM) foi criado, em 1898: o Partido Republicano Constitucional (PRC).

Silviano Brandão, político da região Sul, foi eleito presidente de Minas Gerais pelo PRC, para o mandato de 1898 a 1902. Herdou um Estado totalmente endividado, após o mandato de Bias Fortes, que contraía grandes dívidas com bancos para a construção de Belo Horizonte e de estradas de trem de ferro, conforme abordado anteriormente. Herdou ainda os conflitos políticos, fazendo com que ele procurasse eliminar os radicais de sua legenda e obter a “conciliação” mineira. Mas esta última só foi possível mais tarde.



Figura 18 - Francisco Silviano de Almeida Brandão

Fonte: Governadores de Minas, 2001, n. 14 - Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Diversas vezes ocupou a presidência da Assembleia Legislativa Mineira, distinguindo-se pela defesa dos interesses financeiros do governo e da moralidade administrativa. Sua gestão foi marcada por uma política de “aplicação econômica do produto do imposto”: desenvolver a agricultura, atraindo imigrantes para a lavoura e para o povoamento das terras incultas, ao mesmo tempo em que se preocupava em reformar o ensino agrícola e veterinário e ampliar a rede férrea do Estado.

O governo de Silviano Brandão teve uma característica interessante durante seu mandato, especialmente no que se refere à economia e política. Mesmo reconhecendo a vocação eminentemente agrícola de Minas Gerais, viu-se obrigado a promover vários cortes no orçamento, na tentativa de equilibrar as finanças mineiras. No início de seu mandato chegou a implantar o que se pode chamar de mecanização agrícola, mas teve de abandonar tal projeto, por falta de recursos.

Mesmo assim, promoveu a abertura de várias estradas, serviço executado por homens manejando enxadas, pás, bois e carroças. Usou de severidade no emprego das verbas públicas, promovendo um corte radical nos gastos previstos para o orçamento de 1898. Tendo forte expressão política, promoveu a união política de Minas Gerais, até então enfraquecida por discordâncias internas entre os partidos e lideranças políticas da época.

Sob sua liderança, todas as zonas do Estado se organizaram em Comissões e cada uma delas negociava certos benefícios diretamente com o governador, em troca de manter a ordem e paz no Estado. Estes benefícios eram gastos pelos fazendeiros em estradas e pontes, perto de suas próprias fazendas, ou dos parentes e amigos chegados. Incluíam também a ocupação de altos cargos no governo.

Para compreender e até possivelmente encontrar respostas para o fechamento do Instituto, faz-se necessária a análise de outro importante acontecimento político ocorrido em Uberaba, no início de 1899, que despontou e se fortaleceu dentre os grandes fazendeiros da época. Com uma política forte e atuante, em Uberaba surgiram dois partidos: o Partido Conservador e o Partido Republicano Mineiro. Ambos agremiaram grande número de fazendeiros e os dois partidos tiveram graves divergências entre si.

Segundo Pontes (1978, p.139), Silviano Brandão, ao assumir o governo mineiro, projetou a criação do imposto territorial, cobrável na razão de 3% sobre o valor da terra. Como Uberaba era um município eminentemente rural, lançou seu protesto, fundando, para combater o projeto do governo, o Clube da Lavoura e Comércio de Uberaba, que contou com a participação inicial de 22 proprietários de terra.

No dia 4 de fevereiro de 1899, portanto quase quatro meses após a posse de Silviano Brandão, aconteceu a primeira reunião dos membros do Clube da Lavoura, contando com a presença de 139 fazendeiros e comerciantes de Uberaba e região. Segundo Pontes (1978, p.139), após animada discussão entre o Dr. Militino Pinto de Carvalho e Major Gustavo Ribeiro, pela Gazeta de Uberaba, o presidente deu por terminada a sessão, verificando-se que só eram favoráveis à criação do imposto territorial os senhores Major Gustavo Ribeiro, Coronel Militão de Sousa Ameno, Dr. Alberto Cerqueira Lima, Dr. Militino Pinto de Carvalho, Dr. José Maria dos Reis e Dr. Fidelis Reis – todos ex-alunos do Instituto e já graduados engenheiros agrônomos –totalizando apenas seis pessoas dos 139 presentes (menos de 5% do total dos participantes daquela sessão).

Ainda nessa sessão, foi encaminhado pelo Dr. Garcia Adjuto que se nomeasse uma representação ao Congresso Mineiro contra o imposto territorial, devendo ambos ser apoiados pela assembleia que se marcou para o dia 1º de abril e que se realizou, de fato, no dia 2. Tal representação ficou composta por três pessoas. A segunda reunião do Clube da Lavoura contou com a presença de 129 fazendeiros e comerciantes. Novamente, o Sr. Militino tomou a palavra a favor do imposto declarado pelo governador Silviano Brandão e a discussão também se tornou tumultuada. Ainda segundo Pontes (1978, p.140), o Dr. Militino Pinto, contrário aos objetivos do Clube, saiu-se mal no transcurso da organização deste e tomou partido do governo.

Daí por diante, desenvolveu-se, pela Gazeta de Uberaba, uma campanha tenaz contra as deliberações do Clube da Lavoura. Dr. Militino foi alvo de violentíssima agressão física praticada por dois indivíduos assalariados de alguns chefes do Partido da Lavoura, criado no ano anterior (PONTES, 1978, p.141). Desta forma, verificou-se que os lavouristas negaram seu apoio ao governo Silviano Brandão.

As elites se dividiram, então, entre os lavouristas e os governistas (ou silvianistas). O Partido da Lavoura, também fundado em outros municípios de Minas Gerais, adquiriu em Uberaba extraordinária força, levando o governo aos mais sérios embaraços na sua marcha administrativa (PONTES, 1972, p.141). Este partido tornou-se, portanto, uma entidade política de expressivo poder eleitoral. No pleito de 1900, porém, perdeu as eleições nas urnas da cidade mas venceu esmagadoramente nas urnas rurais ou seções das roças, pois estas foram instaladas nos quartos das fazendas, só votando aqueles que os fazendeiros deixassem entrar, e, portanto, seus aliados. Também foram trazidas várias pessoas do Estado de São Paulo, utilizando o título de outros eleitores. Assim, os lavouristas fizeram uma Câmara Municipal quase unânime.

Diante disso, Sr. Silviano Brandão, na tentativa de acalmar os “ânimos” e obter uma conciliação entre esses políticos, propôs aos seus adversários o cessar da luta política, admitindo a cobrança de três décimos por cento, em vez de 3% do imposto territorial, e de 15 mil réis por cabeça de rês importada, alegando que a maioria dos proprietários de terras de Minas não havia, até então, feito as suas inscrições.

Era importante que Minas Gerais continuasse a ser, juntamente com São Paulo e Rio Grande do Sul, um proeminente Estado brasileiro, e, por isso, era conveniente que tivesse uma coesão política. Assim, o Sr. Silviano Brandão, por todo o seu mandato, foi comprometido com um governo ordeiro, buscando adesões políticas, de forma que, em 1898, esse governador projetou Minas Gerais no cenário nacional, em estreita colaboração com o presidente de São Paulo, Campos Salles.

Sob a presidência de Campos Salles (1898-1902) foi firmado um pacto de poder chamado “Política dos Governadores”, que se baseava num compromisso político entre o governo federal e as oligarquias que governavam esses dois estados. Tal compromisso estabelecia que os grupos políticos de Minas Gerais e São Paulo dariam irrestrito apoio ao presidente da República; em contrapartida, o governo federal só reconheceria a vitória nas eleições dos candidatos ao cargo de Deputado Federal que o apoiassem.

O governo federal tinha a prerrogativa de conceder o diploma de Deputado Federal. Mesmo que o candidato fosse vitorioso nas eleições, sem este documento ele não poderia tomar posse e exercer a atividade política. O controle sobre o processo de escolha dos representantes políticos, a partir da fraude eleitoral, impedia que os grupos de oposição chegassem ao poder.

A Política dos Governadores assegurou e reforçou o poder das oligarquias agrárias mais influentes do país. Os estados mais ricos da federação, São Paulo e Minas Gerais, dispunham das mais prósperas economias agrárias devido à produção em larga escala do principal produto de exportação brasileiro, o café. As oligarquias cafeeiras desses estados conquistaram influência política nacional e governaram o país, de acordo com seus interesses.

A hegemonia de São Paulo e Minas Gerais na política nacional foi chamada de “Política do café com leite”. Por meio de acordos entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), os dois estados da federação elegeram praticamente todos os presidentes da República Velha, até que a Revolução de 1930 viesse alterar os rumos da política brasileira.

Contando com o apoio de Campos Salles e em função, pois, da busca de coesão política em Minas Gerais, Silviano procurou eliminar as rixas internas que estavam

enfraquecendo o Estado e estabeleceu uma delegação disciplinada ao Congresso, fortalecendo-o (Wirth, 1892, p.154). De fato, o governador conseguiu reaver o domínio sobre a política, congregando, novamente, em torno de si e de Minas, o *status* político, mais do que econômico, principalmente quando soube negociar a questão do imposto rural.

3.2 Fechamento do Instituto Zootécnico de Uberaba

A crise financeira que o assolou país, o Estado mineiro e a região Triangulina, teve reflexo direto no Instituto Zootécnico, que passou por muitas dificuldades financeiras, desde sua criação. Assim, vários problemas foram denunciados pela imprensa local, como se vê a seguir:

Tal qual como o 1º correu o 2º anno: o laboratorio e gabinetes na mesma deploravel nudez; o estabulo despovoado, tendo apenas vindo da França, de Rambouillet, tres indivíduos da raça merino, sendo um carneiro e duas ovelhas; o deposito de machinas estava preenchido por meia duzia de enxadas e algumas pás! O corpo docente estava desfalcado de um substituto e de um chefe dos trabalhos práticos; ainda assim, no tempo do ex-director, foram feitos alguns canteiros de experiência onde semearam-se algumas forragens que por distracção o governo forneceu. No estabelecimento não existia, sequer, uma estampa de zoologia, nem um modelo, nem um herbario, nem uma collecção para o estudo de geologia e mineralogia e os lentes tinham de lutar com mil difficuldades para darem aos alumnos Idea do que eram essas cousas [...] (GAZETA DE UBERABA, 03/08/1899, p.1).

Portanto, durante os dois primeiros anos de funcionamento, o Instituto não recebeu, por parte do Estado, atenção devida para que houvesse materiais e professores em quantidade suficiente para que se alcançassem os objetivos didáticos propostos.

Segundo Riccioppo (2007, p.209) a verba destinada pelo governo para o custeio do estabelecimento de ensino em seu terceiro ano de vida foi de apenas 63:120\$000, dinheiro que deveria cobrir o pagamento de todos os funcionários, a conservação do imóvel e a aquisição de ferramentas ou qualquer outro material necessário ao funcionamento da escola. Como a verba disponível mostrou-se totalmente insuficiente para as necessidades da escola, somente com muita dificuldade foi possível a preparação de uns poucos canteiros para a realização de experiências de semeadura de algumas forrageiras, cujas sementes, assim como

os adubos químicos testados, eram fornecidos pelo governo (GAZETA DE UBERABA, 06/08/1899).

No entanto, grande número de fazendeiros uberabenses levava seus animais para serem tratados no Instituto Zootécnico. Mesmo tendo prestado relevantes serviços à comunidade, já se ouvia rumores sobre a possibilidade de fechamento do Instituto, conforme pode ser observado na seguinte matéria:

Um amigo nosso residente em Bello Horizonte ouviu dizer de pessoa conceituada que é provável ficarem suprimidas por algum tempo as funções deste notável estabelecimento de ensino e que o governo cogita seriamente a este respeito. Pedindo-nos as necessárias reservas sobre o que ocorre nesse sentido, acrescentou o nosso informante que além das dificuldades financeiras que assoberbam o erário público, uma outra surgiu há pouco tempo e consiste na falta de disciplina e ordem indispensáveis em estabelecimentos de instrução como o nosso Instituto. E' profundamente lamentável si traduzir-se em realidade a supressão desse estabelecimento (GAZETA DE UBERABA, 23/12/1897, p.1).

Percebe-se, pela matéria, que as dificuldades financeiras as quais o Estado atravessava já eram ponto de discussão e se cogitava a possibilidade de fechamento do Instituto, a exemplo do que já havia acontecido com várias escolas, principalmente as do ensino primário rural (MOURÃO, 1962; WIRTH, 1982).

Outro ponto que se destaca são as questões de indisciplina e falta de ordem que ocorreram com o Instituto Zootécnico, como: queixa do aluno Militino Pinto de Carvalho contra o lente José Amandio Sobral, que supostamente o perseguia; discussões entre professores, funcionários e diretor; sabotagens de alguns alunos contra plantações de milho que havia dentro da escola; e, ainda, embates políticos que terminaram em agressões. O senhor Chrispiniano Tavares, lente de Física e Química, e o diretor Frederico Draenert tiveram uma ríspida discussão, quando o segundo repreendeu o primeiro alegando o não cumprimento de suas funções como professor. Em outra, o secretário-caixa-amanuense José Teixeira de Paiva (Casusa) e o diretor Draenert quase entraram em luta corporal (PONTES, 1970).

É importante ressaltar que em agosto de 1898, após a formatura da primeira turma, várias pessoas pretendiam prestar os exames seletivos para 1899; havia, ainda, os seguintes alunos matriculados regularmente e vários outros na condição de ouvintes, conforme pode ser observado nesta notícia de jornal:

1º ano: João Honório Ribeiro Rosa Júnior, Amadeu Gomes de Souza e Alaor Prata Soares; 2º ano: Francisco Ignácio da Gama Júnior, Avelino José de Paiva, Domingos Mirolla e Affonso Celso de Toledo Franco; 3º ano: Armante Carneiro, Fausto de Paiva Teixeira e José Rosa Júnior. Além destes, diversos outros alunos freqüentavam as aulas como ouvintes, a fim de que, no final do ano, pudessem sujeitar-se aos exames dos preparatórios que lhes faltavam (GAZETA DE UBERABA, 14/08/1898).

Nota-se que, mesmo em face das citadas dificuldades financeiras e de relacionamento, os jovens uberabenses ainda ansiavam por terminar seus estudos e obter o diploma de um curso superior.

No dia 05 de setembro de 1898, Crispim Bias Fortes, já no final do seu mandato como presidente de Minas Gerais, demitiu o diretor do Instituto Zootécnico, Dr. Frederico Maurício Draenert, suspendeu as aulas na instituição e nomeou um diretor interino, o engenheiro Francisco Soares (GAZETA DE UBERABA, 08/09/1898). Silviano Brandão assumiu o cargo de presidente do Estado mineiro a 07 de setembro de 1898, dois dias após a suspensão das aulas do Instituto Zootécnico, portanto, sendo que ele apenas endossou a ordem determinada pelo governo anterior, ao concordar que a escola deveria permanecer fechada.

Um jornal local publicou uma reportagem que continha a esperança de que Silviano reabrisse o Instituto:

O Dr. Silviano Brandão, tomando conta do governo ha poucos dias, sabemos, não teve ainda tempo de inquerir do que vae de anômalo no Instituto Zootechnico de Uberaba, cujas aulas foram suspensas, com grave prejuizo dos alumnos que o cursam, pelo inepto governo do Dr. Bias Fortes, não tendo havido para tanto uma causa que o determinasse. [...] Como outr'ora na Escola Normal a politicagem trafega invadio o Instituto Zootechnico, concorrendo para rebaixar os créditos de tão útil instituição que nos custa não pequena cifra pecuniária annualmente. O que o governo Bias fez para desmoralisar o Instituto e o seu director ressalta do expediente publicado no orgam official do Estado quando se referia a um e a outro, admirando que deixasse para resolver a questão nos últimos momentos de sua infecunda administração pelo modo infeliz por que o fez. [...] Certamente o exmo sr. Dr. Silviano Brandão procurará investigar de tudo que tem occorrido no Instituto e sabiamente, proficuamente, resolverá a questão [...] (GAZETA DE UBERABA, 18/09/1898, p.1).

Nessa reportagem percebe-se uma indignação por parte da sociedade uberabense pelo fechamento abrupto e inesperado do Instituto Zootécnico, justificando-se que aparentemente não havia motivo para tal decisão de Bias Fortes. Por outro lado, o autor da reportagem indica que havia alguma anormalidade no funcionamento da instituição e que esse fato, provavelmente, tenha contribuído para a decisão de suspender as aulas. A política surge como

fator determinante para abertura e fechamento de escolas, como aconteceu ao longo da história da educação brasileira.

Ainda sofrendo com o golpe da suspensão das aulas, e os alunos sem resposta sobre qual seria o seu futuro bem como o da instituição, o Instituto passou por outra drástica experiência. No dia 18/09/1898, após vários ataques de epilepsia, faleceu o professor Amedée Cellier. Esse jovem professor da cadeira de *Laticínios, Higiene Agrícola e Veterinária* estava com 32 anos e, apesar de ministrar suas aulas apenas em francês, era muito querido por todos os alunos e criadores da região, os quais compareceram em massa ao seu sepultamento (GAZETA DE UBERABA, 22/09/1898).

Ao contrário do que se esperava, o Dr. Silviano Brandão assinou, no dia 04 de outubro, o Decreto nº 1.191, dispensando todos os funcionários que trabalhavam nos estabelecimentos de ensino agrícola, quais sejam: Instituto Agrônômico de Itabira, Instituto Zootécnico de Uberaba e os três Campos de Demonstração que se localizavam em Oliveira, Entre Rios e Belo Horizonte. No dia 09 de outubro de 1898, o Jornal Minas Geraes publicou uma série de atos do Presidente Silviano Brandão, quase todos promovendo um radical enxugamento da máquina estatal.

Communicou-se ao Sr. Emilio Masson que foi, por decreto de hontem, dispensado todo o pessoal dos estabelecimentos de ensino agrícola do Estado, e pediu-se-lhe que se conserve no seu posto até segundo aviso, restringindo ao mínimo possível as despesas com aquelle campo pratico, e fazendo cessar immediatamente quaesquer trabalhos recentemente iniciados e em andamento. Comunicou-se ao sr. engenheiro Francisco Soares que, por decreto de hontem, foi dispensado todo o pessoal docente e administrativo do Instituto Zootechnico de Uberaba e dos outros estabelecimentos de ensino agrícola do Estado, e pediu-se-lhe que, mediante os mesmos vencimentos, se conserve no posto que occupa, ficando elle auctorizado a fazer a despesa que for strictamente indispensável para a guarda e conservação dos laboratórios, bibliothecas, instrumentos agrícolas, e bem assim para o tratamento dos animaes, fazendo cessar quaesquer trabalhos agrícolas que porventura estejam sendo feitos. [...] Enviou-se á Secretaria do Interior o autographo do decreto n. 1.191, de 4 do corrente mez. (MINAS GERAES, 09/10/1898, p.1).

Esse decreto traz alguns indícios que merecem ser analisados. Primeiro, o documento foi assinado no dia 4 de outubro, ou seja, menos de um mês após a posse de Silviano no cargo de Presidente do Estado. Pergunta-se: será que o presidente, ocupando este cargo recentemente, teve tempo suficiente para analisar e decidir sobre o funcionamento do Instituto? Que informações lhe foram fornecidas sobre a situação de conflito que se instalou no Instituto acerca do relacionamento entre alunos e professores? Essas informações

influenciaram na decisão de suspender as aulas do Instituto Zootécnico? Segundo, as ordens foram para que não houvesse qualquer tipo de despesa, sinalizando que havia uma preocupação com o corte dos gastos. Terceiro, por que foram fechadas as únicas escolas de ensino agrícola existentes em Minas Gerais, sendo que eram elas que preparavam técnica e cientificamente os profissionais para o trabalho da indústria agropastoril? Quarto, o corte nos gastos com as escolas de ensino agrícola promoveram uma economia significativa nas verbas que o Estado investia nessa educação? E, finalmente, se uma das causas de fechamento do Instituto foi devido à questão da indisciplina, por que não foram encerradas as atividades apenas do Instituto Zootécnico e, portanto, as demais instituições poderiam continuar a funcionar normalmente?

A justificativa do Decreto 1.191 de 04/10/1898, sobre despesas de pessoal docente e administrativo das escolas agrícolas mineiras, indica uma provável causa para o fechamento das escolas desse ensino no Estado, ou seja, a necessidade de reformar tal ensino, imprimindo-lhe um caráter mais prático e útil.

Dispensa o pessoal docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino agrícola do Estado.

O doutor Presidente do Estado de Minas Geraes, considerando que é de urgente necessidade a reorganização do ensino agrícola, dando se um cunho mais pratico e de maior utilidade á instrucção ministrada nos estabelecimentos mantidos pelo Estado, resolve, de conformidade com o art. 28 da lei n. 246, de 20 de setembro do corrente anno, dispensar todo o pessoal docente e administrativo do Instituto Zootechnico de Uberaba e Agronomico de Itabira, e dos Campos de Demonstração do Oliveira, Entre Rios e Bello Horizonte.

Palacio da Presidencia, na cidade de Minas, 4 do outubro de 1898.

Dr. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO

Americo Werneck

(DECRETO N. 1.191 – 04 /10/1898).

Porém, quanto ao Instituto, o que se percebeu, pela análise da grade curricular e da fala dos professores, dos alunos e dos produtores uberabenses, é que a metodologia de aliar a teoria à prática já existia na instituição, pois os alunos faziam a aula teórica pela manhã e à tarde, a prática. Portanto, *a priori*, essa justificativa não se aplicava ao Instituto, conforme abordado no capítulo II.

Outras prováveis causas podem ainda ser levantadas. Para o senhor Américo Werneck, secretário da Agricultura, uma das principais causas do fechamento do Instituto Zootécnico foi o alto custo que o Instituto representava para o Estado, afirmando, em nota ao

Jornal Gazeta de Uberaba, que cada aluno custava cerca de 50:000\$000 aos cofres públicos (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899).

Discordando dessa afirmativa, o senhor Militino Pinto, aluno que havia se formado em junho do mesmo ano, alegou que a educação não poderia ser considerada um custo e sim um investimento, como, por exemplo, cita o Estado de São Paulo.

Muito perto de nós, em S. Paulo, a Escola Polytechnica, fundada em fevereiro de 1895, acaba de distribuir diplomas a *10 engenheiros*, apesar de funcionar em uma capital populosa, onde há todos os recursos e toda a sorte de confortos! As condições financeiras daquelle vizinho Estado não são prosperas; porém, ainda assim, a montagem da Escola com os novos accessorios ao prédio e outros melhoramentos, custaram para mais de *mil contos de réis* e a dotação orçamentária para o futuro exercício está representada por uma somma superior a quinhentos contos de réis. Compare-se estes algarismos com o numero de engenheiros formados e veja-se por quanto saiu ao governo cada moço daquelles, que levaram cinco annos para completar o curso. Entretanto, em vez de desanimo, o Estado mais encorajado se acha para prosseguir dotando a Escola de novos melhoramentos (GAZETA DE UBERABA, 24/08/1899, p.1).

Pelas informações contidas na matéria desse jornal, a Escola Politécnica de São Paulo, fundada no mesmo período que o Instituto, havia conseguido formar uma turma de dez alunos num curso que durava cinco anos, enquanto que o Instituto Zootécnico havia formado oito alunos, num curso de três anos de duração. Portanto, financeiramente, o aluno do Instituto Zootécnico custava menos aos cofres públicos do que o aluno daquela escola paulista, derrubando a tese do senhor Secretário da Agricultura.

Ademais, o Estado de São Paulo passou, também, por dificuldades financeiras, no mesmo período em que Minas Gerais as enfrentou. Mas, mesmo assim, não promoveu corte na educação e ainda tinha orçamento garantido para investir na aquisição de equipamentos e na melhoria do prédio da Escola Politécnica.

Militino Pinto assim percebia o fechamento do Instituto Zootécnico:

Triste e desolador era o aspecto do Instituto Zootechnico desta cidade aos fechar-se o cyclo de sua existencia e por todas as subdivisões do edificio, pelos campos, etc., tudo indicava uma pobreza lastimável, verdadeira indigência oriunda de uma administração que sacrificava os legítimos interesses vitaes do Estado [...] (GAZETA DE UBERABA, 10/08/1899, p.1).

Militino Pinto, ex-aluno já graduado, expôs seu sentimento de decepção ao ver as condições em que o Instituto se encontrava, um ano após o seu fechamento, ao publicar o

estado de desolação do espaço que havia sido um local de formação acadêmica de importância para o município e até para o Estado. Relata o abandono em que se encontrava o prédio, mesmo estando sob a guarda do Estado: numa lastimável pobreza, e ainda fez uma crítica à má administração a que a instituição estava subordinada.

Outro fato ocorrido dentro do Instituto também merece estudos e reflexões. Pontes (1970), que foi um dos oito engenheiros formados pelo Instituto Zootécnico, acredita que o fim da escola foi precipitado pela indisciplina que tomou conta da instituição, a partir da campanha política de 1897 (que elegeu o Legislativo municipal). Essa campanha eleitoral teria levado à formação de dois grupos antagônicos dentro do Instituto Zootécnico, provocando sérias desavenças entre os mesmos. Assim, esse ex-aluno atribuiu à indisciplina decorrente de divergências políticas internas no Instituto Zootécnico um grande peso no fechamento do mesmo.

Assim, a partir dos indícios até agora apontados, pode-se retirar algumas conclusões sobre o fechamento do Instituto Zootécnico de Uberaba, as quais, para a pesquisadora, se inserem em dois eixos: econômico e político.

Inicialmente, na análise da situação econômica de Minas Gerais algumas considerações são importantes. O governo de Bias Fortes (1894-1898) já enfrentava uma severa situação financeira, sendo que, ao assumir o Estado, Silviano Brandão apenas formalizou, por decreto, a suspensão das atividades do Instituto Zootécnico, assinada por Bias Fortes. Houve, também, o corte de vários serviços públicos como: extinção de estabelecimentos de ensino agrícola, da repartição de higiene e de pessoas que compunham a Comissão Geográfica e Geológica do Estado.

Outras medidas foram tomadas: suspensão de todas as escolas normais do Estado; supressão da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (incluindo a repartição anexa de Terras, Colonização e Imigração); extinção do externato do Ginásio de Barbacena; supressão de parte das cadeiras da Escola de Farmácia de Ouro Preto; supressão dos cargos de delegado auxiliar do chefe de polícia e dos inspetores extraordinários de instrução pública; redução de cinco das seções da Secretaria do Interior; extinção de uma das varas de direito da comarca de Juiz de Fora; supressão do lugar de 2º Promotor de Justiça da mesma comarca; e extinção da colônia correcional de Bom Despacho (TORRES, 1962).

Todas essas medidas foram tomadas no período de outubro a dezembro de 1898 e certamente contrariou vários interesses da elite política regional da época. Segundo Mourão (1962), Silviano Brandão era um administrador responsável que preferia ver a sua carreira política prejudicada a comprometer as finanças do Estado com decisões politiqueras.

Quanto às questões políticas, os historiadores e memorialistas locais concordam que o fechamento do Instituto Zootécnico se deu em função de represália de Silviano Brandão à criação do Partido da Lavoura (MENDONÇA, 1974; REZENDE, 1991; OLIVEIRA, 2002; e BILHARINHO, 2006).

O Jornal Gazeta de Uberaba teceu severa crítica ao governo Bias Fortes, creditando-lhe o desinteresse pelo funcionamento do Instituto devido à falta de investimentos:

[...] Nada mais desolador do que o estado dessa útil escola superior, atirada ao mais completo abandono pelo governo do Estado. Quem alli penetra cõscio de que vae deslumbrar-se deante do que há de mais moderno para o ensino, para um estabelecimento desse gênero, annuvia-se-lhe o coração, entre as acanhadas paredes de uma casa que nem ao menos offerece accommodation ao funcionamento das aulas. Baldo de tudo o que se possa imaginar de elementar relativamente ao curso de sciencias phisicas e naturaes, o Instituto continua a atravessar uma vida rachitica, que talvez já lhe tivesse trazido a morte, si não contasse com um corpo docente habillissimo, e cheio de cuidados pela sua sorte.... O governo tem se mantido numa appathia deplorável e a política local, que tudo move quando quer arrancar das urnas uma manifestação facticia, queda-se de um modo lastimável despresando completamente um serviço a todos os respeitos dignos de cuidados. Já que o Estado não quer cuidar da nascente instituição e parece mesmo ter horror ao seu desenvolvimento, como si fora uma erva danninha que invade um pomar, a municipalidade que a ampare offerecendo-se ao menos para melhorar o predio, porque d'hai advem e é a de vincular o Instituto à Uberaba, desaparecendo o receio de sua mudança... Em suma é importante que o Instituto mude de aspecto, offerecendo ao visitante uma impressão adequada ao fim para que foi creado... (GAZETA DE UBERABA, 07/08/1898, p.1).

Nota-se que a crítica ao Estado quanto à sua ausência durante o funcionamento do Instituto ocorreu por três anos consecutivos, e que o governo local é que deveria se mobilizar para que o mesmo continuasse a funcionar. Reforça-se, entretanto, a firme presença dos professores, aos quais sempre foram tecidos elogios, pela imprensa local.

Quanto aos educadores, percebeu-se que um deles se envolveu em discordância com um aluno, gerando séria desavença entre eles. Tal fato tornou-se conhecido do secretário de Agricultura e, provavelmente, também, do senhor Bias Fortes, governador da época. O desentendimento entre o professor e o aluno foi noticiado na imprensa local como:

A propósito duma reclamação ou manifestação de desagrado dos alumnos do director do Instituto Zootechnico, feito em nossa última edição, recebemos do mesmo a seguinte carta que vamos publicar. Antes de o fazer porém declaramos ao ilustre signatário que as expressões empregadas na respectiva notícia não foram dictadas sinão com o intuito de francamente amparar a intenção patriótica daquelles alumnos sob sua criteriosa direcção. Embora divergentes no modo de encarar o incidente havido, nem por isso

regatearemos, nossos applausos às nobres intenções (GAZETA DE UBERABA, 18/11/1897, p.1).

Por essa matéria percebe-se que, provavelmente, os alunos tenham feito alguma reclamação sobre o diretor ao governo do Estado. E o diretor, em carta, se posicionou da seguinte forma:

[...] Mui illustre senhor redactor. Surpreendeu-me a sua nota na Gazeta de hoje porque pensava que também merecia “um pouco”, considerando a espinhosa tarefa de um director cuja missão é elevar o nome do instituto Zootechnico que dirige à altura moral e intellectual dos seus congenes na culta Europa mas também fomentar e também tornar mais racional e remuneradora a agricultura e industria pastoril desta fertilissima zona do Triangulo Mineiro, como parece ter demonstrado pelos inúmeros artigos já publicados nos periódicos desta cidade, inclusive a Gazeta, chamando atenção para práticas agrícolas da actual direção deste Instituto. Certo é que consegui despertar a atenção de muitos lavradores e creadores do paiz. Não sou homem novo. Pelo contrario sou bem conhecido no Brazil e no estrangeiro... Os estudantes sendo adultos tem o direito de petição e o Governo dará o despacho que merecem[...] Com alta estima .Er^o Ob^a F.M. Draenert (GAZETA DE UBERABA, 18/11/1897, p.1).

O diretor, apesar de colocar-se como profissional experiente, renomado e com reconhecimento internacional, reconheceu que os alunos, já adultos, tinham o direito de fazer suas petições ao governo estadual e que caberia a esse atendê-los ou não. Não foi encontrado sobre qual assunto os alunos reclamaram ao governo, mas pode-se presumir que era algo relativo à administração, uma vez que, nessa época, o professor Drenert não era mais o diretor da instituição, pois havia sido substituído, por ordem do governador, pelo engenheiro Francisco Soares, em 08/09/1898.

Outro acontecimento importante ocorrido durante a administração do professor Drenert e que veio a público por meio de matéria em jornal em 01/09/1898 foi o fato de que um professor, cujo nome não é citado, ter sido advertido por escrito devido a inúmeras faltas durante o ano letivo, prejudicando o aprendizado dos alunos.

Essa atitude do professor manchou a reputação do Instituto, que se tornou alvo de difamação quanto à ordem e autoridade do diretor sobre seu funcionário, que, mesmo advertido por várias vezes, não teve uma mudança em sua postura profissional. Tal fato foi relatado ao governador, por meio de ofício expedido pelo diretor Drenert.

Com relação aos alunos, o fato mais agravante foi a questão da indisciplina, resultado de diversos incidentes ocorridos no Instituto, dentre os quais: reclamação do aluno Militino

Pinto contra o mestre José Amandio Sobral, que lhe deu na disciplina de contabilidade uma nota muito menor do que o aluno havia tirado. Tal atitude por parte do professor provocou um sentimento de injustiça em Militino, que, de público, em matéria nas edições 1110, 1111 e 1112 de 1898, do Jornal Gazeta de Uberaba, divulgou seu descontentamento pela nota recebida, solicitando vistas à prova (Anexo 7). A petição do aluno foi feita a autoridades locais e, inclusive, ao governador do Estado. Somaram-se a esses acontecimentos as sabotagens de alguns alunos contra plantações de milho da escola.

Ressalta-se ainda que nessa época os alunos dividiram-se, politicamente, em dois grupos. Tratando-se o ano de 1898 de eleições municipais, sendo que os embates políticos terminaram em agressões físicas (PONTES, 1970). Esses episódios por parte de envolvimento dos professores e também dos alunos provocou grande desgaste no nome e na credibilidade da instituição frente à sociedade uberabense.

Somando-se aos fatos e desavenças internas as questões de severa contenção de gastos imposta pelo governo Silviano Brandão, o mesmo, alegando ser necessária uma reforma geral no ensino agrícola do Estado, endossou a ordem expedida por Bias Fortes e manteve a suspensão das aulas.

Segundo Pontes (1970, p.138), “[...] a discórdia ali ficou implantada até que o estabelecimento, por uma simples ordem telegráfica de Silviano Brandão, presidente de Minas, se fechou dois anos depois, para nunca mais se abrir”. De acordo com a fala desse autor e ex-aluno e considerando-se que o Decreto 1.191, que suspendeu as aulas do Instituto, é datado de 04/10/1898, entende-se que por dois anos o Instituto Zootécnico esteve com as aulas suspensas e, provavelmente, o telegrama de que fala o ex-aluno tenha sido expedido em 1900 como forma de concretizar uma ação iniciada em 1898.

A imprensa local concordou com a decisão de Silviano Brandão de suspender as atividades do Instituto em 1898 e até o elogiou pelo fato de ser enérgico e fechar o Instituto, devido aos acontecimentos de desordem instalados na instituição.

O acto do benemérito governo de Silviano Brandão dispensando todo o pessoal docente e administrativo do nosso Instituto, conforme telegramma de nosso correspondente da capital do Estado, na ultima edição desta folha, merece os sinceros applausos de todos quantos se interessam verdadeiramente pela causa pública e pelo futuro da mocidade que precisa de ensinamentos úteis. O governo do honrado e energico governo mineiro que felizmente dirige os nossos destinos agiu dignamente – com bastante proveito e nem outra medida melhor lhe poderia suggerir do momento, pois ninguém desconhece os actos reprovados e os desacatos praticados pela maioria do corpo docente e por um membro administrativo, que até na imprensa arbitrariamente fizeram baixar no intimo grau de a moralidade necessária em estabelecimentos de tanta

importância como o Instituto Zootechnico de Uberaba. Mais de uma vez com franqueza que nos caracteriza censuramos por estas columnas o descalabro e mau caminho que os mashorqueiros davam ao estabelecimento certamente com intenções diversas certamente às que são inherentes a difusão de luzes e conhecimentos instructivos, lamentando os contínuos e desagradáveis incidentes tanto mais quando o Instituto até certa éphoca mantinha bella reputação, promettia optimos resultados tanto sob a criteriosa gestão do Dr. Ricardo tanto sob a hábil e competente gestão do Dr. Draenert há anno e meio a esta parte. É justo, pois, que os culpados pela tarefa inglória de desmoralização do Instituto sofram agora as conseqüências de seu acto (GAZETA DE UBERABA, 13/10/1898).

Pela matéria pode ser percebido que os acontecimentos de desordem que se instalaram no Instituto provocaram decepção na comunidade, que via aquela escola como instrumento de promover os conhecimentos científicos necessários ao desenvolvimento da indústria agropastoril.

Assim, o Instituto teve suas atividades acadêmicas fechadas, os alunos que estavam matriculados naquele ano não tiveram nenhuma atenção por parte do Estado, no sentido de remanejá-los para outros estabelecimentos de ensino, até porque, o número de escolas superiores no Brasil, naquela época, ainda era pequeno, e não existia escola em Minas Gerais que oferecesse o mesmo curso que o Instituto Zootécnico.

3.3 O sentido social da escola

A escola, como qualquer instituição – família, igreja e grupos de convivência – possui uma função ou um sentido social que lhe são próprios desde a sua criação, pois atendem a uma demanda específica. Assim, a escola surge para atender a uma necessidade específica da sociedade, e por meio dessas necessidades é que ela é pensada, organizada, criada, sustentada, concretizando o desejo da sociedade (MAGALHÃES, 1996; SAVIANI, 1983; NOSELLA, 2005).

Para Saviani (1994, p.162), a escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social.

Há um objetivo entre a escola e a sociedade, o que confere um sentido social à escola, qual seja, formar o homem produtivo através de um mínimo de conhecimentos e do trabalho manual. O trabalho manual não entra no discurso e nos currículos por acaso; antes, o trabalho manual imprime o desenvolvimento das atividades, a obediência e a disciplina. Essas são qualidades essenciais para inserir o homem no mundo do trabalho produtivo, obediente e disciplinado (MIGUEL, 2000).

O sentido social da escola também pode ser percebido quando se analisa a trajetória dos alunos, ex-alunos e docentes. Nosella (2005, p.365) considera importante “indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para definir seu sentido social”. Assim, escola e a sociedade compõem uma relação de estrutura e superestrutura, no sentido de o homem ter consciência das condições infraestruturais somente no âmbito da superestrutura.

Para Gramsci (1999, p.292), “se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus deveres no terreno das superestruturas, isto significa que entre estrutura e superestrutura existe em relação necessária e vital”. Em outras palavras, o homem possui um papel social que deve ser desempenhado na sociedade em que está inserido. Ao longo das análises das fontes que sustentaram essa pesquisa, percebeu-se que os alunos do Instituto Zootécnico tinham a consciência do seu papel na sociedade e foram, também, por ela reconhecidos.

É de Gramsci (1981) a afirmação de que, para se manter a coesão entre os diferentes membros de um grupo e de uma sociedade, é necessária:

(...) a obtenção de uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo (...) Assim, é importante...a obtenção de um mesmo “clima” cultural (GRAMSCI, 1981, p.37).

A referência de Gramsci à unidade cultural-social pode ser percebida dentro do Instituto Zootécnico, por meio das atividades que foram realizadas entre os professores e alunos, as quais extrapolaram uma simples aprendizagem livresca. Ou seja: as fontes indicam que professores e alunos estavam ligados a um único objetivo, mesmo observando que em certos momentos havia divergência entre eles. Essa convivência resultou na criação de instrumentos de divulgação do conhecimento técnico-científico, de que são exemplos: a Revista Agrícola, o Grêmio Científico, os artigos científicos publicados pelos professores,

especialmente os do Dr. Dreanert, conforme citado no capítulo anterior, e os vários intercâmbios da escola com a comunidade.

Alunos e professores do Instituto tinham seus papéis sociais bem definidos, e isso conferia um sentido social ao referido estabelecimento. Um pouco desse sentido e do seu reconhecimento deram-se por meio das práticas citadas acima. Outro fato que confirmou a reverência da sociedade uberabense ao Instituto, foi que, por meio de uma articulação dos seus alunos, a Rua das Mercês, uma das mais antigas de Uberaba, que dava acesso àquele centro de estudos, teve seu nome mudado para Rua do Instituto Zootécnico, em 1895 (PONTES, 1978, p.291). Segundo Borges (1998):

A escola, em seus diversos graus, forma historicamente categorias de intelectuais (como, por exemplo, os funcionários estatais e os profissionais liberais), em correlação com os grupos sociais, em especial com o grupo dominante. Os intelectuais ou grupos dirigentes, enquanto categorias sociais, não são autônomos, mas dependentes do grupo social ao qual pertencem ou representam (BORGES, 1998, p.94).

Assim, a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado (GRAMSCI, 1979).

Segundo Gramsci (1982), ao mesmo tempo em que sofre a ação dos estudiosos, a escola é a principal agência da sociedade civil de formação de intelectuais, de modo especial a preparação de especialistas organicamente ligados à classe burguesa, responsáveis pela manutenção do *status quo* e transformação da cultura dominante em *sensu comum*. Em outras palavras, no sistema educacional burguês tradicional são formados os *intelectuais orgânicos* da classe burguesa, que contribuem para a manutenção da hegemonia, fornecendo *cimento ideológico* aos estratos dominantes.

Essa atuação se relacionou diretamente à possibilidade da percepção de uma hegemonia, no sentido de que a superioridade de um grupo social equivale à cultura que este conseguiu generalizar para outros segmentos sociais. A hegemonia inclui necessariamente uma distribuição específica de poder, de hierarquia e de influência, como direção política e cultural sobre os segmentos sociais “aliados” influenciados por ela. A supremacia de uma classe significa sua capacidade de subordinar intelectualmente as demais classes, através da

persuasão e da educação, sendo esta entendida sem seu sentido mais amplo (GRAMSCI, 1979).

Para Hobsbawm (1997, p.301), a escolarização fornecia não só um meio conveniente de comparação entre indivíduos e famílias sem relações pessoais iniciais e, numa escala nacional, uma forma de estabelecer padrões comuns de comportamentos e valores. Além disso, permitia, dentro de certos limites, a possibilidade de expansão para uma elite da classe média alta, socializada de alguma maneira devidamente aceitável.

Aliás, a educação no século XIX tornou-se o mais conveniente e universal critério para determinar a estratificação social, embora não se possa definir com precisão quando isto aconteceu. A educação superior, exceto por certas formas de instrução estritamente vocacional, era sem dúvida um passaporte para a alta classe média e outras elites.

Analisando a trajetória²⁸ dos egressos do Instituto Zootécnico pode ser observado que a maioria deles – sete, dos oito alunos – conseguiu uma projeção e ascensão social e política, o que corrobora com o pensamento de Hobsbawm. Ainda concordando com o autor no que se refere aos costumes e padrões de comportamento, percebeu-se que essa foi uma realidade bastante praticada na instituição em estudo, principalmente quando se observa a rigidez com que o regimento interno foi concebido. Era necessário que o país se modernizasse e desenvolvesse, mas não se poderia perder de vista os princípios de nacionalidade vigentes no Brasil, pois a preservação de certos princípios é que evita que o país entre numa situação de desordem social, e lhe confere o caráter de civilidade, nacionalidade e identidade de um povo. Assim, preservar os padrões de comportamentos e valores significava, também, manter as tradições da época.

O sentido social do Instituto Zootécnico pode, ainda, ser conferido após a suspensão das suas atividades, quando se acompanha a trajetória profissional dos professores e dos oito alunos que se formaram “engenheiros agrônomos”, conforme será abordado nos itens 3.3.1 e 3.3.2, respectivamente.

²⁸ Nesse trabalho será analisada a trajetória dos alunos, e não se tem como pretensão de estabelecer um quadro suficiente para se constituir o sentido social desta escola, na perspectiva dos autores citados. A análise pretende levantar alguns elementos, sendo inclusive, necessárias novas pesquisas nessa temática. Não foi possível levantar a origem social dos alunos devido a limitação de tempo que a própria pesquisa impôs.

3.3.1 Trajetória dos professores

Com o fechamento do Instituto, os professores tentaram reorganizar suas vidas como profissionais – um deles se encontrou em situação de penúria – pois tinham família para cuidar e perderam seus empregos de um dia para o outro.

- **Frederico Mauricio Dreanert**

Para sustentar sua família, o professor Dreanert teve de dar aulas particulares, conforme constatado em reportagem no Jornal Lavoura e Comércio:

Professor Particular – Um velho professor com longo tirocínio e pratica do paiz e já há muitos annos no Rio de Janeiro, auctor de livros didactivos, querendo mudar-se por motivos de saúde, se offerece a dar lições nas escolas e casas particulares desta cidade. Especialidade: linguas, historia universal e nacional, geographia e pedagogia. Informações com o Dr. F. M. Draenert, Uberaba, rua dos Olhos d’Agua, n. 35 (LAVOURA E COMÉRCIO, 10/07/1902, p.4).

Mesmo permanecendo pouco tempo em Uberaba e devido à sua vasta experiência científica, Dreanert teve outras atividades na cidade como, por exemplo, fazer observações regulares sobre o clima do município e publicá-las em jornal local. Tal atividade foi de grande ajuda aos fazendeiros e produtores uberabenses.

Outra informação que merece destaque é o fato de ele ter estabelecido uma sociedade com os senhores Christiano D. Griese e Josué da Costa Lage e participar do processo de licitação pública de implantação da iluminação pública da cidade (LAVOURA E COMÉRCIO, 09/11/1902). Mesmo tendo vencido a concorrência pública, Dreanert e seus sócios não conseguiram levantar capital em tempo hábil. Desta forma, perderam o direito ao serviço, que foi transferido para o grupo liderado pelo médico Dr. José Ferreira (Bilharinho, 1980).

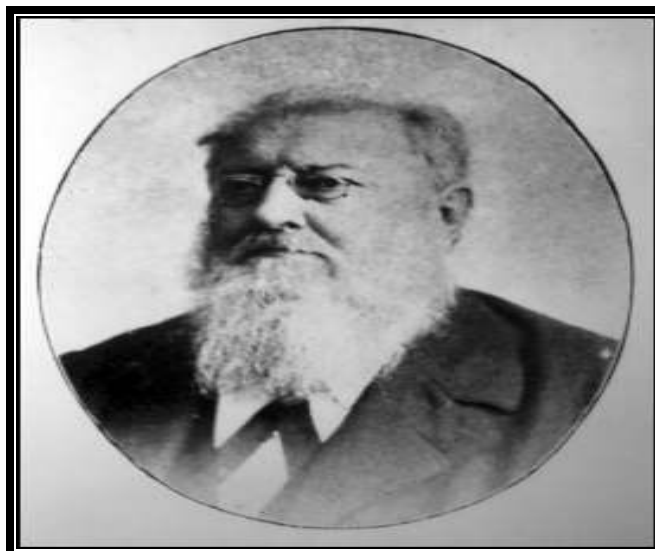


Figura 19- Professor Frederico Mauricio Dreanert

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba

O professor Dreanert faleceu no dia 09/09/1903, em Uberaba, vítima de ataque cardíaco, deixando a viúva, Augusta Frederica Ida Kreysig, também alemã, além de oito filhos. Com sua morte, a família viu-se desamparada e em situação de miséria. Diante dessa situação, o Jornal Lavoura e Comércio abriu uma subscrição, recolhendo assinaturas de cidadãos uberabenses dispostos a fazer donativos àquela família. Também outras entidades partiram em auxílio à família Dreanert, conforme relata o mesmo jornal:

A Sociedade Nacional de Agricultura, procurando demonstrar o muito que sabe avaliar a grande dedicação com que o saudoso cientista alemão consagrou-se ao serviço do Brasil, resolveu conceder à digna família do eminente extinto o premio de um conto de réis, em cumprimento de deliberação unânime da Directoria, o que fez por intermédio da conceituada casa dos nossos amigos Ratto, Guaritá & Machado, desta praça. Actos como este são dignos de louvores (LAVOURA E COMÉRCIO, 01/10/1903, p.1).

Por essa reportagem nota-se a difícil situação em que se encontrou a família do professor Dreanert após sua morte, a tal ponto de depender de donativos da comunidade para prover seu sustento.

- **Ricardo Ernesto de Carvalho**

O professor Ricardo Ernesto de Carvalho também permaneceu em Uberaba. Em 1899, Ricardo propôs ao governo do Estado que lhe alugasse o prédio do Instituto para ali instalar o *Instituto de Humanidades*, “litterario, scientifico, agricola, com internato e

externato, compreendendo a instrução primaria, secundaria normal e cursos annexos de ensino prático profissional de Agricultura, Zootechnia e Agrimensura, sob a direcção de pessoal idôneo [...]” (GAZETA DE UBERABA, 19/03/1899, p.1).

O valor pago pelo aluguel do prédio seria de 2:400\$000, incluindo todos os materiais do Estado (coleções, móveis e laboratórios). O dinheiro para esta despesa viria do pagamento de pensão feito pelos pais dos alunos. Em face da indefinição do Estado quanto ao seu pedido, o professor acabou por desistir da idéia de fundar uma nova escola (GAZETA DE UBERABA, 07/05/1899).

O professor Ricardo abriu um jornal chamado *O Trabalho* (GAZETA DE UBERABA, 19/07/1900), que entrou em circulação em 15/08/1900. Algum tempo depois, com o fechamento do jornal e o falecimento de sua esposa, Ricardo Ernesto mudou-se de Uberaba.

• **Crispiniano Tavares**

Após o fechamento do Instituto, o professor Crispiniano Tavares continuou a cuidar das terras que tinha no Bairro Estados Unidos, em Uberaba, tendo desenvolvido importantes pesquisas com plantas frutíferas. Em 1900, foi eleito 2º Secretário do Partido Monarquista de Uberaba. Residiu muitos anos em Uberaba, exercendo o cargo de engenheiro fiscal da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro. Contribuiu, com seus conhecimentos técnicos e atuação profissional, para o progresso geral da cidade, tanto no Instituto Zootécnico de Uberaba, onde foi professor, quanto proprietário rural da *Quinta da Boa Esperança*. Esta era considerada modelo em Minas Gerais, pela sistemática avançada no tempo, tanto pela criação do empreendimento como pela administração adotada.

A chácara era administrada obedecendo a um projeto técnico, o que resultou em enorme produção e fama. Sua produção agrícola foi muito significativa, com hortas, pomares, enormes cafezais e vinhedos, além da produção industrial, com grande variedade de vinho, doce, pingas, rapadura e laticínios. Dessa forma, conquistaram um lugar de destaque entre os estabelecimentos agrícolas do Estado de Minas Gerais. Os vinhos produzidos na *Quinta* tornaram-se famosos em grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e demais lugares. Também produziam álcool para o consumo.

Crispiniano Tavares foi o primeiro proprietário da chácara conhecida como “Quinta da Boa Esperança”, localizada no Bairro Estados Unidos, em Uberaba. Fez seus estudos

iniciais no Rio de Janeiro e diplomou-se engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto. Em 1880, casou-se com Antônia Paula Felicíssimo e, em viagem de núpcias ao Rio de Janeiro, visitou o Imperador D. Pedro II e o agradeceu pelo custeio de seus estudos. Profissionalmente redigiu relatórios técnicos sobre riquezas minerais, tipos humanos e de animais. Foi agrimensor, topógrafo, fiscal da “Catalão”, conhecida como “Estrada de Ferro Mogyana em Uberaba”.

Escreveu contos e retratos do homem sertanejo. Realizou experiências no campo da fitologia e da zoologia, além de estudos de geologia e mineração no Estado de Goiás. Professor de física e química agrícola no Instituto Zootécnico de Uberaba, primeira escola de ensino superior no Brasil Central. Combateu as queimadas dos campos. Publicou artigos na revista de Engenharia do Rio de Janeiro. Seus trabalhos serviram de modelo ao geógrafo norte-americano Orville A. Derby, ao tratar dos picos mais altos do Brasil. Editou o jornal Minas Ativa. Foi poeta e primeiro contista do Brasil Central. Estudou folclore, exerceu o jornalismo e atuou como um administrador capacitado. Faleceu em Rio Verde, Goiás, no ano de 1910. (www.arquivopublicouberaba.com.br/patrimonio)

Com relação aos professores José Amandio Sobral, José Joaquim Marques e Francisco Soares, não foram encontradas fontes que indicassem seus destinos.

Nota-se, portanto, que os professores desempenharam um papel importante na comunidade uberabense, além de possuírem expressiva atuação dentro do Instituto, enquanto profissionais da educação, atendendo aos objetivos da escola.

3.3.2 Trajetória dos alunos

Com a suspensão das aulas e o fechamento do Instituto, os alunos do primeiro, segundo e terceiro anos que estavam matriculados e frequentes nos anos anteriores ficaram abandonados à própria sorte, sem existirem outras escolas semelhantes que os pudessem amparar. A tentativa foi de se matricular em outras faculdades do Estado, mesmo que fosse em áreas diferentes. Esse foi o caso de Armante da Silva Carneiro, aluno do terceiro ano que tentou se matricular, no início de 1899, na 1ª série da Escola de Farmácia de Ouro Preto, mas o governo estadual não considerou válidos, como preparatórios, os exames feitos nas matérias dos 1º e 2º anos do Instituto Zootécnico (GAZETA DE UBERABA, 23/04/1899).

Com relação aos oito alunos que concluíram o curso, relatam-se, a seguir, suas carreiras profissionais:

- **Delcides de Carvalho (1880-1936)**

Estava com quinze anos ao iniciar o curso de engenheiro agrônomo. Filho de Francisco Lucas de Carvalho e D^a Prudenciana Maria de Jesus de Carvalho, nasceu em Franca (SP), no dia 28 de fevereiro de 1880. Muito jovem, transferiu-se para Minas Gerais, onde passou toda a mocidade e casou-se com a Sr^a Aurora de Castro Mello Carvalho, com quem teve sete filhos. Exerceu, por algum tempo, a profissão de engenheiro agrônomo em Uberaba, mantendo um escritório na Rua do Comércio, nº 25 (ALMANACH UBERABENSE, 1903). Posteriormente, por volta de 1910, mudou-se para Barretos, onde assumiu a direção dos negócios comerciais e rurais da família. Tornou-se, depois, próspero industrial naquela cidade (LAVOURA E COMÉRCIO, 29/02/1912).

Foi agente do Executivo Municipal de Barretos de 20/04/1931 a 20/08/1931. Atuou no jornalismo, colaborando em vários jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, sempre discutindo assuntos econômicos. Como jornalista, revelou muito humorismo e apurado gosto crítico. Sob o pseudônimo de “Antonie Renard” escreveu “São Paulo é isso”, em 1931, livro de apologia e de exaltação ao seu Estado natal, com significativa documentação de dados estatísticos.

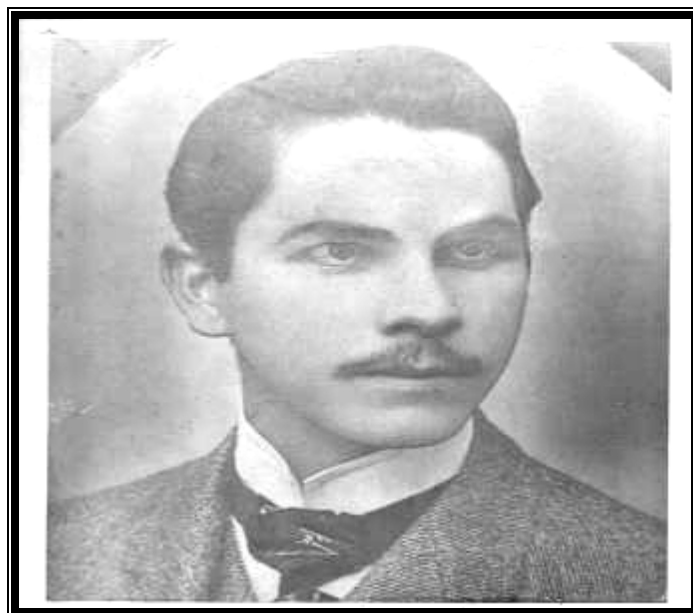


Figura 20 - Delcides de Carvalho

Fonte: Livro "Espiral" (1985) - Museu Histórico, Artístico e Folclórico Ruy Menezes – Barretos-SP

Foi indicado por unanimidade pela Legião Revolucionária local para substituir o Dr. Jeronymo Serafim Barcellos na Prefeitura Municipal, em meados da década de 30, sendo prestigiado por todas as correntes políticas do município. Faleceu em Barretos, onde mantinha o ofício de banqueiro, no dia 19 de dezembro de 1936, aos 56 anos de idade.

- **Fidelis Gonçalves dos Reis (1880-1962)**

Fidelis Reis²⁹ estava com quinze anos quando começou os estudos no Instituto Zootécnico. Após formar-se, mudou-se para a França, onde se pós-graduou na Universidade de Sorbonne. De volta ao Brasil, foi aprovado em um concurso do Estado de São Paulo, passando a exercer o cargo de ajudante da Inspetoria do Distrito Agrícola de Campinas (LAVOURA E COMÉRCIO, 12/03/1903). Retornou a Uberaba no início de 1903, onde exerceu atividades ligadas à agronomia.

Teve expressiva participação na política local e regional ocupando os cargos de Presidente da Sociedade Mineira de Agricultura. Fundou, também, a sociedade que ergueu o *Liceu de Artes e Ofícios de Uberaba* e foi o grande articulador na implantação do SENAI, unidade que recebeu o seu nome. Presidiu a *Associação Comercial e Industrial de Uberaba*, foi um dos fundadores da *Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais* e autor de vários livros (MENDONÇA, 1974).

²⁹ Fidelis Reis é autor dos seguintes livros: *País a Organizar* (1931), *Política da Gleba* (1919), *Política Econômica* (1921), *Ensino Técnico Profissional* (1923), *Problema Imigratório e seus Aspectos Étnicos* (1924) e *Homens e Problemas do Brasil*. Defendia idéias racistas, como a da chamada eugenia, que pregava o melhoramento do patrimônio genético do povo brasileiro através da introdução de indivíduos portadores de genes considerados vantajosos (imigrantes europeus) e pela restrição da entrada de outros que possuísem genes desvantajosos (negros e amarelos). Em 1921, ante a perspectiva da vinda de imigrantes negros norte-americanos para o Brasil, o deputado uberabense tornou-se o mentor intelectual do projeto de lei, apresentado pelos deputados Andrade Bezerra e Cincinato Braga, que proibia a imigração de negros para o Brasil. Em 22/10/1923, Fidelis Reis apresentou outro projeto de lei, em que, novamente, propunha a proibição da entrada de negros no Brasil e limitava a entrada anual de amarelos a, no máximo, 5% do total de indivíduos radicados no país.

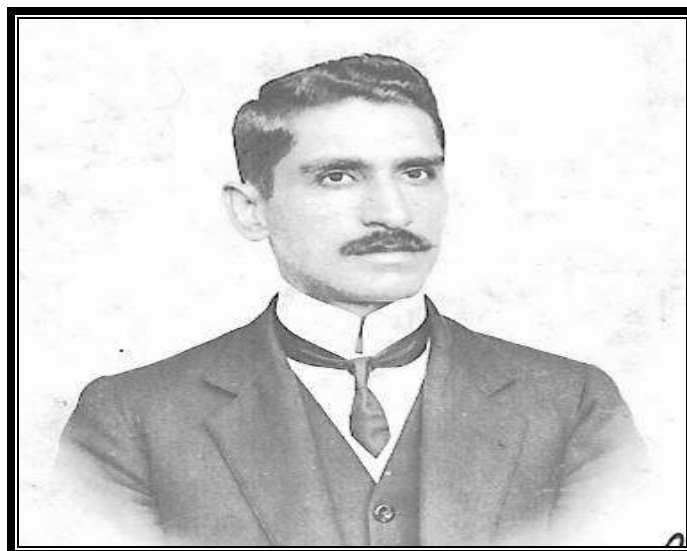


Figura 21 - Fidelis Reis na juventude
Fonte: Arquivo da Família [s.d].

Deputado estadual eleito em 1919 e deputado federal por várias magistraturas, Fidelis Reis tem seu nome no Legislativo nacional relacionado com a luta pela implantação do ensino técnico e das *Universidades do Trabalho* no Brasil. Foi presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) no período de 1934 a 1935.

Declarou publicamente seu compromisso com a educação: “Não sendo um técnico, um especialista, foram, entretanto, as questões do ensino, da educação do povo, as que, até hoje, mais me fascinaram. Na vida pública, para elas, para o seu estudo, tive sempre voltada a minha melhor atenção.” (GAZETA DE UBERABA, 24/07/1934, p.1).

Teve importante atuação no Legislativo mineiro, sendo o autor da proposta de lei que tornava obrigatório o ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário do país. Tal proposta foi aprovada em plenário, transformando-se na Lei nº 5.241, de 22/08/1927³⁰.

- **Gabriel Laurindo de Paiva**

Atuou como engenheiro agrônomo, instalou um escritório de agrimensura em Uberaba e teve como sócio o Sr. Domingos de Angelis, um italiano (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 31/05/1900). Esse escritório levantou a planta da principal fazenda da região, a

³⁰ Apesar de aprovada, a Lei nº 5.241 nunca chegou a ser implementada na prática. Com a conturbada situação político-econômica do país, que culminou com a Revolução de 1930, o ministro Francisco Campos implantou uma reforma no sistema educacional e, na sequência, uma nova Constituição Federal foi aprovada em 1934. Também em 1934, a antiga *Inspetoria do Ensino Profissional Técnico*, criada em 1923, foi transformada na *Superintendência do Ensino Industrial* (SCHWARTZMAN, 2000). Com todas essas modificações, a *Lei Fidelis Reis* acabou esquecida pelo governo federal.

Fazenda Cassu, de propriedade do Cel. Antônio Borges de Araújo. Gabriel Laurindo fez ainda inúmeros trabalhos de agrimensura e de agronomia.

- **Hildebrando de Araújo Pontes (1879-1940)**

Estava com dezesseis anos quando iniciou os estudos no Instituto Zootécnico. Exerceu as atividades de jornalista, historiador e por mais de 20 anos foi agrimensor em todo o Triângulo Mineiro. Também foi professor e diretor do Externato Santa Filomena. Durante a vida política, por duas vezes foi presidente da Câmara e agente executivo de Uberaba. Fez o levantamento censitário de Uberaba, no ano de 1909, conforme citado nesta pesquisa.

Foi um dos maiores escritores e memorialistas que Uberaba já teve, relatando com precisidade vários acontecimentos e a vida de vários personagens importantes na história desta cidade.

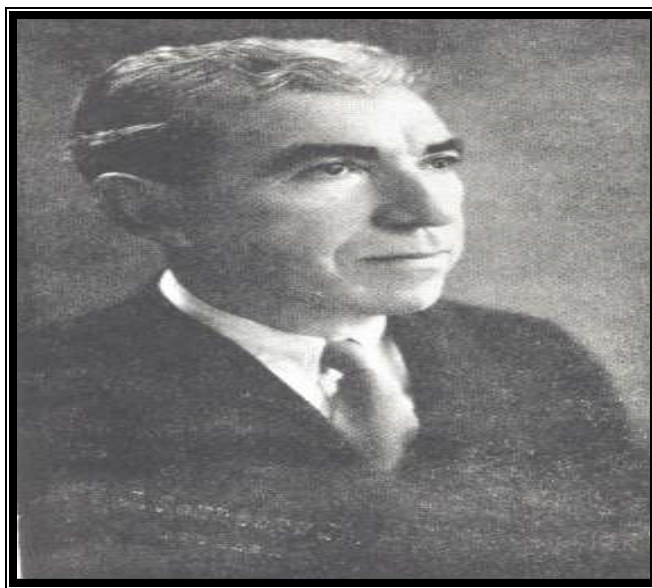


Figura 22 - Hildebrando Pontes

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba/MG.

Dentre suas importantes obras, encontram-se: *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*, *Memória Eclesiástica da Diocese de Uberaba*, *De Ermida a Catedral*, *Dona Beija*, *Nobiliarquia do Triângulo Mineiro*, *Cidade do Prata*, *História do futebol em Uberaba*, *Os meus cinquenta anos*, dentre outros trabalhos (PONTES, 1970). Em seus livros são reconstruídos importantes fatos ocorridos na história de Uberaba e são até hoje grande fonte de pesquisa.

- **José Maria dos Reis (1877-1934)**

Tinha 18 anos quando iniciou os estudos no Instituto Zootécnico. Após formar-se, realizou inúmeros trabalhos de agronomia e zootecnia, dedicando-se primordialmente à agrimensura, demarcando numerosas propriedades rurais da região, conforme divulgado em jornal local:

José Maria dos Reis, tendo aberto seu escriptório á Rua Barão de Ataliba (antiga do Commercio) esquina com a General Carneiro, nesta cidade, acceita todo e qualquer serviço que disser respeito á sua profissão. Incumbese de demarcações de terras por preços modicos; acceita administrações de fazendas mediante contracto; faz trabalhos de veterinaria com a máxima presteza, empregando no tratamento dos animaes domesticos os mais efficazes medicamentos descobertos e preconizados por aquella medicina (GAZETA DE UBERABA, 11/08/1898, p.3).

Colaborou como jornalista em muitos jornais e revistas publicados no Triângulo Mineiro. Atuou como redator, colaborador, diretor e fundador das revistas: Revista Agrícola, Revista de Uberaba e A Rural; e dos jornais: A Sentinela, Gazeta de Uberaba, Lavoura e Comércio, O Município, Jornal do Triângulo, A Separação, Brasil Central, La Hacienda, A Tribuna, O Araguari, O Jornal do Comércio (de Uberaba) e o Civilista, sendo que foi proprietário do Jornal de Comércio e da Revista A Rural (MENDONÇA, 1974).

Atuou em numerosas campanhas, quase sempre ao lado da oposição: Campanha Civilista, com Rui Barbosa; Reação Republicana, com Nilo Peçanha; Aliança Liberal, com Antônio Carlos. Ingressou no Partido Republicano e participou ativamente das lutas políticas locais.

Ocupou cargos políticos, como os de Vereador (1908 a 1912) e Deputado Estadual. Durante sua legislatura na Câmara de Deputados, conseguiu junto ao governo mineiro a fundação do *Aprendizado Agrícola Borges Sampaio* e da *Fazenda Modelo de Seleção*, destinados ao melhoramento genético do gado zebu. Pessoa de grande sensibilidade para as questões ambientais, principalmente no que tange ao desmatamento, auxiliado pelo governo estadual, fundou um horto florestal, no Chapadão da Palestina, zona rural de Uberaba.

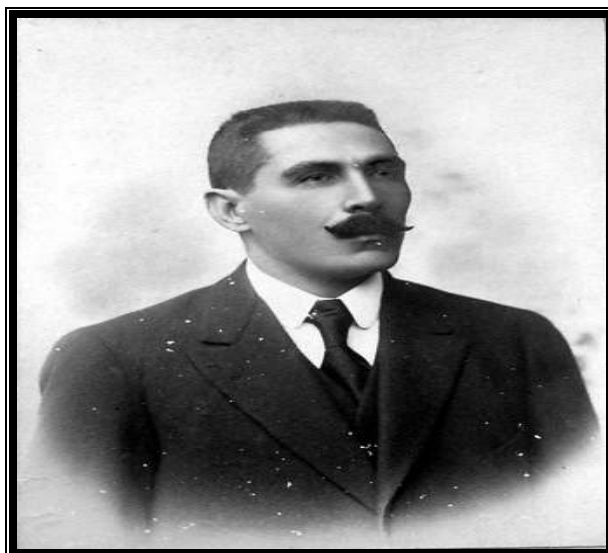


Figura 23 - José Maria dos Reis, 1915

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba

Além de ser professor na segunda Escola Normal de Uberaba, José Maria dos Reis foi o responsável pela criação do Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, instituição de ensino agrícola, implantada no prédio do Instituto Zootécnico (MENDONÇA, 1974).

José Maria dos Reis também organizou e dirigiu a Chácara Nova Granja, que promoveu a seleção de um grande lote de exemplares zebuínos procedentes da Índia. Foi o responsável pelo cultivo de várias plantas e frutas exóticas para a época como, por exemplo, a lichia. Sua fazenda foi grande referência para os produtores agrícolas da época, sendo que nela funciona atualmente o Museu de Arte Decorativa – MADA.

A construção da Chácara dos Eucaliptos (figura 24) data de 1919, ou seja, quando José Maria dos Reis estava com 40 anos. Percebe-se uma construção moderna, que até hoje tem conservados vários materiais originais como, por exemplo, o piso e o telhado. As grandes janelas tornavam o ambiente claro e arejado. Na varanda, notam-se azulejos de origem portuguesa, o que era comum nas elegantes casas do início do século. Na entrada da casa há duas réplicas de leões que, tradicionalmente, adornavam os jardins de residências nobres.



Figura 24 - Fazenda de José Maria dos Reis- Atual Museu de Arte Decorativa – Uberaba-MG
Fonte: Foto da autora

A chácara foi doada pela neta de José Maria dos Reis, Niobe Hussar dos Reis Batista, e seu esposo, Evaldo dos Santos Batista, à Prefeitura Municipal de Uberaba, em 24 de agosto de 2000. Por meio da Fundação Cultural de Uberaba, o espaço foi tombado e transformado no Museu de Arte Decorativa – MADA.

Por meio da revista *A Rural*, ele e seus colaboradores continuaram a prestar informações técnicas aos fazendeiros de Uberaba e região. Em 1934 recebeu uma carta de seu ex-colega Delcídes de Carvalho, parabenizando-o pela brilhante iniciativa de fundar essa revista.



Figura 25 - Capas da Revista *A Rural*, 1933 e 1934
Fonte: Acervo do Museu de Arte Decorativa – Uberaba/MG

Percebe-se, assim, que durante sua carreira profissional José Maria dos Reis esteve voltado para a prática dos conhecimentos adquiridos no Instituto Zootécnico e, também, à sua atuação política, à presença de uma formação omnilateral.

- **Luiz Ignácio de Souza Lima**

Foi trabalhar no sul de Goiás, onde fez várias medições de terra nas novas fazendas que por lá estavam sendo formadas. Segundo uma neta de Luiz Ignácio, era costume, naquela época, que muitos serviços fossem pagos com um percentual das terras medidas ou divididas. Dessa forma, Luiz Ignácio tornou-se proprietário de uma grande extensão de terras que, durante o século XX, com a ocupação desordenada das terras do sul goiano, acabaram, em sua grande maioria, tomadas por posseiros (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, s.d).

- **Militino Pinto de Carvalho (1865-1932)**

Estava com trinta anos quando iniciou o curso de engenheiro agrônomo. Foi professor titular da cadeira de *Ciências Físicas e Naturais* da Escola Normal de Uberaba; assumiu, logo depois de formado, o cargo de Diretor daquela instituição. Foi jornalista da Gazeta de Uberaba e do Jornal O Município, defendendo posições polêmicas, como a do Imposto Territorial Rural.

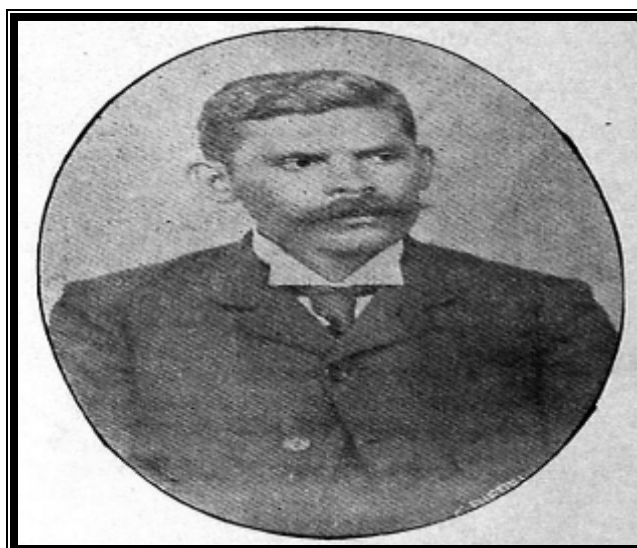


Figura 26 - Militino Pinto de Carvalho

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba

Esteve na Índia, onde adquiriu uma partida de exemplares zebuínos para o Cel. Manuel Borges de Araújo. Fez parte da diretoria da Fazenda Modelo de Uberaba e, posteriormente, da Fazenda Modelo de Urutaí (GO) (MENDONÇA, 1974). Foi, também, inspetor regional de ensino na região de Uberaba (LAVOURA E COMÉRCIO, 05/06/1913).

- **Otávio Augusto de Paiva Teixeira (1878-1903)**

Tinha dezessete anos quando iniciou os estudos no Instituto Zootécnico. Era filho do famoso jornalista uberabense José Augusto de Paiva Teixeira (conhecido como *Casusa*). Concluído o curso, em 1898, Otávio Augusto fez alguns trabalhos para produtores rurais da região, mas acabou falecendo em 1903, com apenas 25 anos de idade (BILHARINHO, 2006; JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, s.d).

- **Algumas considerações**

Pela trajetória profissional dos alunos, percebe-se que todos eles exerceram a profissão de engenheiro agrônomo, muitos com bastante sucesso. Como era comum àquela época, nota-se também que tiveram importantes cargos na política como, por exemplo, Fidelis Reis, seu irmão José Maria dos Reis e Delcides de Carvalho. Observando essa trajetória vê-se claramente a formação de homens “omnilaterais”, produtores e políticos ao mesmo tempo, conforme o conceito gramsciano.

Ainda se deve considerar que o Instituto Zootécnico cumpriu seu sentido social, ou seja, foi criado para atender a uma necessidade específica da sociedade uberabense da época, e foi, nesse sentido, concebido pela elite local, que tinha a seu favor um representante no Congresso mineiro, sendo o articulador para que o Instituto se instalasse em Uberaba.

Durante o período de seu funcionamento, o Instituto Zootécnico foi regido por um Regimento Interno que determinou regras de convivência entre os alunos e a administração, de forma a assegurar não somente o bom funcionamento da instituição, bem como a ordem e a manutenção dos bons costumes e dos padrões sociais.

A falta de mão-de-obra especializada e, ainda, a falta de conhecimentos científicos que se instalava em todo o sertão brasileiro fizeram com que, rapidamente, todos os egressos pudessem atuar na sua área de formação acadêmica. Ademais, nos anos posteriores, os ex-alunos do Instituto Zootécnico tiveram importante papel na renovação do rebanho bovino e no melhoramento das pastagens da região.

A relevante atuação profissional dos egressos concedeu ao Instituto Zootécnico de Uberaba a consagração de uma escola de ensino superior no interior do Brasil Central, que alcançou seu principal objetivo: formar homens, cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento da indústria agropastoril de Uberaba e também do Estado de Minas Gerais.

3.4 Tentativas de reativação do espaço da extinta escola e a destinação final do prédio do Instituto Zootécnico, 1903 a 1912

No início do século XX, Uberaba havia perdido seu prestígio comercial e se encontrava com uma economia bastante fragilizada. A elite econômica da época investiu na criação de gado, apostando na raça Zebu, que tão bem se adaptou ao clima e à vegetação uberabenses. Contando com os conhecimentos científicos dos engenheiros agrônomos formados no Instituto Zootécnico, a elite produtora rural local reforçou seus rebanhos bovinos; assim, a cidade ganhava um novo desenho na economia, sendo que a concentração de renda da cidade estava nas mãos dos fazendeiros e, assim, a elite rural transformou a indústria pastoril uberabense.

Era grande o volume de gado criado pelos pecuaristas locais. Utilizando-se dos engenheiros formados pelo Instituto, as discussões técnicas acerca do melhoramento genético do gado Zebu se tornaram constantes. O articulista do *Jornal Lavoura e Comércio* incentivava, em suas reportagens, a substituição do gado Caracu, de origem europeia, pelo Zebu, indiano, alegando sua superioridade frente às demais raças de gado.

O Caracú é fraco, não resiste sem definhando-se às seccas mais ou menos longas dos nossos sertões, é de menor peso, e o seu desenvolvimento moroso. O Zebú, rústico, possante, resistente naturalmente, affeito às péssimas pastagens da Índia, cresce, desenvolve-se e engorda entre nós mais facilmente mesmo que em seu paiz natal. Será arrematada falta de conhecimento do Zebú, negar-lhe a superioridade em peso. Qual é a raça que como essa possui especimens numerosos com um peso bruto de 40 e 45 arrobas? Estigmatizam-no pela pouca producção de leite; tambem é injusta tal asserção: a vacca indiana dá na media nove litros diarios. (LAVOURA E COMÉRCIO, 24/02/1907, p.1).

Percebe-se, claramente, uma corrente a favor do aumento do rebanho de gado Zebu que já existia em Uberaba. Contando com o conhecimento científico dos ex-alunos do Instituto Zootécnico, a implantação de pesquisa e o método científico, houve um grande

desenvolvimento na pecuária daquela época. Mas os pecuaristas enfrentavam uma dificuldade, que era o custo da importação do gado, e necessitavam diminuir os custos com os mesmos.

Assim, no início do século XX foram organizadas as primeiras caravanas que foram à Índia comprar o Zebu. Segundo Mendonça (1974), o primeiro fazendeiro da região a viajar para a Índia foi o Cel. Teófilo de Godói³¹, de Araguari, no ano de 1906, trazendo uma carga de bovinos que vendeu em Uberaba e em Araguari. Essa raça bovina havia se adaptado muito bem ao clima e à vegetação uberabenses. Tanto que, naquele mesmo ano, o engenheiro francês Alberto Parton, residente em Uberaba, seguiu para a Índia, enviado pelos coronéis Teófilo Rodrigues da Cunha e Geraldino Rodrigues da Cunha, e trouxe uma leva de zebras, na primeira expedição genuinamente uberabense.

A imprensa local noticiou esta expedição:

Chegou ao Rio no dia 20 o sr. dr. Alberto Parton, que vem regressando de sua viagem a Índia, trazendo 40 reprodutores bovinos por conta dos abastados creadores deste município, srs. Coronel Geraldino Rodrigues da Cunha, tenente-coronel Theophilo Rodrigues da Cunha e major Hyppolito Rodrigues da Cunha (LAVOURA E COMÉRCIO, 02/12/1906, p.2).

Essas expedições constituíram-se em verdadeira epopeia. A par de adaptação extraordinária em nosso meio, da excelente qualidade e do porte avantajado, o gado indiano evoluiu de forma muito rápida. Apenas para se ter uma ideia do crescimento do zebu, de 100 mil reses abatidas no frigorífico de Barretos (SP), em 1915, 80 mil eram mestiços de zebu.

Simultaneamente aos investimentos que os pecuaristas locais faziam na aquisição de novos rebanhos, inaugurou-se em Uberaba, no dia 20 de maio de 1906, a primeira exposição de gado zebu, organizada por particulares (José Caetano Borges e Joaquim Machado Borges) e realizada na Fazenda Caçu, quando foram expostos 1.146 exemplares bovinos (MENDONÇA, 1974).

³¹ Teófilo de Godói foi o primeiro pecuarista do Triângulo Mineiro a ir buscar o boi diretamente de seu país de origem, a Índia, em 1898. A partir dessa data e até a metade do século XX, outras inúmeras viagens iriam ser feitas em busca do gado (MENDONÇA, 1974).



Figura 27- Uma das expedições de Teófilo de Godói (à esquerda) à Índia para compra de gado Zebu
Fonte: Livro da história da ABCZ – Museu do Zebu

Percebe-se a importância que se dava a essa negociação pelo fato de pousarem para ser fotografados, eternizando um momento significativo para a história de Uberaba.

Nos anos seguintes, foram feitas várias outras expedições à Índia, para aquisição de mais gado Zebu. Os uberabenses tornaram-se os maiores importadores brasileiros de gado zebu e os principais colecionadores das raças zebuínas no país.

A prosperidade na criação do Zebu promoveu um novo crescimento no comércio uberabense. A riqueza trouxe a sofisticação dos hábitos e o comércio local passou a revender produtos vindos diretamente da Europa. Lojas luxuosas para os padrões da época, como as joalherias de Manoel Terra e Umberto Adamo, além da loja *Notre Dame de Paris*, de Francesco Riccioppo, atendiam aos caprichos da elite local (RICCIOPPO, 2007).

Desta forma, a vida da cidade passou a se mover em torno da pecuária, e qualquer outra iniciativa que não estivesse de acordo com os interesses da elite dominante era barrada. O mesmo aconteceu com a educação. Poucos investimentos foram feitos para se abrir novas escolas. A tentativa do professor Ricardo Ernesto de reabrir o Instituto, em 1899, criando uma escola de Humanidades, não logrou êxito. A sociedade enfrentou uma vida de caos, pois apenas as atividades diretamente relacionadas à pecuária zebuína tinham possibilidades reais de prosperar; as demais iniciativas não tinham incentivo para que alavancassem.

Imediatamente após a saída de Silviano Brandão da Presidência de Minas Gerais, o governo municipal iniciou uma articulação junto ao Estado para reiniciar as atividades no prédio onde funcionou o Instituto Zootécnico.

Em 1903, já no governo de Joaquim Cândido da Costa Sena³² (1902-1906) na Presidência de Minas Gerais, o senhor Antero Ferreira da Rocha – agente executivo municipal, por meio de ação da Câmara Municipal de Uberaba, lançou a primeira tentativa de fazer funcionar alguma atividade no espaço onde estava instalado o Instituto, propondo um arrendamento de terra³³. Na transcrição de todas as leis que serão citadas a partir desse momento, usou-se a grafia original das mesmas.

A Lei Nº 164, de 16 de dezembro de 1903, que autorizou o “Sr. agente executivo municipal a chamar concorrentes por aditais de 30 dias de prazo para o arrendamento do próprio municipal onde funciona o Instituto Zootequínico”, continha quinze cláusulas, dentre as quais uma em que o arrendatário se responsabilizaria em zelar do prédio do Instituto, poderia ter plantações, criar gado para o abate, mas não poderia ter outros animais. Na “cláusula I” tem-se que “o arrendatario fica com o direito cobrar taxa de 250 reis diários por cabeça de gado recolhido nos referidos pastos”, indicando que o arrendatário poderia ter lucro, aceitando animais de qualquer fazendeiro.

O arrendatário não poderia promover queimadas, nem desmatamento. O valor do arrendamento era de 200\$000 e os interessados tinham trinta dias para assinar o contrato. A “cláusula O” dizia que “arrendatario é responsavel pelos danos, deterioração que causar no referido próprio municipal, suas dependencias, bemfeitorias etc., devendo ser liquidada a responsabilidade mediante abatimento, e não poderá retirar as bemfeitorias que fizer nem terá direito à indenisação delas.”

As fontes indicam que não houve interesse por essa lei, ficando as instalações do Instituto Zootécnico sem nenhuma atividade. Outra tentativa foi feita também pelo governo municipal, por meio da Lei Nº 175, de 13 de janeiro 1905, novamente propondo o

³² Joaquim Cândido da Costa Sena nasceu em Conceição do Serro, Minas Gerais, em 13 de agosto de 1852. Graduiu-se em Engenharia de Minas em 1880, pela Escola de Minas de Ouro Preto, onde, além do cargo de Diretor, exerceu a docência de diversas disciplinas. Exerceu ainda a função de Secretário da Escola de Minas temporariamente. No campo político, fez parte da Constituinte Mineira e do Senado de Minas. Com a morte de Silviano Brandão, ocupou o cargo de Presidente do Estado de Minas. Representou Minas na 'Exposição de Minerio e Metalurgia' no Chile e no Congresso Científico Pan-Americano no mesmo país. Foi Comissário Geral do Brasil na Exposição de Turim e encarregado de organizar as seções de Mineralogia nos museus do Brasil em Genebra e Paris. Deixou também um grande elenco de trabalhos científicos nas áreas da Geologia e Mineração, tendo falecido em Belo Horizonte, em 26 de junho de 1919, quando ainda ocupava os cargos de Diretor e Professor da Escola de Minas (Escola de Minas – Ouro Preto. www.em.ufop.br/em/diretores).

³³ Na transcrição de todas as leis que serão citadas a partir desse momento, usou-se a grafia original das mesmas.

arrendamento do Instituto. O art. 1 afirma que: “Fica o agente executivo municipal autorizado a por em hasta publica o arrendamento do predio onde funciona o Instituto Zootenico e a firmar contracto com quem mais vantagem offerecer sob as condições...”. A cláusula A estabeleceu que “o praso do arrendamento será no maximo de cinco annos e nunca por menos de 1:200\$00 por anno”. Na letra c:

“o arrematante será obrigado a conservação das mattas existentes no predio, não podendo corta-las para nenhum mister, salvo a extracção da madeira necessaria para a conservação dos fechos do predio a viso de vinte e quatro horas, no mínimo, ao Agente Executivo a licença escriptica deste” (Lei Nº 175, de 13 de janeiro 1905).

As demais cláusulas afirmam que a Câmara Municipal proveria os aratórios e sementes necessárias para o cultivo de plantas, mas que estas deveriam ser de utilidade para a comunidade. Incentiva a criação de gado e o cruzamento de raças, disponibilizando, inclusive, o gado que a Câmara possuía. As crias nascidas nos pastos do prédio municipal seriam vendidas a quem mais desse em praça pública ou por meio de propostas em cartas fechadas, sendo o produto destinado à aquisição de novos reprodutores. Em 1905, um importante acontecimento marcou a cidade: instalou-se a luz elétrica.

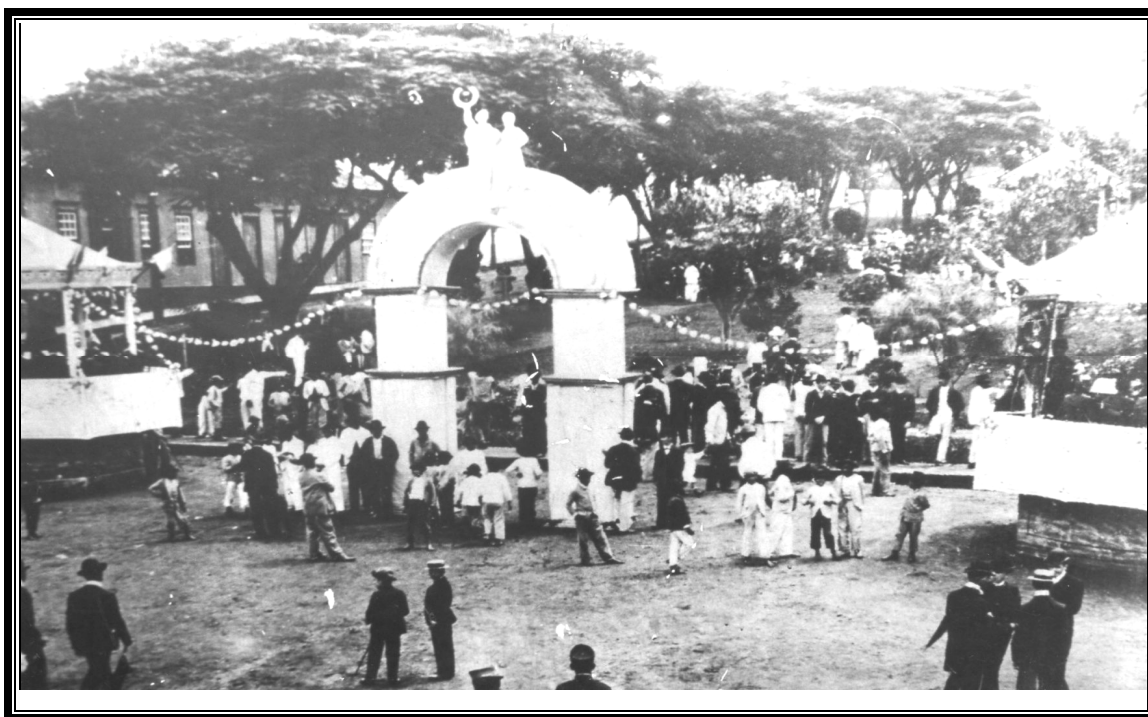


Figura 28 - Inauguração da luz elétrica, 1905

Fonte: Seção de Documentos Especiais - Arquivo Público de Uberaba

Percebe-se na figura 28 que a instalação da luz elétrica foi um acontecimento importante na cidade e, provavelmente, a elite esteve presente a esse evento. Nota-se, pois, a presença de muitos homens trajando ternos completos e usando chapéus, carregando bengalas, símbolos da alta classe da população. Veem-se também dois coretos, que provavelmente foram usados para apresentações de música, e, ao centro, uma edificação em forma de arco, monumento que pode ter sido usado para eternizar aquela data comemorativa. Havia em cima do arco duas estátuas, uma masculina e uma feminina, sendo que a masculina segurava, em sua mão direita, um semicírculo, indicando uma posição de vitória, sucesso.

Em 1907, durante a gestão de Francisco Antônio Sales³⁴ (1906-1908) na Presidência de Minas Gerais, o senhor Manoel Terra – presidente e agente executivo municipal, apresentou uma proposta de utilização do prédio do Instituto Zootécnico, por meio da LEI Nº. 203, de 15 de abril de 1907, onde previa a criação de uma escola fazenda modelo. Provavelmente, não houve interesse por parte do Estado, pois a mesma lei foi reeditada no mês de novembro/1907, tendo a seguinte redação, no art.1:

Fica o Agente e Executivo autorizado a oferecer ao Governo do Estado o prédio e terras onde funcionou o Instituto de Zootechnico, e mais a entregar ao dito Governo a quantia de tres contos de reis para, no alludido predio, ser installada uma fasenda modelo para o ensino primario agro-pecuario, de accordo com o plano que o mesmo tem a respeito do ensino rural, ficando entendido que a municipalidade não perderá o domínio que tem sobre o dito predio e terras. (Art. 1 - Lei 214, de 05/11/1909).

Nota-se, novamente, a tentativa de utilizar o espaço onde funcionou o Instituto Zootécnico, não somente para preservar o patrimônio, mas também com objetivo de que aquele espaço continuasse a ser utilizado para a educação com a instalação de uma “fazenda modelo” destinada ao ensino primário agropecuário. A proposta de Manoel Terra era de

³⁴ Francisco Antônio de Sales (Lavras, 20 de janeiro de 1873 — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1933) foi um político brasileiro. Prefeito de Belo Horizonte e presidente do Estado de Minas Gerais (1902). No seu governo reequilibrou as finanças públicas, apoiou o "Primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas", reorganizou a imprensa oficial do Estado e conseguiu, com os estados vizinhos, uma composição que pusesse fim à "guerra fiscal" e aos choques tributários que ocorriam na época. Durante o governo de Hermes da Fonseca foi ministro da Fazenda, de 15 de novembro de 1910 a 9 de maio de 1913. Neste período tentou, sem sucesso, reduzir a distância existente entre a moeda nacional e a libra inglesa. Ocupou a cadeira de Senador durante a República Velha (1900 e 1906 a 1911). Rompeu com o Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1912, retirando-se para a vida privada (www.fazenda.gov.br).

continuar com a posse do terreno do Instituto, apenas pagando ao Estado para ali instalar uma nova escola. Em 1908, Uberaba possuía quatro escolas estaduais, duas municipais e onze particulares, dentre elas duas mantidas por religiosos, o Ginásio Diocesano – sob a coordenação dos Irmãos Maristas – e o Colégio Nossa Senhora das Dores – coordenado pelas Irmãs Dominicanas – os quais existem até hoje.

Segmento	Escolas	Endereço
Estadual	E. E. Antônio A. Pereira de Magalhães	Rua Vigário Silva, 8
	E. E. Fernando de Araújo Vaz de Mello	Rua Capitão Domingos, 10
	E. E. D. Carolina Augusta Diniz	Rua do Carmo, 8
	E. E. D. Evarista Modesto dos Santos	Rua Sete de Setembro
Municipal	E. M. Quintiliano Jardim Júnior	Rua do Comércio
	E. M. D. Laurinda Augusta de Moura	Rua Pires de Campos, 2
Particular	Felício de Paiva	Praça da Abadia, 2
	D. Anna Francisca de Jesus	Rua do Comércio, 44
	Joaquim Flávio de Lima	Praça Comendador Quintino, 14
	Padres Agostinianos	Igreja da Abadia
	Maria Mírea de Faria	Rua Municipal, 35
	Bertholina dos Santos	Rua das Flores
	Externato Salvina	Rua Gutemberg, 1
	Honório Guimarães	Prédio da <i>Fratellanza Italiana</i>
	Colégio Nossa Senhora das Dores	Praça da Misericórdia, 1
	Externato Santa Bárbara	Praça Santa Bárbara
	Ginásio Diocesano	Praça do Seminário

Quadro 7 - Relação de escolas em Uberaba, 1909

Fonte: Almanach Uberabense (1908) – Arquivo Público de Uberaba/MG.

Mesmo inserida num contexto educacional mais avançado, a cidade de Uberaba ainda guardava as suas características de centro rural, conforme pode ser observado na figura abaixo.